



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: POLÍTICAS EDUCACIONAIS



SHEYLENE TATHIANA LAGES DA SILVA

**OS HERDEIROS DO LIXÃO DO ROGER: contribuições escolares
para a relação aluno e pertencimento social**

João Pessoa/PB
2021

SHEYLENE TATHIANA LAGES DA SILVA

**OS HERDEIROS DO LIXÃO DO ROGER: contribuições escolares
para a relação aluno e pertencimento social**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação, do Curso de Educação da Universidade Federal da Paraíba – PPGE/CE/UFPB, vinculado à linha de pesquisa Políticas Educacionais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Wilson Honorato Aragão

João Pessoa/PB
2021

S586h Silva, Sheylene Tathiana Lages da.

Os herdeiros do lixão do Roger : contribuições
escolares para a relação aluno e pertencimento social /
Sheylene Tathiana Lages da Silva. - João Pessoa, 2021.
156 f. : il.

Orientação: Wilson Honorato Aragão.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE.

1. Educação. 2. Políticas educacionais. 3.
Pertencimento social. 4. Lixão do Roger. 5. Bairro do
Roger. I. Aragão, Wilson Honorato. II. Título.

UFPB/BC

CDU 37(043)

SHEYLENE TATHIANA LAGES DA SILVA

**OS HERDEIROS DO LIXÃO DO ROGER: contribuições escolares
para a relação aluno e pertencimento social**

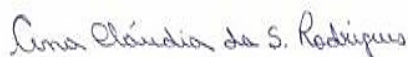
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação, do Curso de Educação da Universidade Federal da Paraíba – PPGE/CE/UFPB, vinculado à linha de pesquisa Políticas Educacionais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em outubro de 2021.

BANCA EXAMINADORA



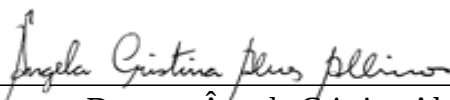
Professor Doutor Wilson Honorato Aragão – Orientador
Universidade Federal da Paraíba



Professora Doutora Ana Cláudia da Silva Rodrigues
Universidade Federal da Paraíba



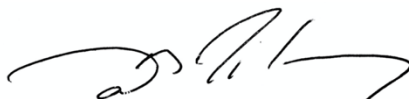
Professora Doutora Janine Marta Coelho Rodrigues
Universidade Federal da Paraíba



Professora Doutora Ângela Cristina Alves Albino
Universidade Federal da Paraíba



Professora Doutora Luciana Leandro da Silva
Universidade Federal de Campina Grande



Professor Doutor Carlos Augusto de Medeiros
Universidade Federal de Campina Grande

Aos meus pais, Edgard e Terezinha, meu esposo Jefferson, meus filhos Jeff e Cecília, familiares, amigos e alunos que me deram as mãos quando pensei que não seria forte o suficiente. Meu agradecimento e reconhecimento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao professor Wilson Aragão, meu orientador, que, de pronto, aceitou a missão de orientar os melhores caminhos para que pudéssemos percorrer esta trajetória tão desafiadora.

Agradeço ao Professor Luiz de Souza Júnior (*in memoriam*) e à Professora Ana Cláudia da Silva Rodrigues, que acreditaram em mim e na potencialidade do meu projeto, já na Banca de Seleção do Programa do Mestrado.

Agradeço à Professora Janine Marta Coelho, que, com sua doçura e mansidão, conseguiu perceber o intento dos meus estudos e a profundidade do contexto social ao qual me referi em todos os momentos deste estudo.

Agradeço à Professora Andréia Ferreira da Silva, que foi assertiva e muito dedicada ao me direcionar por meio das suas reflexões. Suas palavras foram muito bem acolhidas e trouxeram grandes contribuições ao resultado final.

Agradeço à Professora Ângela Cristina Alves Albino, por estar presente em um momento único da minha caminhada acadêmica. Suas palavras me trouxeram reflexão e ainda mais respeito pelas colocações apresentadas.

Agradeço ao Professor Carlos Augusto de Medeiros, que veio abrilhantar com o seu carinho e gentileza um momento tão tenso e decisivo para os meus estudos. Meu coração se encheu de alegria e gratidão ao ouvi-lo. Obrigada por cada palavra sua.

Agradeço à Professora Luciana Leandro da Silva, que compartilhou histórias e emoções e imprimiu sentimentos e reflexões. Que foi gentil, atenciosa e muito assertiva em suas colocações. Um enorme sentimento me remete: empatia. Serei sempre grata!

Agradeço ao Professor Fábio do Nascimento Fonseca, que me acompanhou na graduação, com cuja ajuda (e acolhimento) tive a honra de contar nos momentos embrionários deste estudo. Sua palavra me trouxe lágrimas, saudosismo, gratidão e confiança em um momento de dúvidas e incertezas. Fez-me seguir. Avante!

Também à Professora Mestre Shirley dos Santos Lira, amiga de longas datas e de quem colhi o entendimento do grande valor e poder transformador da educação. Sua dedicação sempre me inspirou e me faz planejar voos ainda mais desafiadores.

Ao Professor Sales, que me auxiliou de maneira séria e coerente em períodos importantes dessa trajetória. Assim como a Professora Doutora Juliene Paiva de Araújo Osias, por toda a atenção, carinho, respeito, profissionalismo e empatia com o meu estudo. Esta soube apaziguar o que era tormenta e trouxe um sopro de serenidade que fez toda a diferença. Obrigada por tanto.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, pelo empenho, comprometimento e respeito pelos alunos e por todas as adversidades que se apresentaram ao longo deste período pandêmico.

Aos meus companheiros da turma 40, que aprenderam, assim como eu, a se reinventar, a partilhar e a oferecer apoio e união, mesmo que remotamente. Em especial, minhas amigas Sawana, Gioconda, Kilma e Janaína Ataíde. Obrigada, meninas.

À gestão da Escola Municipal Monsenhor João Coutinho, de cujo corpo docente faço parte, que me deu liberdade e acesso para retratar questões importantes do nosso cotidiano e da nossa vivência escolar.

Às minhas amigas de profissão que sempre acreditaram em mim e na proposta ousada que apresentei. Obrigada a cada uma, pela disponibilidade, lealdade, parceria e, acima de tudo, comprometimento social.

Aos meus alunos, que me fazem refletir, diariamente, sobre questões, acima de tudo, humanitárias. Obrigada por tornar os meus dias mais barulhentos, questionadores e, principalmente, muito mais felizes.

À minha mãe, agradeço pela criação, pelos valores e por todo o amor que sempre me dedicou. Embora eu não faça mais parte das suas memórias (por causa do Alzheimer), sei que, de alguma forma, ainda torce e acredita em mim.

Ao meu pai (que também já não se lembra de mim, pelo mesmo motivo da minha mãe), que me proporcionou a melhor oportunidade de educação escolar que ele poderia. Que conseguiu me manter em escola particular por meio de permutas por seu trabalho e esforço. Pai, eu te honro em cada palavra escrita, em cada parágrafo lido, em cada reflexão esboçada. Obrigada!

Ao meu marido, meu principal apoiador e incentivador. Sem ele, certamente, não seria possível chegar até aqui. Obrigada por entender a importância das palavras para mim. Esse caminho, e tudo que vier por meio dele, é nosso!

Aos meus filhos, que aceitaram e entenderam a minha ausência em determinados momentos. Por sentirem orgulho de mim e por serem a força motriz para que eu me torne sempre a melhor versão de mim mesma.

À minha família, que sempre esteve na torcida, apoiando-me e me incentivando-me a seguir em frente.

Às minhas amigas e amigos que me ouviram, partilharam momentos importantes, alegraram-se e me acolheram quando precisei. Só posso agradecer!

Minha gratidão e meu respeito sempre!

“Quem ensina aprende ao ensinar.
E quem aprende ensina ao aprender.”

Paulo Freire

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do Bairro do Roger.....	34
Figura 2 – Pessoas disputam espaço com urubus para catar resíduos sólidos no Lixão do Roger.	38
Figura 3 – Registros do Bairro do Roger.....	45
Figura 4 – Quadrilha Junina Lageiro Seco	48
Figura 5 – Grêmio Recreativo e Cultural Escola de Samba Unidos do Roger.....	49
Figura 6 – Ala Ursas.....	50
Figura 7 – Corrida das argolinhas.....	52
Figura 8 – Escola Municipal Monsenhor João Coutinho	59
Figura 9 – Escola Municipal Frei Afonso	59
Figura 10 – Centro de Referência em Educação Infantil (CREI) Assis Tavares	60
Figura 11 – Escola Estadual Ana Higina.....	60
Figura 12 – Centro Cultural Piollin.....	62
Figura 13 – Casa Pequeno Davi	63
Figura 14 – Escola Municipal Monsenhor João Coutinho	64
Figura 15 – Equipe escolar: funções e situação funcional.....	65
Figura 16 – Ações participativas na Escola Monsenhor João Coutinho	66
Figura 17 – Ações participativas na Escola Monsenhor João Coutinho	67
Figura 18 – Atividades interdisciplinares com os estudantes da escola	67
Figura 19 – Atividades nos espaços escolares da Escola Monsenhor João Coutinho...	68
Figura 20 – Vivências fora da escola, com ênfase na arte local e pontos turísticos da região.	69
Figura 21 – Atividades em aulas remotas da Escola Monsenhor João Coutinho.....	71
Figura 22 – Vacinação contra a COVID-19	73
Figura 23 – Cronograma de retorno às aulas presenciais por etapas	74
Figura 24 – Adequações na escola no contexto da pandemia da COVID-19.....	75
Figura 25 – Distribuição de cestas básicas	76
Figura 26 – Estudante em sala de aula	78
Figura 27 – Painel de Boas-Vindas aos alunos da Escola Monsenhor João Coutinho...	79
Figura 28 – Redação sobre Lixo, Cidadania e Meio Ambiente.....	118
Figura 29 – Criança que acompanha os pais na catação de lixos e resíduos sólidos....	120

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Atendimentos do esgotamento sanitário em João Pessoa	42
Gráfico 2 – Esgotamento deficitário X Renda.....	42
Gráfico 3 – Desigualdade, medida pelo Índice de Gini.....	55
Gráfico 4 – Média de idade dos participantes	81
Gráfico 5 – Gênero	82
Gráfico 6 – Nível de Escolaridade.....	83
Gráfico 7 – Tempo de residência no Bairro do Roger.....	83
Gráfico 8 – Presenciou o fechamento do Lixão?.....	84
Gráfico 9 – O trabalho com o lixo no cotidiano do Bairro do Roger	85
Gráfico 10 – Percepção do preconceito por pertencer ao Bairro do Roger	86
Gráfico 11 – Percepção do valor da inserção da comunidade em ações educativas	87
Gráfico 12 – Ações educativas, pertencimento e regionalidade.....	88
Gráfico 13 – Percepção e reflexão sobre práticas escolares e realidade da comunidade	89
Gráfico 14 – Você gostaria de outras ações educativas?.....	90
Gráfico 15 – Auxílio monetário do governo	90
Gráfico 16 – É suficiente para manter você ou seu filho apenas estudando?.....	91
Gráfico 17 – Nível de formação	94
Gráfico 18 – Formação das professoras	95
Gráfico 19 - Faixa etária das crianças e adolescentes	95
Gráfico 20 – Tempo de atuação na escola	96
Gráfico 21 – Aspectos sociais relevantes da história do Bairro do Roger	98
Gráfico 22 – Nível de abordagem das questões de pertencimento.....	101
Gráfico 23 – Relação dos alunos com a história do bairro.....	103
Gráfico 24 – Principais demonstrações culturais	104
Gráfico 25 – Ações pedagógicas e os movimentos culturais	106
Gráfico 26 – Importância de abordar questões sociais em sala de aula	110
Gráfico 27 – Principal queixa docente	111
Gráfico 28 – Principal prazer de trabalhar com os alunos do Bairro do Roger.....	113
Gráfico 29 – Uma palavra para representar os alunos.....	114

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Caracterização das Zonas Urbanas de João Pessoa	41
Tabela 2 – Ranking do esgotamento deficitário e renda mensal domiciliar média	43
Tabela 3 – Comparativo de espaços escolares do Bairro do Roger.....	61
Tabela 4 – Média de idade dos participantes.....	81
Tabela 5 – Nível de escolaridade.....	82
Tabela 6 – Tempo de residência no Bairro do Roger	83
Tabela 7 – Percepção do preconceito por pertencer ao Bairro do Roger	86
Tabela 8 – Ações educativas, pertencimento e regionalidade	88
Tabela 9 – Percepção e reflexão sobre práticas escolares e realidade da comunidade...	88
Tabela 10 – É suficiente para manter você ou seu filho apenas estudando?	91
Tabela 11 – Nível de formação.....	94
Tabela 12 – Formação das professoras.....	94
Tabela 13 – Faixa etária das crianças e adolescentes	95
Tabela 14 – Tempo de atuação na escola	95
Tabela 15 – Percepções do nome "Roger"	96
Tabela 16 – Aspectos sociais relevantes da história do Bairro do Roger.....	97
Tabela 17 – Diálogo com os alunos sobre a ideia de pertencimento social	99
Tabela 18 – Diálogo com os alunos sobre a ideia de pertencimento social	99
Tabela 19 – Nível de abordagem das questões de pertencimento	101
Tabela 20 –Relação dos alunos com a história do bairro	102
Tabela 21 – Principais demonstrações culturais.....	104
Tabela 22 – Ações pedagógicas e os movimentos culturais.....	106
Tabela 23 – Profissões dos pais/mães dos estudantes	107
Tabela 24 – Entendimento da relação estudante x meio social	109
Tabela 25 – Importância de abordar questões sociais em sala de aula.....	110
Tabela 26 – Principal queixa docente.....	111
Tabela 27 – Principal prazer de trabalhar com os alunos do Bairro do Roger	113
Tabela 28 – Uma palavra para representar os alunos	114

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
CREI	Centro de Referência em Educação Infantil
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPHAEP	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais (Transgêneros), Queer, Intersexo, Assexuais e outros grupos
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONGs	Organizações Não Governamentais
PPP	Projeto Político Pedagógico
USF	Unidade de Saúde da Família
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
SIS	Síntese de Indicadores Sociais

RESUMO

Este estudo visa pontuar o favorecimento da construção de identidades sociais por meio do processo educacional brasileiro, focalizando, especificamente, sujeitos pertencentes a comunidades situadas em periferias de centros urbanos. A presente dissertação configura-se em um estudo sobre a comunidade do Bairro do Roger. Esse grupo social pertence ao bairro que abrigou por décadas (1958 a 2003) o maior lixão a céu aberto da cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba. O objetivo geral desta pesquisa é analisar as contribuições escolares relacionadas ao reconhecimento do pertencimento social de crianças e adolescentes herdeiros do antigo Lixão do Roger. Os objetivos específicos são: compreender se há contribuições escolares para que as crianças e adolescentes do Bairro do Roger se relacionem positivamente com o seu pertencimento social. Buscou-se colaborar para a percepção dos entraves socioeconômicos enfrentados pelos moradores locais, pertinentes a sua historicidade, regionalidade e pertencimento. Procurou-se também identificar expressões culturais e artísticas que contribuem paralelamente com a formação social das crianças e adolescentes deste lugar. Além disso, tencionou-se perceber como as políticas públicas educacionais estão contribuindo, em contexto subsidiário, como aportes basilares para ações que acolham e respeitem as especificidades comunitárias desse público-alvo. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, documental e com a aplicação de entrevista e questionário. A amostragem populacional delimitada para este estudo compreendeu um número de 35 participantes, sendo 27 pais e/ou responsáveis pelos estudantes, e 08 professores(as) atuantes em escola do bairro. Os dados foram analisados sob a perspectiva do materialismo histórico e dialético. Os resultados dessa investigação comprovam que existe um processo educativo e que este tem sido uma reivindicação da comunidade. Portanto, em tempos neoconservadores, a necessidade de desenvolvermos essa pesquisa constata que os investimentos precisam ser intensificados, para que os estudantes tenham acesso a uma melhor educação.

Palavras-chave: Educação; Políticas Educacionais; Pertencimento Social; Lixão do Roger; Bairro do Roger.

ABSTRACT

This study aims to point out the favoritism of the construction of social identities through the Brazilian educational process, focusing specifically on subjects belonging to communities located in the peripheries of urban centers. This dissertation is a study on the community of Roger's Neighborhood. This social group belongs to the neighborhood that housed for decades (1958-2003) the largest open-air dump in the city of João Pessoa, State of Paraíba. The general objective of this research is: to analyze the school contributions related to the recognition of the social belonging of children and adolescent's heirs of the former Dump of Roger. The specific objectives are: to understand if there are school contributions for the children and adolescents of Roger's Neighborhood to be positively related to their social belonging. We sought to collaborate to the perception of the socioeconomic obstacles faced by local residents, relevant to their historicity, regionality and belonging. It also sought to identify cultural and artistic expressions that contribute in parallel with the social education of children and adolescents in this place. In addition, it was intended to understand how educational public policies are contributing, in a public context, as basic contributions to actions that welcome and respect the community specificities of this target audience. Methodologically, this is a qualitative, documentary research with the application of interview and questionnaire. The population sampling delimited for this study comprised a number of 35 participants, 27 parents and/or guardians of the students, and 08 teachers who worked in a neighborhood school. The data were analyzed from the perspective of historical and dialectical materialism. The results of this investigation prove that there is an educational process and that this has been a community claim. Therefore, in neoconservative times the need to develop this research shows that investments need to be intensified in order for students to have access to better education.

Keywords: Education; Educational Policies; Social Belonging; Roger's dump; Roger's neighborhood.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 EM QUEM SE APOIA ESTA REFLEXÃO	29
2 BAIRRO DO ROGER: UM PASSEIO POR SUAS RUAS E LADEIRAS.....	34
2.1 EXPOENTE CULTURAL, SIM, SENHOR!	45
2.2 ROTULAR SÓ ATRAPALHA O (RE)CONHECER	53
2.3 PODE ENTRAR: AS ESCOLAS SÃO NOSSAS	58
2.3.1 Daqui vem a nossa voz.....	64
3 CONTEXTUALIZAR É PRECISO.....	72
3.1 SE PODE ENTRAR, VAMOS LÁ!	74
3.2 É HORA DE OUVIR: O QUE DIZEM OS PAIS?	80
3.3 PARA ENTENDER MELHOR: FALA, PROFESSOR!.....	92
3.4 E AGORA, ME DIZ AÍ: QUEM SOU EU?.....	116
4 O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA CONSTRUÇÃO SOCIAL.....	122
4.1 DISPOSITIVOS INSTRUMENTAIS <i>VERSUS</i> A CRITICIDADE SOCIAL.....	126
4.2 AÇÕES TRANSFORMADORAS: TODOS JUNTOS POR UMA CAUSA	132
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	135
REFERÊNCIAS.....	141
ANEXO 1 – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	149
APÊNDICE 01 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	152
APÊNDICE 02 – QUESTIONÁRIO DO GRUPO 1: PAIS E/OU RESPONSÁVEIS	154
APÊNDICE 03 – ROTEIRO DE ENTREVISTAS DO GRUPO 2: PROFESSORES(AS).....	156

INTRODUÇÃO

No mês de fevereiro do ano de 2015, a Prefeitura Municipal de João Pessoa, Estado da Paraíba, por meio do então prefeito, Luciano Cartaxo (PV), nomeou cerca de 1.500 novos concursados para a atuação em diversos cargos públicos no setor educacional. O ato, publicado no Semanário Oficial da Prefeitura Municipal do dia 26 de dezembro de 2014, deu seguimento à contratação, por meio de concurso público, de centenas de profissionais da área educacional.

Defendida com veemência pelo então Secretário de Educação Municipal, o Professor Doutor Luiz de Souza Júnior, essa inserção de novos profissionais na rede pública trouxe a campo novos olhares e perspectivas nas escolas da rede municipal de ensino. Dentre eles, novos docentes e equipe de apoio ao trabalho escolar. Após a solenidade oficial, cada concursado recebeu seu documento de encaminhamento às escolas e iniciou suas vinculações ao funcionalismo público.

Assim, por determinação da Secretaria de Educação do Município de João Pessoa, passei a ingressar o quadro de docentes de uma escola pública situada em zona central da capital paraibana, mas que apresenta características periféricas. Ao visitar a unidade escolar pela primeira vez, imediatamente, veio à memória um resgate de infância, quando, por meio de uma visita com a turma da escola em que estudava, sob a responsabilidade da professora de disciplina de História da Paraíba, visitamos o maior lixão a céu aberto da cidade.

O ano era 1991, e, naquela ocasião, ficamos todos dentro do ônibus escolar, que estacionou em distância adequada a uma observação discreta. A imagem era chocante, principalmente para crianças com faixa etária mediana de 12 anos, de classe média, matriculados em tradicional escola de ensino privado da capital. Eu estava entre elas. Apesar de não ter as condições financeiras exigidas para arcar com as mensalidades estipuladas por aquele instituto, meu pai tinha um bom relacionamento com os fundadores da escola e proporcionou-me essa inserção por meio de uma bolsa integral para frequentar os anos escolares disponíveis naquela escola.

Aquelas imagens foram marcantes, pois era possível presenciar homens, mulheres, crianças, cachorros, porcos e urubus andando e remexendo sobre montanhas de lixo. Em um dado momento, um caminhão carregado de resíduos sólidos entrou naquele ambiente, e a maioria dos que ali estavam correram atrás dele. A cena lembrava uma procissão religiosa, mas guardava algumas diferenças que a professora fez questão de explicar. Ali estavam famílias

completas lutando pelo seu sustento e correndo atrás do que consideravam essencial para todos: um meio de sobrevivência.

Ao voltar para aquele bairro, agora como docente, as primeiras sensações foram de apreensão e medo, mas, acima de tudo, respeito. Era momento de ressignificação, aprendizagem e empatia por um povo que, no meu imaginário, representava a forma mais concreta de resiliência de um ser humano.

Esta ressignificação foi precedida por uma observação mais aprofundada e criteriosa da minha parte. Mas não bastava um entendimento individual baseado em curiosidade e suposições. Era preciso mais. Ficou claro para mim, enquanto estudiosa das ciências humanas, que era necessária a exposição, de forma científica, das vivências e implicações sociais de uma população que tem sua história intrinsecamente ligada ao lixo de uma cidade.

Acreditamos que outro impacto que o lixão causava, e que ainda causa, é de ordem simbólica, já que a retirada do mesmo não apaga anos de imaginário negativo produzido sobre o bairro por meio do lixão, e até internamente [...]. A memória coletiva não é facilmente apagada, e constrói-se lentamente por meio dos processos de troca simbólica e linguística (CAMPOS, 2008, p. 95).

Embora o Lixão do Roger tenha sido desativado há mais de 18 anos, os moradores do Baixo Roger continuam sendo associados a essa locação. Assim, mesmo os recém-chegados ao bairro ganham “titulação” de herdeiros. Herdaram o espaço, a história, o pertencimento social e o estigma derivado da vinculação regional. Como enfatiza Campos (2008), “O antigo lixão permanece no imaginário [...]” (CAMPOS, 2008, p. 95).

Observando esses aspectos, tornou-se importante a percepção de como a escola se situa na mediação da construção de um entendimento social que acolha a realidade contextual de crianças e adolescentes desse bairro, como forma de prepará-los para uma vida adulta alicerçada na criticidade, autonomia e consciência social.

A concretização deste projeto tornou-se possível por meio do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, com vinculação ao Mestrado Acadêmico em Educação, pela linha de Políticas Públicas Educacionais, oportunizando o estudo e a visualização da pesquisa aqui apresentada.

Este trabalho apresenta o estudo intitulado *Os herdeiros do Lixão do Roger: contribuições escolares para a relação aluno e pertencimento social*, que, pautando o seu objetivo principal, *buscou analisar as contribuições escolares relacionadas ao reconhecimento do pertencimento social de crianças e adolescentes herdeiros do antigo Lixão do Roger*.

Atendendo aos objetivos específicos desta pesquisa, o estudo procurou identificar se há contribuições escolares para que as crianças e os adolescentes do Bairro do Roger se relacionem positivamente com o seu pertencimento social. Buscou-se colaborar para a percepção dos entraves socioeconômicos enfrentados pelos moradores locais, pertinentes a sua historicidade, regionalidade e pertencimento. Procurou-se também identificar expressões culturais e artísticas que contribuem paralelamente com a formação social das crianças e adolescentes deste lugar.

Nesse sentido, esta pesquisa centrou o seu campo problemático questionando se há contribuições escolares para que as crianças e os adolescentes do Baixo Roger se relacionem positivamente com a história, cultura e pertencimento do meio social em que estão inseridos.

Mesmo após a sua extinção, o Lixão do Roger continua a fazer parte do cotidiano dos que dele dependiam. A coleta de resíduos recicláveis ainda aparece como meio central de sobrevivência de inúmeras famílias que provêm e permanecem nessa região. Esse elo confere aos cidadãos daquela localidade características carregadas de especificidades, que se refletem ao lhes direcionar um olhar mais atento e individualizado. Nesse sentido, pretende-se situar a observação em recorte temporal compreendido no período de agosto de 2003, data da desativação do lixão, até os dias atuais.

Ao refletir sobre sociedade, povos, costumes e culturas, pode-se perceber que há uma infinidade de comportamentos e crenças a serem respeitadas e consideradas. Essas diferentes relações inferem decisivamente na construção do sujeito social e na formação identitária dos indivíduos. Assim, configura-se a diversidade humana. Faz-se necessário entender, respeitar e valorizar as nuances que se desvelam por meio das ações e demandas sociais de cada comunidade societária.

Entendendo que essa característica de miscigenação está presente na formação étnica do povo brasileiro, faz-se substancial considerar a atuação e a absorção dos seres humanos oriundos de grupos considerados como minoritários nos âmbitos educacional, social e cultural. Nesses grupos, pode-se relacionar cidadãos de baixa renda, afrodescendentes, indígenas, pessoas com deficiência, com diversidade de gênero e/ou culturais, entre outros.

Por meio da cláusula pétrea, promulgada em 1988 com a Constituição Federal, dispõe-se que “todos são iguais perante a lei”. Juridicamente, o princípio de igualdade aplica-se em todas as esferas:

Tal princípio deve ser considerado em dois aspectos: o da *igualdade na lei*, a qual é destinada ao legislador, ou ao próprio executivo, que, na elaboração das leis, atos normativos, e medidas provisórias, não poderão fazer nenhuma discriminação. E o da *igualdade perante a lei*, que se traduz na exigência de

que os poderes executivo e judiciário, na aplicação da lei, não façam qualquer discriminação (BRASIL, 1988).

Porém, apesar dos termos e normatizações, o que se observa na vida social são contraditórios casos de desrespeito, abuso e exclusão de cidadãos e grupos considerados “minoritários”. Observando as situações consideradas “corriqueiras”, pode-se identificar inúmeros entraves e percalços sociais impostos à sua integração e à socialização. Esses impasses podem se apresentar de forma estrutural, organizacional, monetário, dentre outros.

Ao se diferenciar do perfil considerado “aceitável”, muitos cidadãos passam a vivenciar o afastamento e a estigmatização, ocasionando o desordenamento das oportunidades de reconhecimento e pertencimento do sistema social. Essa falta de oportunidade e integração resulta em um processo excludente dos sujeitos ora focalizados. Nesse sentido, impõem-se restrições e embaraços, velados ou não, ao acesso às informações, vivências e oportunidades de engajamento social.

Percebe-se, então, que a sociedade capitalista provoca uma desumanização do ser social, criando critérios de exclusão. Isso se dá pela não aceitação das condições e características de indivíduos ou grupos de pessoas consideradas inadequadas ao padrão imposto pela hegemonia capitalista dominante. Conforme Freire (2005):

A desumanização, que não se verifica apenas, nos que têm sua humanidade roubada, mas também, ainda que de forma diferente, dos que roubam, é distração da vocação do ser mais [...], essa somente é possível por causa da desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é, porém, destino dado, mais resultado, de uma “ordem” injusta que gera a violência dos opressores e essa, um ser menos (FREIRE, 2005, p. 16).

Tendo em vista as dificuldades de inserção e manutenção da permanência dessas pessoas nos espaços escolares, percebeu-se a necessidade de averiguar com mais afinco a atuação crítico-pedagógica em área com população emergente do capitalismo. Perceber embates, inquietações e cerceamentos educacionais a que as gerações oriundas desses sujeitos estão submetidas causou inquietude e evidenciou uma empatia pessoal da pesquisadora, desvelando questionamentos basilares para este estudo.

Nesta arguição, foi realizado um levantamento bibliográfico, na intencionalidade de retratar os entraves das ações educativas direcionadas às camadas menos privilegiadas da sociedade, situando essa construção histórica no âmbito socioeducacional. Para isso, este estudo apoia-se no aporte teórico de Saviani (2001; 2012), Chaui (1986), Cury (2000), Frigotto e Ciavatta (2003), Gamboa (2007), Freire (2005), Aragão (2007), Frigotto e Ferreira (2019), dentre outros.

A construção de novos conhecimentos, baseados na promoção e confrontação de dados, evidências e informações sobre um determinado assunto é fundamentalmente a concepção de pesquisa apresentada por Lüdke e André (2018), para quem, “Em geral, isso se faz a partir do estudo de um problema, que ao mesmo tempo desperta o interesse do pesquisador e limita sua atividade de pesquisa a determinada porção do saber, a qual ele se compromete a construir naquele momento” (LÜDKE; ANDRÉ, 2018, p. 2).

Voltando o olhar à implantação e às finalidades do sistema de educação no Brasil, percebe-se que esse processo foi objetivado para privilegiar determinadas camadas da sociedade. Como mostra Carvalho (2010), desde o período colonial até a República Velha, a educação brasileira contemplou, necessariamente, os indivíduos abastados e aqueles vinculados às altas esferas da burocracia estatal e seus descendentes. O conhecimento servia como arma ideológica para a demonstração de poder e respeitabilidade.

De acordo com Kulesza (2003), quando o país começou a experimentar uma mudança no seu modelo de desenvolvimento econômico, com o início da industrialização na década de 1930, tornou-se necessária uma maior demanda de mão de obra especializada, fazendo-se fundamental a ampliação do acesso à escolarização básica. Isso, entretanto, não a tornou abrangente e acessível em todas as suas dimensões.

Ainda segundo o autor, o escolanovismo manifestou-se com maior força no Brasil na segunda década do século XX, mas já se fazia perceber desde os tempos Imperiais. Opondo-se à “escola tradicional”, propagou ideias de mudanças nas instituições educacionais públicas, as chamadas escolas normais, tendo como substrato a ideologia liberal. Em seu discurso original, defendia a função socializadora da escola ou a centralidade do indivíduo e do processo de aprendizagem. Porém, a ideologia neoliberal prescindida pelo projeto educacional republicano desfigurou completamente o ideário escolanovista original (KULESKA, 2003).

As ações ligadas à educação num âmbito mais social foram sendo desenvolvidas quase a “conta-gotas”. Conforme exposto por Saviani (2008), o regime militar instalou-se no início da década de 1960, e seus ideais educacionais tinham o propósito inicial de reforçar a industrialização. Instalava-se a ideologia política do nacionalismo desenvolvimentista.

Já na contemporaneidade, a ação educativa continua atravessando grandes impasses. Dentre eles, a inserção justa e igualitária para os que dela dependem. Camadas mais pobres da sociedade enfrentam a constante impossibilidade de acesso ao conhecimento formal, basilar e emancipador. Isso se dá por demandas econômicas, sociais e discriminatórias.

Para esse público, não é possível escolher uma educação com parâmetros ideológicos adequados à sua vivência e experiências prévias, já que o sistema capitalista procura impor

limitações para a formação humana da população menos favorecida. Para a educação pública oferecida aos alunos da classe trabalhadora, objetiva-se apenas o “conteúdo básico”. Para Freitas (2014), essa realidade fica explícita:

Com o discurso do direito restrito à aprendizagem do básico, perpetua-se, por um lado, a exclusão dos processos de formação humana e, ao mesmo tempo, libera-se a conta-gotas o conhecimento necessário para que a juventude dê conta de atender às demandas das novas formas de organização da produção. Acesso a um pouco mais de letramento, leitura e matemática (FREITAS, 2014, p. 51).

Em contrapartida, os filhos da classe alta têm acesso a escolas e a sistemas educacionais que reforçam a ideologia dominante e que perpetuam sua função social de orquestrar a cadeia produtiva por meio da soberania hierárquica e homogênea. Seus direitos são preservados por meio da imposição estrutural a que se legitima. “Dessa forma, abre-se uma linha de acesso ao ensino para a classe média emergente e os mais ricos ficam protegidos do convívio com os mais pobres” (FREITAS, 2014, p. 52).

Cabe, assim, ao estudo e à observação científica pautar ações que se oponham a essa perpetuação hierárquica. De acordo com Gamboa (2007, p. 35), “A tarefa da ciência está orientada para a crítica dos interesses e para a emancipação do homem; não só questiona o que é ou como, senão para que se tem de fazer ciência”. Desse modo, a ciência aponta para uma observação da dimensão dialética construída por meio das dimensões sociais.

Para esse processo, faz-se imprescindível o engajamento, a empatia e a metodologia científica norteadora da construção consecutiva de novos conhecimentos. Esses conhecimentos são, portanto, frutos da curiosidade, da inquietação, da inteligência e da atividade investigativa dos indivíduos, a partir do que já foi elaborado e sistematizado pelos que trabalharam o assunto anteriormente e em continuação a isso (LÜDKE; ANDRÉ, 2018, p. 2).

Em consonância com sua abordagem, para esta arguição, tomou-se por base a concepção do Materialismo Histórico e Dialético, e pretendeu compreender a educação a partir do desenvolvimento histórico entendendo o processo educativo como meio de facilitação para a transformação social. Neste sentido, Para Saviani (2012):

[...] necessidade de se compreender a educação no seu desenvolvimento histórico objetivo e, por consequência, a possibilidade de se articular uma proposta pedagógica cujo ponto de referência, cujo compromisso, seja a transformação da sociedade e não sua manutenção, a sua perpetuação. [...] de se compreender a educação escolar tal como ela se manifesta no presente, mas entendida essa manifestação presente como resultado de um longo processo de transformação histórica (SAVIANI, 2012, p. 80).

Pautar ações pedagógicas com embasamentos e articulações inclusivas demandam o engajamento pessoal da equipe escolar e o direcionamento basilar alicerçado em aportes teóricos que fundamentem a intencionalidade transformadora. Por meio da mediação da apropriação de novos conhecimentos, o sujeito social tende a buscar sua própria emancipação.

Em outro estudo, intitulado “Escola e Democracia”, Saviani (2001) defende que o acesso pleno à escolarização mostra-se um caminho viável e abrangente que pode constituir-se em ferramenta de emancipação às camadas populares da sociedade, tornando-as alvo da ação pedagógica. Essa perspectiva tem alto poder transformador, pois o reconhecimento da própria identidade confere ao sujeito a autonomia crítica necessária para apropriar-se da sua história e convergir decisivamente para o seu futuro.

Em conciliação com essa perspectiva, essa investigação caracteriza-se como um Estudo de Caso, pois, como bem definida por Ludke e André (2018, p. 24), em seus apontamentos: “A preocupação central ao desenvolver esse tipo de pesquisa é a compreensão de instância singular. Isso significa que o fenômeno estudado é tratado como único, uma representação singular da realidade que é multidimensional e historicamente situada”. Tal reflexão molda-se perfeitamente ao estudo ora apresentado.

Para os referidos autores, o estudo de caso deve seguir três fases para o seu desenvolvimento:

[...] sendo a primeira aberta ou exploratória, a segunda e mais sistemática em termos de coleta de dados e a terceira consistindo na análise e interpretação sistemática dos dados e na elaboração do relatório (LÜDKE; ANDRÉ, 2018, p. 21).

Ainda segundo as autoras, os métodos de coleta de dados na pesquisa de campo compreendem três instrumentos importantes, sendo eles: observação, entrevista e análise documental.

Dessa forma, a coleta de dados utiliza-se de diversas fontes de informações e de uma variedade de dados que podem ser reunidos em variadas etapas do processo de pesquisa, possibilitando o cruzamento de informações, que podem confirmar ou rejeitar hipóteses, descobrir novos dados, afastar suposições ou levantar hipóteses alternativas (LÜDKE; ANDRÉ, 2018).

No que tange à observação, Gil (2002, p. 130) entende que: “Esta etapa representa um período de investigação informal e relativamente livre, no qual o pesquisador procura obter, tanto quanto possível, entendimento dos fatores que exercem influência na situação que constitui o objeto de pesquisa”.

Compreende-se por objetivo dessa etapa uma fase exploratória que visa a uma aproximação do pesquisador com os sujeitos comunitários, guiado por uma observação dos fenômenos a serem considerados. Essa interação com os sujeitos oportuniza o levantamento de hipóteses antes desconhecidas.

Por meio de uma abordagem no âmbito qualitativo, tornou-se possível construir um mapa representativo das possibilidades de interação do sujeito com o processo educativo. Segundo Triviños (1987), porém, essa abordagem deverá primar na busca por:

[...] uma espécie de representatividade do grupo maior dos sujeitos que participarão no estudo. Porém, não é, em geral, a preocupação dela a quantificação da amostragem. E, ao invés da aleatoriedade, decide intencionalmente, considerando uma série de condições (sujeitos que sejam essenciais, segundo o ponto de vista do investigador, para o esclarecimento do assunto em foco; facilidade para se encontrar com as pessoas; tempo do indivíduo para as entrevistas, etc. (TRIVIÑOS, 1987, p. 132).

Esse tipo de abordagem proporciona uma acolhida dos dados e informações descritivas de forma flexível e pretende retratar a complexidade relativa à realidade comunitária em seu contexto natural. Essa representação é de suma importância para o levantamento e entendimento dos procedimentos subsequentes da pesquisa.

Para a coleta de dados, foram aplicadas entrevistas semiestruturadas, que viabilizaram a interação da pesquisadora e dos participantes do estudo. A entrevista semiestruturada “[...] valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação” (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

Para uma maior amplitude de entendimento, a etapa das entrevistas foi realizada com dois grupos distintos: o primeiro, composto por moradores do Bairro do Roger, pais de alunos regularmente matriculados na Escola Municipal de Ensino Fundamental Monsenhor João Coutinho, tendo ciência e acesso aos processos educativos escolares desenvolvidos naquela unidade escolar. Para esse processo, foram escolhidos indivíduos de diversos contextos e percepções formativas. Nesse sentido, tenciona-se abrir espaço para salientar a pluralidade local como caminho para o entendimento da eficácia das ações educacionais direcionadas à comunidade.

Em um segundo momento, foram ouvidos os professores atuantes na Escola Municipal de Ensino Fundamental Monsenhor João Coutinho, para oportunizar o relato de vivências e construções escolares alusivas ao pertencimento social das crianças e adolescentes do Bairro

do Roger, além de considerações inerentes ao reconhecimento prévio dos alunos enquanto cidadãos e a recepção dos alunos aos assuntos que remetem ao pertencimento social.

A amostragem populacional delimitada para este estudo compreendeu um número de 35 participantes, sendo 27 pais e/ou responsáveis pelos alunos, e oito professores atuantes na escola supracitada. Para pais e/ou responsáveis, foram observados os critérios de faixa etária, só sendo admitidas respostas de cidadãos com maioridade, indivíduos alfabetizados e domiciliados atualmente na comunidade. Para a coleta de dados com estes sujeitos, foram utilizados os questionários eletrônicos, por meio do *Google Forms*.

Para professores, os critérios foram: estar inseridos na educação de crianças e adolescentes do bairro e possuir vínculo empregatício com a referida escola. Com estes participantes, a coleta de dados foi feita por meio de entrevista semiestruturada, que ocorreu por meio da plataforma digital *Google Meet*.

Como suporte para a realização da entrevista, foi utilizado um roteiro preliminar com perguntas norteadoras, permitindo tanto ao pesquisador quanto ao participante a possibilidade de enfatizar, com maior ou menor intensidade, assuntos considerados relevantes ao tema proposto.

Para o levantamento documental, foram utilizados materiais, como: leis, normas e regulamento escolar. Para uma maior focalização dos fenômenos do lócus da pesquisa, utilizou-se o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Municipal de Ensino Fundamental Monsenhor João Coutinho do ano de 2018, documento que oficialmente regulamenta, embasa e justifica as ações educacionais voltadas para os alunos desta instituição escolar. Por meio do PPP, é possível identificar as Políticas Públicas Educacionais presentes nesse registro regulatório. Esta etapa é de grande importância na pesquisa, pois “Os documentos constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador” (LÜDKE; ANDRÉ, 2018, p. 39).

Segundo explanação feita por Flick (2009), alguns pontos importantes devem ser considerados quando pensamos em pesquisas voltadas para o âmbito educacional. O vasto campo a ser observado e considerado, por vezes, é relacionado de forma equivocada e aquém da realidade. Para conter os efeitos de uma pesquisa qualitativa mal dirigida, várias possibilidades de regulação formam-se ao redor das produções dessa área.

Para garantir o rigor relacionado ao cumprimento do Código de Ética dos trabalhos acadêmicos focalizados na esfera social, esta pesquisa e suas finalidades foram submetidas à avaliação de conformidade, sendo revisado e obtendo a aprovação para o seu desenvolvimento.

Essas medidas visam minimizar as possibilidades de infrações e equívocos prejudiciais aos campos científico e social.

Primando pelos embasamentos e orientações éticas do trabalho investigativo, esta pesquisa levou em consideração o respeito, a dignidade e a idoneidade dos sujeitos envolvidos, prezando por sua individualidade e bem-estar, acima de qualquer pressuposto. Foi fundamental, além disso, manter a confidencialidade dos dados apresentados, bem como dos autores dos apontamentos, evitando causar danos ou empecilhos futuros aos participantes deste estudo.

O tratamento dos dados foi realizado por meio do enfoque Materialismo Histórico e Dialético, com base nos estudos apresentadas pelo filósofo alemão Karl Marx (1818-1883). Essa perspectiva propõe-se a direcionar a compreensão das transformações históricas e sociais por meio do dinamismo relacional entre concreto e abstrato.

Tomando por base o princípio da essência e da aparência, o Materialismo Histórico e Dialético motiva a busca do real sentido da essência que se desvela por trás de uma aparência alusiva, como fator fundamental para a desconstrução de um posicionamento pré-concebido de determinadas ações e fenômenos. Em seus estudos, Zen e Sgarbi (2018) pontuam esse princípio:

A diferença entre aparência e essência é fundamental para Marx e para todos os pensadores que adotam a perspectiva materialista histórico-dialética. Assim, conhecer para Marx é ser capaz de ultrapassar a aparência do real, dos fatos, dos fenômenos, da facticidade, da empiria e captar a essência do objeto, suas múltiplas determinações e contradições. Para ele, é indispensável à reflexão teórica um conhecimento esmerado do objeto, da dinâmica e estrutura que constitui a realidade a ser investigada (ZEN; SGARBI, 2018, p. 92).

Perceber que a dinâmica social interfere, mas não determina o posicionamento crítico do sujeito, é ponto relevante nesse entendimento, pois, como citado por Gamboa (2007), “Nas pesquisas dialéticas, o homem é concebido como ser social e histórico, que, embora determinado por contextos: econômicos, políticos e culturais, é o criador e transformador de tais contextos” (GAMBOA, 2007, p. 189).

Nas categorias de análises, foram utilizados os pressupostos das categorias analíticas da hegemonia, reprodução, totalidade e contradição. Por meio delas, foi possível uma aproximação ao entendimento dos fenômenos sociais da população visualizada nesta pesquisa. Para tornar clara sua importância e especificidade, descreve-se cada uma dessas categorias.

Categoria Analítica Hegemonia – essa concepção trata da dominação ideológica de um determinado grupo da sociedade em detrimento de outros. Nesse caso, estipulada entre classes, dominantes e subalternas, burgueses e proletários. Segundo Cury (1985):

A hegemonia é a capacidade de direção cultural e ideológica que é apropriada por uma classe, exercida sobre o conjunto da sociedade civil, articulando seus interesses particulares com os das demais classes de modo que eles venham a se constituir em interesse geral. Referida aos grupos e facções sociais que agem na totalidade das classes e no interior de uma mesma classe, ela busca também o consenso nas alianças de classe, tentando obter o consentimento ativo de todos, segundo os padrões de sua direção (CURY, 1985, p. 48).

Desta forma, a ideologia dominante impõe-se e coloca-se de forma hegemônica, fazendo-se entender soberana sobre as demais.

Categoria Analítica Reprodução – consiste na percepção da necessidade de reprodução da ideologia dominante para o seu fortalecimento e perpetuação, visando à manutenção dos privilégios e benefícios que nela se amparam. Conforme Cury (1985):

O sistema capitalista tenta tornar a sociedade como um todo, o lugar de reprodução das relações sociais de produção com a atenuação dos conflitos. Mas isto não quer dizer impositividade absoluta, porque o crescimento das forças produtivas gera continuamente novas contradições e a negatividade perpassa todo o espaço social (CURY, 1985, p. 41).

Entender o dinamismo das relações sociais e o processo dialético deste movimento orienta, de forma embasada, a reflexão e a criticidade. Esta visão dinâmica da história é defendida por Gamboa (1996) em seus estudos:

As pesquisas com abordagens crítico-dialéticas criticam fundamentalmente a visão estática da realidade implícita nas anteriores abordagens. Visão esta que esconde seu caráter conflitivo, dinâmico e histórico. A racionalidade crítica, presente nessa abordagem, busca desvendar não apenas o ‘conflito das interpretações’, mas o conflito de interesses que determinam visões diferenciadas de mundo. Essas pesquisas manifestam um ‘interesse transformador’ das situações ou fenômenos estudados, resgatando sua dimensão sempre histórica e desvendando suas possibilidades de mudança (GAMBOA, 1996, p. 113).

Categoria Analítica Totalidade – por esta concepção, é possível entender os pequenos fenômenos que, agrupados, tornam-se um grande elo e se constituem em uma totalidade. Essa percepção só é possível com a união de dados e relatos que se unem entre si, desvendando intercessões, uma rede dialética de outros processos que vão se tornando intrínsecos. Segundo Cury (1985):

Na totalidade, cada realidade e cada esfera dela são uma totalidade de determinações, de contradições atuais ou superadas. Cada esfera da realidade está aberta para todas as relações e dentro de uma ação recíproca com todas as esferas do real. Mas a totalidade sem contradições é vazia e inerte, exatamente porque a riqueza do real, isto é, sua contraditoriedade, é escamoteada, para só se levarem em conta aqueles fatos que se enquadram

dentro de princípios estipulados a prior. A consideração da totalidade sem as contradições leva a colocar a coerência acima da contradição. Nesse caso, o objeto de conhecimento ganha em coesão e coerência, em detrimento, porém, do que há de conflituoso nele. E o privilegiamento da contradição revela a qualidade dialética da totalidade (CURY, 1985, p. 35).

Para entender a totalidade, é necessário perceber que os fenômenos estão em constante mutação, pois são organizados dialeticamente das partes para um todo e de um todo para as partes.

Categoria Analítica Contradição – visa compreender os processos de transformações e potencialidades de mudanças por meio do reconhecimento e negação. Nesse aspecto, as contradições impulsionam as mudanças e fomentam uma constante necessidade de transformação tanto no âmbito material quanto no social. Sob essa ótica, Gadotti (1990) enfatiza:

A transformação das coisas só é possível porque no seu próprio interior coexistem forças opostas tendendo simultaneamente à unidade e à oposição. É o que se chama de contradição, que é universal, inerente a todas as coisas materiais e espirituais. A contradição é a essência ou a lei fundamental da dialética (GADOTTI, 1990, p. 26).

Concordando esse pensamento, Aragão (2007) afirma que:

Como exemplo dessas contradições, podemos mencionar as existentes entre as relações de produção e as forças produtivas, ou entre o capital e a luta organizada da classe trabalhadora. Estas contradições históricas são essenciais por se encontrarem na base da organização do sistema capitalista (ARAGÃO, 2007, p. 74).

É possível um melhor entendimento desse contexto pela exposição de Aragão (2007), quando afirma que “[...] a contradição é destruidora, mas ao mesmo tempo criadora, pois os contrários em luta e movimento, buscam a superação da contradição, superando-se a si próprios” (ARAGÃO, 2007, p. 75).

É por meio desse dinamismo histórico, que se configura em um constante ajuste e reajuste da realidade, que as situações e fenômenos contribuem dialeticamente para uma importante transformação social. Neste sentido, observar e entender o movimento histórico dos sujeitos sociais possibilita uma visão mais ampla e conciliatória dos aspectos determinantes desse processo tão fundamental e desafiador da vivência humana.

Pautando suas concepções, Gamboa (2007) afirma que, a partir do entendimento do estado de alienação e opressão ao qual está sendo submetido, o sujeito tende a se perceber parte integrante deste sistema. Nesse reconhecimento, passa a se notar como ser social e histórico,

que, embora determinado por contextos econômicos, políticos e culturais, é o criador e transformador de tais contextos.

Percebendo que todas as pessoas possuem seus conhecimentos e valores, é possível compreender que saberes não são maiores ou melhores, saberes são diferentes e possuem um valor próprio. Para Freire (2005), “Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre”.

Por vezes, a necessidade histórica, social e/ou econômica traz aos indivíduos vivências e percepções diferenciadas das suas próprias realidades. Nos mais diversos modos de civilizações distribuídas ao redor do mundo, o compartilhamento de ideais, interesses, costumes e tradições implica conhecimentos específicos e direcionados para determinados assuntos.

Esses interesses variam de acordo com a região, o clima e o desenvolvimento local. Assim, nem mesmo o mais sábio cidadão é capaz de deter todas as respostas. Haverá sempre um complemento entre as realidades vivenciadas, observadas ou estudadas. Esses conhecimentos e essas percepções são basilares para importantes questionamentos e descobertas da humanidade. Sendo o conhecimento popular imprescindível na concepção e para a construção do conhecimento científico, os saberes mantêm um constante diálogo de convergências ou discordâncias, que se interpelam e se complementam.

Assim, conforme o dito popular, “ninguém é tão alguém que não precise de ninguém”, que não necessite de embasamentos construídos a partir de vivências e experiências de outros sujeitos. Que não necessite de teorias apresentadas anteriormente, para que, a partir dessas, possam ser geradas novas ideias e reflexões. Ninguém reflete com o intuito de convencer apenas a si próprio. A reflexão torna-se o ponto de partida para instigar o outro, para compreender e transformar involuções.

Alicerçando-se na ótica de que a educação baseia-se na troca e na ressignificação de saberes e experiências prévias, o paradigma educacional sob a abordagem defendida por Paulo Freire confere aos sujeitos, indistintamente, a possibilidade de reflexão e reconhecimento dos seus direitos e deveres como cidadãos ativos e transformadores da sua realidade.

Cada indivíduo tem o seu valor, sua significação, seu conhecimento prévio e sua importância na construção da história e sociedade. Nesse sentido, “Não há saber mais, nem saber menos, há saberes diferentes” (FREIRE, 2005. p. 68), que se complementam, se desconstroem e reconstroem conforme suas aspirações.

Nesse paradigma, não basta aprender a ler e a escrever: os sujeitos educacionais precisam aprender a refletir sobre a própria realidade e condição social, para que, diante dos

entendimentos adquiridos, possam ter uma atuação autônoma e consciente do seu papel na sociedade.

É a partir dessa compreensão que o sentido de pertencimento social vem contribuir para a formação de um cidadão atento e analítico dos desdobramentos econômicos, culturais e político-coletivos. Segundo Doyal e Gough (1994), o conceito de pertencimento social vem como uma viabilidade de se reconhecer no processo de construção de sua própria identidade, entender e se apropriar das suas possibilidades e até impossibilidades de participação da sociedade de forma significativa.

Deste modo, as pessoas tornam-se capazes de avaliar as próprias ações, as informações, normas e imposições, trazendo-lhe uma autonomia necessária ao desenvolvimento da criticidade reflexiva. Este é um importante passo para a resignificação de conceitos e imposições impostas pela ideologia dominante.

1 EM QUEM SE APOIA ESTA REFLEXÃO

Neste estudo, diversos autores foram considerados e se tornaram basilares para o entendimento e a construção da observação do contexto social no qual a comunidade focalizada se insere e os embaraços decorrentes dessa inserção, seguindo, porém, a concepção do Materialismo Histórico e Dialético, evidenciando-se, com mais frequência, importantes obras e contribuições dos autores Antônio Gramsci, Cury, Demerval Saviani, Paulo Freire, Gaudêncio Frigotto e Maria Ciavatta.

Apesar de suas concepções seguirem pensamentos desiguais em alguns momentos, esses teóricos se aliam na defesa de uma educação igualitária para todos, objetivando a superação da condição social dos oprimidos, sua emancipação política, social, econômica e a socialização do capital cultural. Nesse sentido, suas obras são de suma importância, para que se entenda o poder e a relevância da educação pautada no compromisso social para uma real contribuição na construção de uma sociedade mais justa e humanitária.

Essa perspectiva é pertinente quando se busca entender questões relacionadas ao propósito da educação em instituições que atendem, de forma majoritária, estudantes de bairros periféricos das grandes cidades brasileiras. Assim, esta pesquisa teve embasamento no olhar crítico das vertentes educacionais que acompanham a construção social das crianças e dos adolescentes que residem no Bairro do Roger.

A escolha dessa população não foi ocasional. Entende-se, conforme o Materialismo Histórico e Dialético, que nela há fortes traços do poder excludente capitalista e da concepção de classes hegemônicas e subalternas. Esse cenário é retratado por estudos e publicações que expõem adversidades vividas em passado próximo (1958 a 2003) por crianças, jovens e demais moradores e trabalhadores da região.

O Lixão do Roger é o “habitat urbano do homem-urubus”, que procura manter-se vivo numa acirrada disputa diária por uma ponta de lixo. São famílias inteiras, incluindo as crianças, que se alternam em jornadas diurnas e noturnas. Os trabalhadores do Lixão exercem uma função social de grande importância, embora não reconhecida (SEABRA; NEU, 2003).

A visualização de determinada sociedade é acompanhada, intrinsicamente, de propósitos e questões que norteiam a pesquisa de forma instigante e impulsionadora. Essa busca por informações e conhecimentos fortalece uma consciência histórica que elucida, transforma e concebe percepções conceituais sobre traços societários ideologicamente enraizados nos sujeitos sociais. Por meio da teoria crítica, esses conhecimentos pautados em fundamentos

norteadores auxiliam na compreensão de sociedade, da divisão de classes e do reconhecimento identitário. Conforme Frigotto e Ciavatta (2003):

Entendemos que, no Brasil, embora, formalmente, todos sejamos cidadãos, há níveis e situações concretas diferenciadas de cidadania de acordo com as classes sociais. O que significa, efetivamente, acesso diferenciado aos bens necessários à sobrevivência, criando a situação de escândalo público (impune) dos indicadores de renda, traduzidos em pobreza e miséria. O pertencimento formal à sociedade política não assegura direitos iguais para todos (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003, p. 55).

Dessa maneira, é possível compreender como os atores principais desse contexto dividem-se e definem espaços a serem ocupados em determinadas áreas da sociedade. Há dois grupos que se distinguem com facilidade, denominados Oprimidos e Opressores.

Aos opressores, cabe a função de orquestrar a cadeia produtiva por meio da soberania hierárquica e homogênea. Seus direitos são preservados por meio da imposição estrutural a que se legitima. No curso da história, esses conceitos foram intrinsecamente difundidos, a ponto de passar despercebidos pelos seus detentores, que, em determinadas obras, são definidos como burgueses. Segundo Freire (2005), não é incomum que os opressores não reconheçam seu estado impositor:

Os opressores não percebem seu monopólio em ter mais como um privilégio que desumaniza os outros e a si mesmos. Não podem ver que, na busca egoísta de ter como classe proprietária, se afogam em suas próprias posses, deixando de “ser”; eles simplesmente “têm” (FREIRE, 2005, p. 45).

Aos oprimidos, recaem as funções mais essenciais no modo produtivo da sociedade. Nesse grupo, incluem-se indivíduos mais pobres, que dependem do seu trabalho para viver e prover a manutenção familiar. Essa é a parcela economicamente menos favorecida da sociedade, a que dispõe de pouco ou quase nenhum recurso financeiro. Os oprimidos, também definidos como proletários, são trabalhadores e formam a grande massa da população brasileira. Para esses cidadãos, a ascensão social passa por grandes embates, dificultando – ou até mesmo impossibilitando – o alcance de um crescimento estrutural e/ou monetário.

Historicamente, observa-se que, dependendo do grau de desregulamentação do capital e da força ou fragilidade da classe trabalhadora, combinam-se os processos geradores da mais-valia absoluta e relativa ao mesmo tempo. As estratégias neoliberais de desregulamentação e flexibilização das leis do trabalho, atualmente em curso no Brasil, são um exemplo emblemático de uma carta branca para o capital exercer uma superexploração dos trabalhadores (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003, p. 51).

Para manter a hegemonia e a supremacia da classe dominante, cabe a utilização de mecanismos mantenedores da opressão. Essa relação de poder infligida sobre as classes subalternas caracteriza-se pela violência imposta. Conforme Freire (2000):

Toda relação de dominação, exploração, da opressão já é violência em si. Não importa o que se faça por meio de meios drásticos ou não. É, ao mesmo tempo, um impedimento para desgosto e amor. Obstáculo para o amor como desde que o dominador e dominado, deshumanizando o primeiro pelo excesso e o segundo devido à falta de poder, se transformam em coisas. E as coisas não amam (FREIRE, 2000, p. 58).

Nesse sentido, Freire (2000) busca uma reflexão sobre os padrões impostos pelo capitalismo e sua força sobre os sujeitos oriundos das camadas mais pobres. Valendo-se da desumanização dos indivíduos, provocada pela exploração alienante da sua força produtiva, os oprimidos passam a ser “coisificados”, para que suas dores e lutas sejam silenciadas e consideradas obsoletas.

Esta violência, como um processo, passa de geração a geração de opressores, que se vão fazendo legatários dela e formando-se no seu clima geral. Este clima cria nos opressores uma consciência fortemente possessiva. Possessiva do mundo e dos homens. Fora da posse direta, concreta, material, do mundo e dos homens, os opressores não se podem entender a si mesmos (FREIRE, 2005, p. 44).

É necessário manter o controle social e ideológico das grandes massas populacionais, denominando todo e qualquer ato contrário a essa hegemonia como subversivo e anarquista. Nessa ótica, “Se a humanização dos oprimidos é subversão, sua liberdade também o é. Daí a necessidade de seu constante controle. E, quanto mais controlam os oprimidos, mais os transformam em “coisa”, em algo que é como se fosse inanimado” (FREIRE, 2005, p. 26).

Para viabilizar o acesso à consciência de classe e promover o entendimento do estado alienante em que foram postos, imputa-se à educação a promoção de reflexões e debates em torno da realidade dos proletariados. Pois, “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (FREIRE, 2000, p. 67).

A ação educativa pode ocorrer de diversas formas (intencionais ou não intencionais), conseguindo produzir nos sujeitos sociais os gatilhos necessários à construção de uma reflexão crítica dos contextos sociais. Em seu livro *Educação: do senso comum à consciência filosófica*, Saviani expõe que:

[...] as pessoas comunicam-se tendo em vista objetivos que não o de educar e, no entanto, educam e educam-se. Trata-se, aí, da educação assistemática [...]; ocorre uma atividade educacional, mas ao nível da consciência irrefletida,

portanto, não intencional, ou seja, concomitantemente a uma outra atividade, esta sim desenvolvida de modo intencional. Quando educar passa a ser objeto explícito da atenção, desenvolvendo-se uma ação educativa intencional, então se tem a educação sistematizada. (SAVIANI, 2009, p. 60).

Grande filósofo do século XX, Antônio Gramsci apresenta uma reflexão teórica com caráter questionador e preocupado com a relação indivíduo e sociedade. Em suas obras, expõe que as ações educacionais trazem consigo um cunho ideológico aristocrata que evidencia a divisão de classes:

[...] É evidente que a educação inglesa visava não tanto a cultivar a mente, a enriquecê-la com vastos conhecimentos, quanto a desenvolver o caráter, a preparar uma classe aristocrática, cuja superioridade moral era instintivamente reconhecida e aceita pelas classes mais humildes. A educação superior ou universitária, inclusive porque muito cara, era reservada a poucos, aos filhos de famílias grandes pela nobreza ou pelos rendimentos, sem por isso ser vetada aos mais pobres, desde que obtivessem, graças ao talento, uma bolsa de estudos (GRAMSCI, 1982, p. 89).

Para a reflexão crítica, é imprescindível que o oprimido tenha consciência do estado em que se encontra e que, estando de posse dessa compreensão, questione posições e busque sua emancipação por meio da apreensão da criticidade desveladora. Para Freire, “É absolutamente essencial para os oprimidos participar no processo revolucionário com uma consciência cada vez mais crítica de seu papel como sujeitos de transformação” (FREIRE, 2005, p. 83).

Esse resgate do ser individual deve preceder e viabilizar o entendimento do sentido coletivo. Conforme Frigotto e Ciavatta (2003):

A ideia de cidadania coletiva implica o resgate da individualidade como parte de um coletivo e, portanto, como sujeito político. Cabe observar o quanto a concepção de cidadania coletiva está distante da noção mercantil de cidadão produtivo. Este deve possuir as qualidades para a inserção em uma economia de mercado que o aliena de sua generalidade em comunhão política com os demais homens, para submetê-lo aos ditames da produtividade exigida pela reprodução do capital (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003, p. 57).

Concordando com essa visão, Demerval Saviani destaca a importância de uma ação pedagógica consciente para a práxis de uma educação que traga ao estudante a oportunidade de refletir criticamente sobre fatos e vivências, sem renunciar a uma prática escolar sistematizada e pensada para atender às suas necessidades educativas e sociais. Para o autor, em seu livro *Escola e Democracia*, cabe a reflexão:

Não adianta nada eu ficar sempre repetindo o refrão de que a sociedade é dividida em duas classes fundamentais, burguesia e proletariado, que a burguesia explora o proletariado e que quem é proletariado está sendo

explorado, se o que está sendo explorado não assimila os instrumentos por meio dos quais ele possa se organizar para se libertar dessa exploração (SAVIANI, 2001, p. 66).

Essa concepção evidencia a importância das ações pedagógicas transformadoras que se utilizam de meios e ferramentas ideológicas para fomentar a construção do entendimento social, cultural e regional dos atores educacionais. Ressalta-se o poder transformador das ações intencionalmente estruturadas para a percepção de mundo e de cidadania. Sob essa ótica, Saviani (2009) afirma:

Cabe entender a educação como um instrumento de luta. Luta para estabelecer uma nova relação hegemônica que permita construir um novo bloco histórico sob a direção da classe fundamental dominada da sociedade capitalista – o proletário. Mas o proletário não pode erigir-se em força hegemônica sem a elevação do nível cultural das massas. Destaca-se aqui a importância fundamental da educação. A forma de inserção da educação na luta hegemônica configura dois momentos simultâneos e organicamente articulados entre si: um momento negativo que consiste na crítica da concepção dominante (a ideologia burguesa); e um momento positivo que significa: trabalhar o senso comum de modo que se extraia o seu núcleo válido (o bom senso) e lhe dê a expressão elaborada com vistas à formulação de uma concepção de mundo adequada aos interesses populares (SAVIANI, 2009, p. 3-4).

A educação, quando cumpre fielmente a sua função, apresenta-se como instrumento de luta, reconhecimento e amadurecimento crítico dos indivíduos comunitários. Essa é uma arma poderosa, que amedronta e confronta a hegemonia dominante, e que, por isso, é combatida e desvalorizada continuamente. Para Gramsci (2001):

Com seu ensino, a escola luta contra o folclore, contra todas as sedimentações tradicionais de concepções de mundo, a fim de difundir uma concepção mais moderna, cujos elementos primitivos e fundamentais são dados pela aprendizagem da existência de leis naturais como algo objetivo e rebelde, às quais é preciso adaptar-se para dominá-las, e de leis civis e estatais, produto de uma atividade humana, que são estabelecidas pelo homem e podem ser por ele modificadas tendo em vista seu desenvolvimento coletivo (GRAMSCI, 2001, p. 42-43).

Para tanto, é necessário engajamento. A educação move nos seres humanos relações interpessoais que necessitam de empatia, força e coragem para praticar, sobretudo, um ato de doação e amor ao próximo. Precisa ser verdadeira, intensa e contínua para ser entendida como realidade. Assim acredita Freire, ao dizer que “A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa” (FREIRE, 2000, p. 104).

2 BAIRRO DO ROGER: UM PASSEIO POR SUAS RUAS E LADEIRAS

Situado na região central da capital paraibana, o Bairro do Roger foi criado em área de propriedade da arquidiocese da Paraíba, em meados de 1896, configurando-o como um dos bairros mais antigos da cidade. No entanto, sua instituição administrativa concretizou-se na década de 1940, tornando-se um marco referencial para os seus moradores. Segundo levantamento histórico apresentado por Bispo (2005):

O nome foi em homenagem ao proprietário inglês, o senhor Ricardo Roggers, que ao falecer, deixou o sítio em nome de sua esposa Francisca Romana Roggers, que vendeu a propriedade, no ano de 1891 ao conselheiro Francisco de Paula Mayrink [...]. No ano de 1896, essa propriedade foi doada à Arquidiocese Paraibana (BISPO, 2005, p.32-33).

Figura 1 – Mapa do Bairro do Roger



Fonte: Google Maps (2021).

Conforme Bispo (2005), apesar de sediar algumas das residências das famílias mais abastadas da época de sua fundação, essa região deixou de fazer parte do foco social a partir do desenvolvimento da cidade em direção à faixa litorânea municipal.

Nesta área em que se situa a zona norte, é que acontecia a ebulição da vida cultural, social e política da cidade. As construções dos coretos nas praças, ponto de encontro da sociedade, revelam um cotidiano peculiar de palanques a espaços para apresentação das bandas marciais, lugar dos enamorados, dos políticos, entre outros. Diferente de outras cidades, João Pessoa se desenvolveu da área mais ao norte para o sul, em direção às margens praianas, ou seja, nasceu do rio e caminhou para o mar, em que os residentes pertenciam a uma população de alto poder aquisitivo que só começou a tomar novos rumos nas primeiras décadas do século XX, quando mudanças urbanísticas começaram a ser implantadas na cidade (BISPO, 2005, p. 25).

Após esse deslocamento social, a realidade do bairro modificou-se drasticamente, passando a abrigar realidades distintas e destoantes sob sua extensão. Para entender esse cenário, faz-se necessário um olhar mais atento ao curso e desdobramentos da história local, que decorrem em divisões, segregações e distanciamento dos sujeitos comunitários concidadãos. Segundo Nascimento (2012):

Na década de 1960, houve alterações significativas no crescimento de João Pessoa, na medida em que os índices de acumulação de capital industrial começaram a crescer no Brasil, e se efetivaram algumas intervenções públicas de caráter nacional (NASCIMENTO, 2012, p. 78).

E segue apresentando considerações sobre esse cenário temporal:

Infere-se que aqueles que possuíam uma renda mais alta ocupavam as áreas mais valorizadas da cidade e melhor servidas de infraestrutura e serviços, tais como os bairros dos Estados, Expedicionários, Miramar, Tambiá e Jaguaribe. Já aqueles que eram os mais pobres ocupavam, sobretudo, as áreas deterioradas do Varadouro, áreas pericentrais, como o Cordão Encarnado, Roger e Torre, os manguezais próximos aos rios, as margens da ferrovia e os bairros periféricos [...] (NASCIMENTO, 2012, p. 79).

Embora o “Bairro do Roger” tenha sido uma denominação utilizada para nomear todo o espaço territorial que compõe essa comunidade, ao longo do século XX, algumas subdivisões foram surgindo, demarcando espaços e ambientes de ocupação. Em um primeiro momento, subdividiu-se o bairro entre Alto Roger e Baixo Roger.

Enquanto o Alto Roger foi o primeiro a ser fundado, o Baixo Roger tem registros mais tardios. De acordo com Nascimento (2012), “Analisando-se a planta da cidade de 1930 [...], observa-se uma tendência de expansão no setor norte [...] – atual Baixo Roger.” (NASCIMENTO, 2012, p. 70).

Nessa subdivisão, foram evidenciadas questões socioeconômicas e culturais dos moradores dessa região que, na prática, funcionaram como divisores de espaços do bairro entre os que detinham melhores condições financeiras dos que estavam em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Essa divisão é perceptível, inclusive, na nomenclatura utilizada para sua definição, Alto Roger e Baixo Roger, ficando clara a intencionalidade de se intitular morador do “alto” ou do “baixo”.

Naturalmente, a geografia do terreno em que fica localizado o Bairro do Roger e outros bairros da zona norte, como o Varadouro, possui uma planície mais alta que divide a área em cidade Alta e cidade Baixa, consequentemente, essa dicotomia espacial também influenciou na designação geográfica do bairro

em Alto Roger e Baixo Roger. [...] O Alto Roger é mais antigo, possui melhor infraestrutura e seus moradores têm condições de vida melhor, enquanto no Baixo Roger, devido a sua ocupação tardia, [...] possui uma infraestrutura precária, condições de vida mais baixas e maiores índices de vulnerabilidade social (BISPO, 2005, p. 30).

O Alto Roger situa-se na parte geograficamente mais elevada do bairro e tem uma maior proximidade com o centro da capital. Seus habitantes são considerados de classe média e média-baixa, e nele estão situadas construções mais antigas e tradicionais.

Em dissonância ao Alto Roger, o Baixo Roger apresenta-se como a área social mais pobre do bairro. Seu desenho arquitetônico compreende majoritariamente ruas estreitas, ladeiras e vielas. Segundo Alves (2013):

O Baixo Roger tem uma renda per capita menor e índices de criminalidade maiores, tal como a constituição populacional também se altera e as próprias características da ocupação espacial mais desordenada e mais densa na parte menos alta do bairro (ALVES, 2013, p. 47).

Como espaços de convivência social, o Baixo Roger conta com o Onze Esporte Clube Recreativo, fundado em julho de 1935, que oferece a prática do futebol de campo e diversas outras atividades recreativas direcionadas aos moradores do bairro (MELLO; FEITOSA, 2019). Há, também, o Guarany Esporte Clube Recreativo, fundado em agosto de 1957, que consiste em local e práticas desportivas para crianças, jovens e adultos, proporcionando a prática de futebol de quadra, capoeira e judô, além de sediar diversas ações sociais junto aos moradores locais (MELLO; DIAS, 2015). Além do exposto, encontra-se situado no bairro espaço dedicado à preservação do meio-ambiente: o Parque Zoobotânico Arruda Câmara. Também conhecido como BICA¹, é um santuário ecológico com área de 26,8 hectares, que abriga diversificadas espécies de plantas e animais, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP) desde 26 de agosto de 1980 (CANTISANI, 2021). O Parque destina-se ao lazer, apreciação e ações educativas voltadas para o conhecimento da natureza e as suas singularidades.

A partir do ano de 1940, o Baixo Roger passou a abrigar a Penitenciária Desembargador Flósculo da Nóbrega, mais conhecida como Presídio do Roger. Essa instituição acolhe os apenados que são temporariamente cerceados da vida comunitária por delitos diversos. Com o passar dos anos, a população residente nas imediações do presídio passou a adequar-se a essa vizinhança. Nesse sentido, em seu entorno, a movimentação do presídio favoreceu o comércio informal na região. Segundo Pessoa (2012, p. 35-36), “No que diz respeito às atividades

¹ Em referência a uma fonte de água potável que se encontra dentro do Parque.

econômicas desenvolvidas no bairro, percebemos um forte crescimento da economia informal, sendo visível encontrarmos nas ruas, fiteiros, lanchonetes, bares e mercearias”.

Essa movimentação de familiares de apenados e forças policiais acaba desvelando vantagens e desvantagens dessa locação territorial. Muitos habitantes sentem-se mais seguros pelo constante transitar de forças armadas, porém, muitos sentem-se amedrontados pelo frequente temor de um confronto entre as partes. Segundo Bispo (2005):

Embora ela seja símbolo do medo, do perigo, já que lá encontramos os excluídos da sociedade condenados a anos de reclusão devido a ações criminais, os moradores do Bairro do Roger mesmo tendo presenciado rebeliões, fugas em diversos momentos de sua existência, não se sentem inibidos com sua presença, pelo contrário, eles alegam que a penitenciária proporciona segurança ao bairro, pois o mesmo possui polícia 24 horas do dia (BISPO, 2005, p. 35-36).

Segundo levantamentos realizados no ano de 2014, a referida unidade prisional abriga cerca de 1.308 internos, mas possui capacidade de 540 vagas (PARAÍBA, 2014).

Acentuando ainda mais a assimetria social do bairro, um desígnio administrativo do então prefeito da capital pessoense, Miranda Freire, trouxe grandes impactos para a região. Em decorrência do fechamento do antigo lixão da capital, uma grande área de manguezal adjacente ao rio Sanhauá, afluente do estuário do rio Paraíba, localizado no Bairro do Roger, foi cedida e acatada como possibilidade temporária na receptação dos dejetos sólidos descartados pela população pessoense. Segundo Nóbrega (2003):

O Lixão existe há mais de 40 anos, quando a área, na época, chamava-se "Batatão" e foi oferecida a Prefeitura para dispor os resíduos sólidos. Com a extinção do antigo lixão – Lixão de São Miguel - o "depósito" de lixo na área, que era provisório, passou a ser permanente (NÓBREGA, 2003, p. 88).

Desse modo, no ano de 1958, o Lixão do Roger foi criado. Esse fato fica evidenciado, conforme os estudos de Fagundes, em sua dissertação intitulada “Influência do antigo lixão do Roger, João Pessoa, nas águas subterrâneas locais” (2010). Segundo o autor:

O então novo lixão, que deveria ter uma vida útil de apenas 3 anos para receber, os resíduos sólidos coletados somente em João Pessoa, funcionou por mais de 40 anos. Nos últimos três anos de funcionamento, o antigo Lixão do Roger passou a receber também os resíduos sólidos oriundos dos municípios de Bayeux e Cabedelo, pois o Ministério Público fechou os lixões das referidas cidades. Em média, no último ano, recebia 900 toneladas/dia de lixo urbano. Assim, a partir do início do seu funcionamento, o Lixão do Roger foi crescendo. Sua área que era de 4,6 ha no ano de 1976 passou a ser de 17 ha em 2003. Este fato atraiu pessoas, que tinham nos resíduos sólidos uma fonte de sobrevivência (FAGUNDES, 2010, p. 47).

Embora o plano compreendesse um caráter temporário, o bairro passou a abrigar o maior lixão a céu aberto da cidade por 40 anos, de 1958 a 2003, mesmo em detrimento dos apelos da sociedade e órgãos ambientais, que atestavam o alto poder de poluição que os dejetos sólidos acarretavam ao ambiente e aos recursos hídricos da região. Segundo Fagundes (2010):

Durante todo o tempo de funcionamento do antigo Lixão do Roger, as reclamações da população pessoense foram sempre crescentes, principalmente aquela residente na área diretamente atingida. Os principais motivos eram: o provável transporte de organismos patogênicos e materiais perigosos pela ação do vento no local; o odor desagradável; a toxidez e a potencialidade cancerígena dos gases gerados no processo de biodegradação da massa de lixo; os problemas respiratórios causados pela fuligem proveniente da queima dos resíduos a céu aberto (FAGUNDES, 2010, apud NÓBREGA, 2003, p. 48).

Figura 2 – Pessoas disputam espaço com urubus para catar resíduos sólidos no Lixão do Roger



Fonte: Bergamini (2002).

Em contrapartida, muitas pessoas que viviam em situação de pobreza no município de João Pessoa enxergaram no lixão um meio de sobrevivência. De acordo com Fagundes (2010), na época do seu fechamento, havia cerca de 508 trabalhadores que dependiam diretamente do trabalho no Lixão do Roger para sua sobrevivência.

Para abrigar tantas pessoas que se deslocavam e fixavam moradias nas proximidades do lixão, a prefeitura de João Pessoa criou subdivisões na área, visando a um maior controle interno dos moradores. Segundo Campos (2008), “A favela do S, a comunidade Asa Branca e a Terra do Nunca se concentram no Baixo Roger” (CAMPOS, 2008, p. 93).

Famílias inteiras passaram a sobreviver do trabalho realizado no Lixão do Roger. Dentre essas pessoas, muitas crianças e adolescentes começaram a catar lixo para ajudar na manutenção de suas famílias, mesmo com as condições insalubres e riscos iminentes à sua saúde.

O cheiro insuportável e urubus voando simbolizam a sujeira e a podridão. Em suas manobras, caminhões e tratores colocam em risco a vida dos “moradores”, trafegando entre homens, mulheres e crianças e, levantando uma poeira fina ao redor dos “barracos”, construídos com tapumes, tábuas, plásticos, palhas, ou qualquer outra coisa (SEABRA; NEU, 2003, p. 105).

Sobre o trabalho de crianças e adolescentes no Lixão do Roger, Nóbrega (2003) relata:

O trabalho precoce é decorrente da pobreza e da desigualdade social, fruto de um modelo econômico que exclui o adulto para incluir de forma cruel crianças e adolescentes, comprometendo o seu futuro. Deste modo a inserção de crianças e adolescentes no mundo do trabalho constitui uma estratégia de sobrevivência, criada para enfrentar uma situação de desemprego ou de precarização do trabalho dos pais (NÓBREGA, 2003, p. 96).

Conforme a autora, por volta do ano de 2001, alguns mecanismos jurídicos foram utilizados pela Prefeitura Municipal de João Pessoa com o Juizado de Menores para tentar coibir a entrada de crianças e adolescentes no Lixão. Porém, esses mecanismos não foram suficientes para barrar a entrada deles naquele espaço. Algumas estratégias foram adotadas para burlar essas regras. Uma delas foi passar a frequentar o ambiente em horários noturnos (NÓBREGA, 2003, p. 97).

A presença de adolescentes trabalhadores na catação do lixo mostra que a escola e o lazer não fazem parte do seu cotidiano. [...] A realidade mostra que os adolescentes são matriculados na escola, mas logo se evadem, não permanecendo nela por falta de condições materiais, porque precisam lutar pela sobrevivência, ganhar o sustento por meio do trabalho (NÓBREGA, 2003, p. 98).

Esse processo de afastamento escolar perpetuou-se por gerações e deixou marcas nos moradores locais. Assim como apontado por Nóbrega (2003), “As crianças e adolescentes passam a ter o seu destino mediado pelo destino dos pais, o que acaba levando seguidamente gerações a um processo permanente de exclusão” (NÓBREGA, 2003, p. 97).

No dia 05 do mês de agosto, no ano de 2003, dia em que a cidade de João Pessoa completou 419 anos de existência, o governo municipal, representado pelo então prefeito Cícero

Lucena, anunciou o fechamento do Lixão do Roger, relacionando-o como um presente para toda a população pessoense.²

Em entrevista concedida a um veículo de imprensa no ano de 2012, o ex-secretário de Comunicação da capital, que esteve à frente da pasta na época da desativação do Lixão, o jornalista Carlos César Ferreira, comentou: “A área de 17 hectares do lixão começou a ser recuperada depois de quase meio século de degradação ambiental. Foi o começo do fim de uma chaga exposta bem às margens do rio que viu a cidade nascer, ali tão próximo de uma boa parte do seu belo acervo arquitetônico” (FERREIRA, 2012).

Desde então, o poder estatal anunciou projetos de reflorestamento ambiental para a área, recuperação do solo, extração dos gases, drenagem do chorume e o transplante de 1.500 árvores para o reflorestamento local. Foi anunciado também, de acordo com Ferreira (2012), um plano para reorganizar as famílias que ali viviam: “[...] a prefeitura começou a cuidar, primeiro, das pessoas, dos catadores, das mulheres, das crianças que viviam, literalmente, no lixo”.

Essas medidas despertaram a esperança de transformação social na vida das pessoas que habitavam aquele lugar, gerando uma inquietação em torno das famílias abrigadas nas proximidades do, agora, desativado Lixão do Roger. A partir desse prognóstico, outras famílias em busca de moradia passaram a migrar para essa região. Nesse sentido, conforme Bispo (2005):

A ocupação primeira do Baixo Roger se deu por meio da chegada de pessoas de todos os lugares, principalmente do interior do Estado da Paraíba e que, sem alternativa, se instalavam na redondeza e iam se aproveitando das poucas oportunidades que o lixo poderia trazer. [...] Estes tipos de migrações internas (do interior para a capital) ocasionam estranhamentos e resistências por parte dos moradores que já residem no local e se sentem invadidos (BISPO, 2005, p. 74).

O Bairro do Roger fica localizado na zona norte da capital pessoense. Suas características habitacionais representam, em sua maioria, lares de famílias com classes baixa a média. Conforme dados apresentados por Felix (2016), em seus estudos:

² A partir da desativação do Lixão do Roger, a disposição final dos resíduos sólidos coletados em João Pessoa passou a ser feita no Aterro Sanitário Metropolitano.

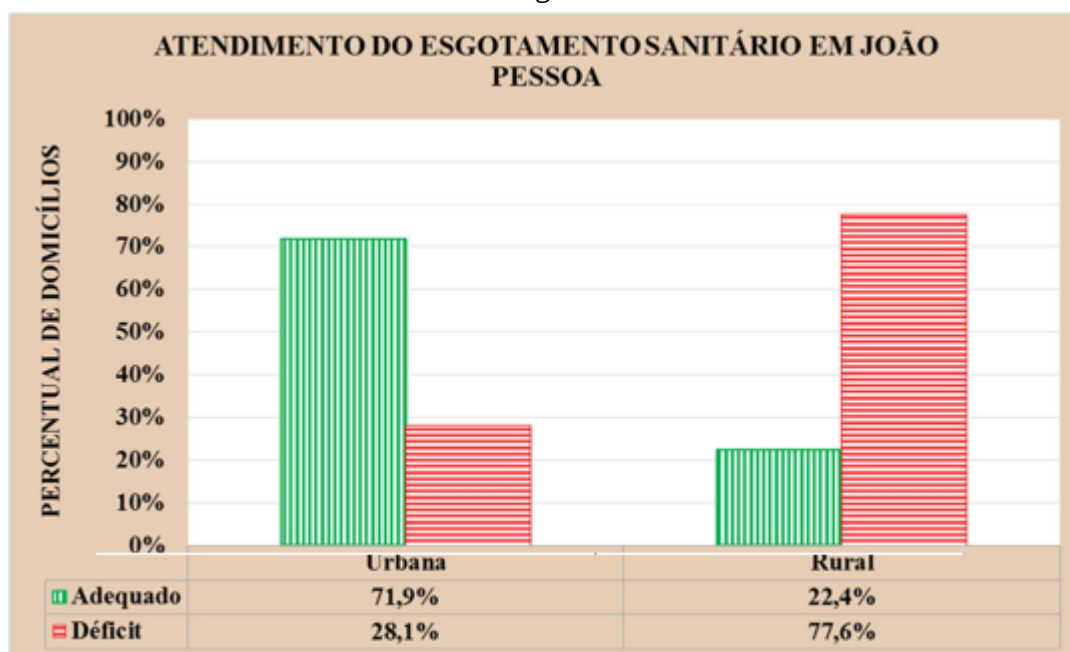
Tabela 1 – Caracterização das Zonas Urbanas de João Pessoa

Zona	Bairros constituintes	Características
Norte	Alto do Céu, Bairro dos Estados, Bairro dos Ipês, Centro, Padre Zé, Expedicionários, Mandacaru, Pedro Gondim, Roger , Tambiá, Tambauzinho, Treze de Maio, Torre e Varadouro.	Ocupação residencial, de baixa a média renda, excetuando-se o Bairro do Centro, com predominância de estabelecimentos comerciais.
Oeste	Alto do Mateus, Cristo Redentor, Cruz das Armas, Ilha do Bispo, Jaguaribe, Oitizeiro, Trincheiras e Varjão.	Ocupação predominantemente residencial, com média incidência de estabelecimentos comerciais. População de baixa a média renda.
Leste	Aeroclube, Altiplano, Bancários, Bessa, Brisamar, Cabo Branco, Castelo Branco, João Agripino, Jardim Oceania, Manaíra, Miramar, Portal do Sol, São José e Tambaú.	À exceção dos bairros de João Agripino, São José e Castelo Branco, com população de baixa a média renda, predomina uma ocupação de classe média a alta, com presença de edificações verticais de alto padrão. Média incidência de estabelecimentos comerciais.
Sul	Água Fria, Anatólia, Bairro das Indústrias, Cidade dos Colibris, Costa e Silva, Cuiá, Distrito Industrial, Ernani Sátiro, Ernesto Geisel, Funcionários, Grotão, João Paulo II, José Américo, Jardim Cidade Universitária, Jardim São Paulo, Jardim Veneza, Mangabeira, Muçumago, Paratibe, Penha, Planalto da Boa Esperança, Ponta do Seixas e Valentina.	Bairros predominantemente residenciais. Alguns, atualmente, apresentando uma forte expansão imobiliária. Ocupação de população de baixa a média renda. Média incidência de estabelecimentos comerciais.

Fonte: Soares (2016).

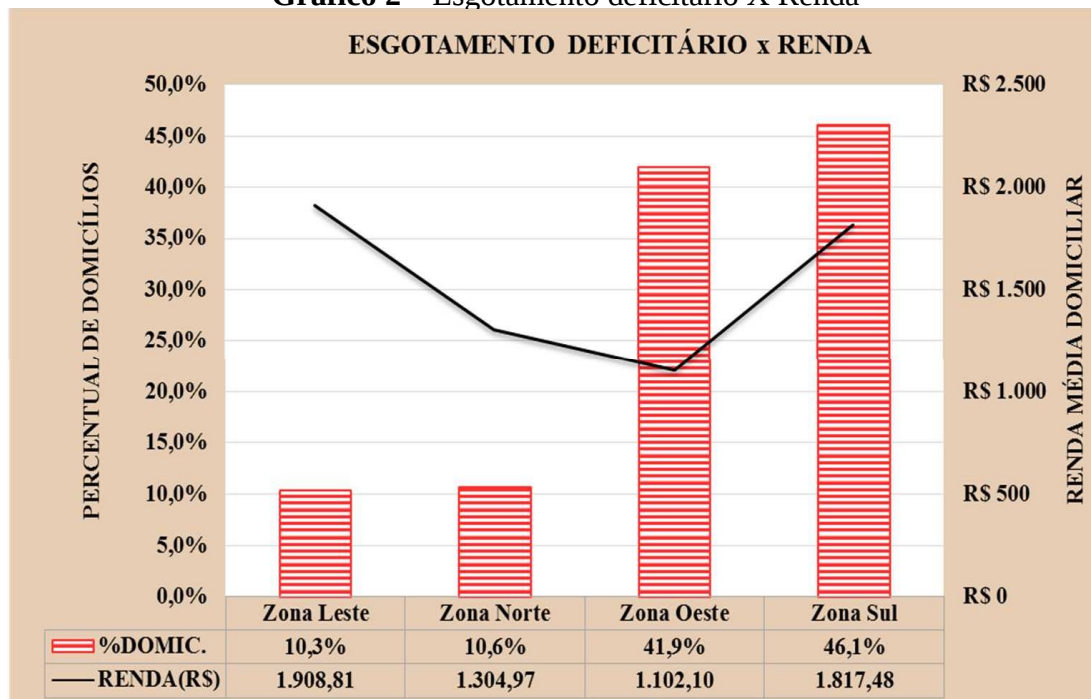
Em crescente expansão, essa comunidade abriga, segundo dados demográficos do ano de 2010, apresentados pelo IBGE, uma população estimada em 10.381 pessoas, sendo 52,04%, portanto, a sua maioria, composta por mulheres (IBGE, 2011). A figura feminina desponta, muitas vezes, como provedora e mantenedora do lar, sendo também responsável pela condução da orientação educacional, sanitária e cultural dos seus dependentes.

Segundo Soares (2016), em levantamento do atendimento de saneamento básico no município de João Pessoa, tomando por base o censo do IBGE de 2011, 71,9% dos domicílios situados na zona urbana contam com este serviço, enquanto 28,1% não o possuem. Na zona rural, somente 22% dos domicílios contam com esgotamento sanitário, conforme aponta o Gráfico 1:

Gráfico 1 – Atendimentos do esgotamento sanitário em João Pessoa

Fonte: Soares (2016).

Nessa perspectiva, percebe-se que, estando localizado na Região Norte de João Pessoa, o bairro apresenta baixos índices em relação ao atendimento de esgotamento sanitário relacionado à renda média familiar, conforme o Gráfico 2:

Gráfico 2 – Esgotamento deficitário X Renda

Fonte: Soares (2016).

A Tabela 2 demonstra que o Bairro do Roger, situado na Zona Norte, tem atendimento de esgotamento sanitário deficitário, aparecendo em 27º lugar no *ranking* dos bairros pessoenses, estando com déficit de 27% na relação de esgotamento deficitário e renda mensal domiciliar média.

Tabela 2 – Ranking do esgotamento deficitário e renda mensal domiciliar média

Posição	Região	Bairro	Déficit	Renda (R\$)
17	Sul	Gramame	48%	977,14
18	Sul	José Américo	48%	1.854,83
19	Sul	Cuiá	47%	2.041,24
20	Leste	Altiplano	44%	4.561,43
21	Oeste	Cruz das Armas	38%	1.167,16
22	Sul	Paratibe	38%	825,38
23	Sul	Ernani Sátiro	35%	1.512,56
24	Norte	Padre Zé	31%	928,02
25	Sul	Grotão	30%	868,13
26	Leste	São José	28%	522,82
27	Norte	Roger	27%	966,34
28	Norte	Varadouro	26%	797,88
29	Sul	João Paulo II	24%	1.195,24
30	Oeste	Cristo Redentor	22%	1.594,09
31	Sul	Água Fria	21%	2.844,66
32	Norte	Mandacaru	20%	960,87
49	Norte	Tambiá	2%	755,80
50	Leste	Aeroclube	2%	2.851,32
51	Sul	Jardim São Paulo	2%	2.439,62
52	Leste	Cabo Branco	2%	1.164,78
53	Norte	Centro	2%	1.113,89
54	Oeste	Jaguaribe	1%	1.382,44
55	Norte	Tambauzinho	1%	1.654,06
56	Norte	Torre	1%	1.762,58
57	Leste	Brisamar	1%	779,27
58	Sul	Ponta do Seixas	1%	13.000,00
59	Leste	Tambaú	1%	1.000,16
60	Norte	Expedicionários	0%	1.472,00
61	Leste	João Agripino	0%	2.300,00
62	Norte	Bairro dos Estados	0%	1.790,25
63	Sul	Anatólia	0%	0,00

Fonte: Soares (2016).

Esses dados trazem uma relação direta com a visualização da comunidade pelos poderes públicos. A carência da infraestrutura remete ao engavetamento dos projetos anunciados aos moradores da região. Em livro publicado em agosto de 2003, intitulado *Lixão do Roger: o começo e o fim*, sob a coordenação de José Carlos Ferreira e o favorecimento da Prefeitura Municipal de João Pessoa, o projeto de revitalização da área incluía a criação de um parque e melhorias destinadas à população.

Em breve, o local será destinado ao lazer, com milhares de árvores, canteiros com plantas e flores variadas, quadras de esportes e um Memorial com exposições, lembrando ao homem que a natureza é vida e que somos capazes de transformar o que era motivo de vergonha em verdadeiro orgulho (FERREIRA, 2003).

Nesses termos, os avanços almejados para uma ascensão social dos catadores do Lixão do Roger e seus familiares permaneceram em pauta, mas não em ação.

No ano de 2020, o prefeito Cícero Lucena (Partido Progressista) foi eleito para a sua terceira gestão à frente da administração pública municipal de João Pessoa. Nesse momento, foi realizada nova avaliação da situação do espaço ocupado pelo antigo Lixão do Roger, com a proposta de: “Requalificação do antigo Lixão do Roger, que, 18 anos depois, vai ser transformado em um parque socioambiental, está inserida no melhoramento do Habitat em Assentamentos Irregulares Vulneráveis” (NEGREIROS, 2021).

Essas afirmações reacenderam na população local a esperança de ações e melhorias públicas relacionadas a uma readequação dos espaços comunitários do bairro. Entendendo que esses aspectos refletem significativamente na qualidade de vida das pessoas, é importante a intervenção do Poder Público Municipal no sentido de ampliar a cobertura e melhoria de infraestrutura nos mais diversos espaços do bairro.

Muitas ações são esperadas por essa população, já que as necessidades se fazem presentes em todas as esferas públicas do referido bairro. Resgatar a cidadania, o bem-estar e a assistência social garante a dignidade prevista na Constituição Federal (1988):

Art. 6.º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988).

Figura 3 – Registros do Bairro do Roger



Fonte: Autoria própria (2021).

2.1 EXPOENTE CULTURAL, SIM, SENHOR!

Sendo o Bairro do Roger um dos mais antigos fundados na capital paraibana, essa população traz, em sua origem, uma trajetória carregada de lutas e embates para ter seu valor histórico, cultural e social acolhido e reconhecido.

Na tentativa de se sentirem representados simbolicamente frente às suas lutas e crenças, os moradores do Bairro do Roger encontram, nas demonstrações culturais, uma forma de expor suas aspirações artísticas. Segundo Silva (2014), as representações culturais são formas de expor as identidades individuais e coletivas, dando-lhes significado. Para ele:

A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem sou eu? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? (SILVA, 2014, p. 17).

Essa representatividade, em diversos momentos, funde-se ao processo educacional e proporciona questionamentos basilares para o entendimento do sujeito enquanto parte de um grupo, que se insere em um meio social. Nesse processo de autorreconhecimento como sujeito social provido de direitos e deveres, há janelas para externalizar diversos sentimentos de positividade e otimismo.

No Roger é muito visível o sentido do bairro enquanto uma construção social coletiva, que encena uma vida cotidiana, sendo possível elucidar por meio das representações de suas práticas culturais, a materialização de significados que possibilitam o morador vivenciar aquele espaço mais palpável da cidade (PESSOA, 2012, p. 45).

Aliás, diferentemente do que se imagina, nem só de lutas e embates vivem as pessoas do Bairro do Roger. Há espaço para alegria, festejos e muita descontração entre esses moradores. Não por acaso, os mais experientes têm nessa comunidade a incumbência de reger e repassar a importância de enaltecer e cultivar a história local, por meio dos movimentos culturais, religiosos e esportivos, fortemente difundidos nessa população.

Essas tradições são passadas dos mais velhos para os mais jovens, por ensinamentos e organização dos eventos, um papel de extrema relevância para dar diferentes nuances a uma vida de emoções plurais e continuamente ressignificadas, de modo a engrandecer e contextualizar seus conceitos e vivências. Fortalecendo este entendimento, Silva (2014, p. 11) afirma que: “[...] uma das formas pelas quais as identidades estabelecem suas reivindicações é por meio do apelo a antecedentes históricos”.

Na intenção de registrar o envolvimento e a importância com que a população desse lugar trata as representações culturais e os fortes laços que essas ações mantêm com o processo educacional e de entendimento ao pertencimento social, apresentam-se, nesta seção, as principais manifestações populares cultivadas pelos habitantes do Bairro do Roger.

Entende-se a relevância desse tema para o objetivo deste estudo, por se observar que as demonstrações culturais se aliam à educação escolar no sentido de despertar e fortalecer o entendimento de pertencimento social dos sujeitos. A esse entendimento, considera-se a perspectiva de Silva (2014), quando aponta que:

A cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar, entre as várias identidades possíveis [...]. Os sistemas simbólicos fornecem novas formas de se dar sentido à experiência das divisões e desigualdades sociais e aos meios pelos quais alguns grupos são excluídos e estigmatizados (SILVA, 2014, p. 18-19).

No Bairro do Roger, as demonstrações culturais giram em torno de diversos eixos, podendo ser representadas por meio das manifestações religiosas, carnavalescas, musicais, esportivas e outras. Elencam-se aqui algumas delas.

Inicia-se por desvelar as grandes celebrações de datas relacionadas ao calendário cristão. Uma das mais tradicionais festas relacionadas às celebrações cristãs é em devoção à santa padroeira da comunidade: Santa Terezinha. Realizada entre o final de setembro e início de outubro, essas festividades envolvem a agenda de missas e orações e culminam com os festejos profanos, com direito a parques de diversões direcionados às crianças e aos adolescentes, que prestigiam a festa concentrada no entorno da igreja que carrega o nome da padroeira da comunidade (BOTELHO, s./d.).

Já em agosto, mais precisamente entre os dias 01 e 05, celebra-se a festa de Nossa Senhora das Neves. Para a padroeira da cidade, as celebrações sempre foram em grande estilo. Não se reconhece uma data precisa das comemorações referidas a essa data simbólica, mas, a partir de 1912, em decorrência da chegada da energia elétrica à cidade, os festejos tomaram maiores proporções e incluíram, em sua programação, a agenda profana das festividades (PARAÍBA CRIATIVA, 2016). Originalmente, essa festa é sediada no pátio da Igreja de Nossa Senhora das Neves, localizada no centro da capital, mas, por sua amplitude e em decorrência da instalação de tendas, barracas e parques infantis, acabou se alargando e sendo acolhida pelas ruas do Bairro do Roger.

Em uma das muitas edições da Festa das Neves, mais precisamente no ano de 1964, nasceu a reconhecida Banda Marcial 5 de Agosto. Forte expoente da cena cultural de João Pessoa, esse grupo musical regido por maestros é conhecido por tocar músicas no estilo de marchinhas, dobrados, frevos, marchas lentas e hinos (PARAÍBA CRIATIVA, 2015a). Seus laços com a festa da padroeira da cidade são estreitos, e sua presença na celebração é confirmada anualmente.

Outro santo cristão que tem seu dia bastante festejado na região é o São João. Diga-se, porém, que as festividades juninas não cabem apenas em um único dia, mas um período compreendido por todo o mês de junho, uma temporada marcada de devoção e reconhecimento de raízes culturais. Em tempos juninos, os espaços comunitários transformam-se em grandes concentrações de dançantes e apreciadores das tradicionais quadrilhas juninas.

As quadrilhas juninas, além de trazerem à tona um forte traço de ancestralidade sertaneja, oportuniza também uma considerável movimentação econômica nas comunidades. Isso se deve ao grande número de pessoas envolvidas nesse espetáculo. Cada quadrilha junina costuma envolver, direta ou indiretamente, em torno de 150 pessoas, distribuídas nas funções de coreógrafos, dançarinos, costureiras, aderecistas, músicos, organizadores e outros. Nos espaços de apresentações, esse número aumenta, já que o comércio informal lucra na venda de comidas, bebidas e adereços relacionados à data. Na capital paraibana, essa modalidade de expressão cultural é julgada e avaliada por meio de concursos regionais, com premiação monetária, levando o nome da comunidade a outras regiões, fazendo-a ficar conhecida por seu trabalho, empenho e dedicação para com a demonstração cultural.

A mais antiga e tradicional do bairro é a Quadrilha Junina Lageiro Seco. Conhecida por sua história de representatividade e vitórias em torneios municipais e estaduais, foi fundada em 1948, consistindo em uma das mais antigas do Estado da Paraíba. (PARAÍBA CRIATIVA, 2015b). Esse é um motivo de grande orgulho para os moradores do bairro, pois as coreografias das apresentações anuais demandam ensaios que podem durar em média seis meses, com dedicação diária de todos os atores envolvidos.

Figura 4 – Quadrilha Junina Lageiro Seco



Fonte: Paraíba criativa (2015b).

Dedicação parecida é vista em outra época do ano. Época dedicada às festas de Momo. Essas também têm um importante espaço no calendário dos sujeitos comunitários do Bairro do Roger. Para tanto, organizam-se em agremiações, escolas de samba e grupos de Ala Ursa.

Despontando como a agremiação pioneira na representação do bairro em concursos carnavalescos, o Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Catedráticos do Ritmo (G.R.E.S. Catedráticos do Ritmo) nasceu no ano de 1971, nas ladeiras do bairro. Tendo como origem a alegria e a animação de um grupo familiar de sobrenome Brito, essa agremiação desfilava pelas ruas do bairro entoando músicas carnavalescas em seus instrumentos de sopro. No decorrer dos anos, a organização desse grupo se aprimorou, levando-o a conquistar 24 campeonatos do Tradicional Carnaval de Rua de João Pessoa. Já são 50 anos de história e muita representatividade cultural para todos da região (BRASIL CARNAVAL, 2010).

A Escola de Samba Império do Samba é uma forte representante do Bairro do Roger no Carnaval Tradição de João Pessoa. Criada no ano de 2004, a agremiação carnavalesca conta, atualmente, com um número médio de 250 participantes, que se dividem em diversas funções e fazem do brilho e da alegria uma inspiração para levar à avenida toda a beleza e a desenvoltura dos moradores desta comunidade. Em seu período de existência, foi consagrada seis vezes campeã do carnaval tradição da capital paraibana, tornando-se uma das maiores do município (PARAÍBA CRIATIVA, 2015b).

Outra forte competidora é a Grêmio Recreativo e Cultural Escola de Samba Unidos do Roger (G.R.C.E.S. Unidos do Roger). Fundada no ano de 2014, essa agremiação trouxe, em seu DNA, a luta pela igualdade e respeito de raças, crenças e diversidade sexual.

Figura 5 – Grêmio Recreativo e Cultural Escola de Samba Unidos do Roger



Fonte: Alves (2020).

Fundada e presidida por longo período por Fernanda Benvenutty, importante personalidade do cenário cultural, político e na defesa das causas LGBTQIA+³ na Paraíba, essa agremiação alcançou, em recente atuação, o tricampeonato municipal de Escolas de Samba do Carnaval Tradição. Nessa ocasião, levou a emoção e o sentimento da comunidade à avenida, reverenciando a garra e o legado de Fernanda em seu samba-enredo, tendo se dado a homenagem logo após o seu falecimento, em fevereiro de 2020 (ALVES, 2020).

Dentre as atividades desenvolvidas pelas agremiações carnavalescas, estão envolvidas as iniciações musicais e culturais, que contemplam crianças, jovens e adolescentes do bairro. Atividades que compreendem trabalhos manuais, como confecção de adereços e fantasias, além dos estandartes e carros alegóricos, também ficam a cargo dos membros da agremiação e dos componentes da comunidade, que, além de ajudar suas escolas representantes, ainda desenvolvem habilidades artesanais, interacionais e organizacionais. Nesse cenário de festa e encantamentos, outros personagens ganham vida e importância para os brincantes envolvidos, denominados Ala Ursas, protagonistas mascarados que marcam espaço na história da comunidade. Cercado de expectativas e fascínio, principalmente das crianças, essa figura popular atrelada aos festejos carnavalescos traz consigo a missão de percorrer as ruas dos bairros anunciando a aproximação da data festiva e arrecadando doações e contribuições em dinheiro para o custeio das fantasias utilizadas naquela época.

Figura 6 – Ala Ursas



Fonte: Alves (2020).

³ Sigla que representa: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais (Transgêneros), Queer, Intersexo, Assexuais e outros grupos.

Por ocupar um espaço importante no imaginário dos moradores das comunidades locais, passou, então, a ter apresentações categorizadas, avaliadas e pontuadas, tal qual as escolas de samba da capital. Segundo Hayala César de Sales (2020):

A brincadeira Ala Ursa é uma manifestação tradicional, também característica do Carnaval, que possui elementos da dança, do teatro, da música e das artes visuais. Presente nas periferias da cidade, esta brincadeira é conhecida pela presença de um urso que assusta, dança e pede dinheiro acompanhado por uma batucada. A Ala Ursa, em João Pessoa - PB, pode ser observada tanto no espaço das ruas, como em desfiles tradicionais dos carnavais da cidade e em outras apresentações. (SALES, 2020)

No Bairro do Roger, existem dois grupos de destaque como batucadas denominadas Ala Ursa. Dentre os mais conhecidos, estão a Ala Ursa Sem lenço e sem Documento e a Ala Ursa Gavião. Segundo Sales (2020), esta manifestação cultural está presente no Bairro do Roger desde os anos de 1980 com a criação do Urso Pé de Lã. (SALES, 2020, p. 63).

Essas representações culturais envolvem não só as pessoas da localidade, mas atraem, de maneira significativa, a atenção de moradores de outras regiões, interessados em conhecer, de forma participativa ou espectadora, essas grandes manifestações de cultura, arte e lazer. Essa característica de projeção, organização e desenvolvimento de projetos culturais traz à comunidade do Baixo Roger grande orgulho e reconhecimento regional.

Esses projetos são visualizados pela população para integração social, demonstração de aspirações culturais e regionais e aquecimento da renda familiar dos envolvidos. Dessa maneira, alegram-se a si próprios e aos que se dispuserem a participar.

Com menor visibilidade externa, mas não menos importante para os praticantes, há também, na comunidade, um torneio que chama bastante atenção dos moradores. Trata-se da Corrida de Argolinhas. Essa competição consiste na disputa sobre cavalos, com o intuito de acertarem os alvos pendurados a uma altura considerável. Sob regras e delimitações que orientam os jogadores, a disputa torna-se acirrada e anima os expectadores, que se organizam como podem para apreciar cada jogada. Essa movimentação cultural foi retratada por Victor Pessoa (2012), em sua observação:

As argolinhas disputadas entre dois cavaleiros que tem como meta acertarem as argolas penduradas em um local relativamente alto com os cavalos em movimento atraem até hoje um considerável público na comunidade “S”, todos os domingos a tarde, um grande público se reúne margeando a Avenida Ayrton Senna, ali pessoas comem seu churrasquinho e tomam sua cerveja vendida em tendas de plástico ou barracas montadas bem próximo da pista da argolinha, sendo ali além de um espaço para o lazer, um espaço para se

acrescentar o rendimento mensal de algumas poucas famílias, enquanto crianças correm ou soltam pipas (PESSOA, 2012, p. 89).

Essa é uma representação cultural tipicamente nordestina. Praticada pelos sertanejos para descontração e interação com o animal, a corrida de argolinhas traz toda a ancestralidade desse povo e das suas memórias cultivadas.

Figura 7 – Corrida das argolinhas



Fonte: Pessoa (2012).

Em termos práticos, não é nada complicado conhecer as manifestações culturais locais e delas se aproximar. Famosa por suas diversas festas populares, a população desse bairro esbanja beleza, organização e criatividade ao representar, em forma de dança, vestimenta e arte visual, toda a força e o pertencimento de cidadãos plurais, multiculturais e abrangentes.

Entender a cultura regional de um povo é reconhecer uma identidade cultural que o torna singular. Dessa forma, destaca-se afirmação de Silva (2014), quando diz que:

A política de identidade concentra-se em afirmar a identidade cultural das pessoas que pertencem a um determinado grupo oprimido ou marginalizado. Essa identidade torna-se, assim, um fator importante de mobilização política. Essa política envolve a celebração da singularidade cultural de um determinado grupo, bem como a análise de sua opressão específica (SILVA, 2014, p. 34).

Por suas ruas, ladeiras e vielas estreitas, o Bairro do Roger guarda muitas histórias e desdobramentos sociais. Em muito, a longevidade do bairro contribui para que essas demonstrações culturais sejam carregadas de emotividade e pertencimento regional. Frisa-se que a prática de manter o tradicional é bem acolhida pelas novas gerações e demonstradas corriqueiramente por atitudes e engajamento.

2.2 ROTULAR SÓ ATRAPALHA O (RE)CONHECER

Construídas ao longo dos tempos, as relações cidadãos estão em constantes transformações. A convivência em sociedade organiza-se frente a questões éticas, sociais e econômicas dos indivíduos. Essa organização societária, fruto de uma construção histórica, relaciona e classifica os cidadãos conforme as percepções e entendimentos compartilhados por grupos e/ou indivíduos sociais. Nessa perspectiva, Gorczewski e Martin (2011) esclarecem que:

Efetivamente, no conceito de cidadania, sempre esteve arraigada uma conotação de privilégio e um limite social, ético, político e econômico frente aos demais indivíduos não incluídos dentro de seu alcance semântico. Mas, sendo uma construção histórica, com a extensão dos direitos vai se modificando também o conceito de cidadania, que vai assumindo diferentes formas nos diferentes tempos e contextos sociais, prestando-se a diversas interpretações para justificar diversas situações ideológicas. Assim não há um conceito rígido de cidadania, pois não se trata de algo estático (GORCZEWSKI; MARTIN, 2011, p. 27).

Em tempos contemporâneos, julga-se por quesitos e fenômenos que determinam o valor social do indivíduo. Essas observações giram em torno do poder econômico, cor, raça, sexualidade, aparência física, pertencimento regional, entre outros. Será tratado nesta seção esse aspecto do preconceito associado ao local em que os sujeitos se inserem por meio da descendência, moradia ou engajamento.

Deparar-se com estranhamentos e ideias pré-concebidas sobre a descendência comunitária dos indivíduos faz emergir uma forma peculiar de inquirir e estigmatizar os sujeitos plurais por um rótulo segregador. Para essa categoria de comportamento, que segmenta e delimita cidadãos por seu pertencimento comunitário, atribui-se o sentido de preconceito regional. Para Vitorino e Vitorino (2018), pode-se entender preconceito como:

O preconceito pode ser compreendido como a exteriorização de pré-concepções e/ou percepções da realidade equivocadas e distorcidas em relação a determinados aspectos sociais, econômicos, culturais, étnicos, e que normalmente possuem como destinatários outrem com traços, personalidade, visão de mundo diversos do transmissor do preconceito (VITORINO; VITORINO, 2018, p. 96).

Nesse sentido, entende-se que o preconceito é fundamentado por ideias vãs, preconcebidas e inconclusas sobre algo ou alguém e que projeta uma interpretação singular nos sujeitos, a partir da sua crença. Ainda segundo os referidos autores, vale ressaltar que:

Implica-nos, frisar que o preconceito pode se manifestar de diversas formas como as gestuais, faladas e escritas, e, normalmente intuem ofender e/ou

diminuir outrem por características da personalidade, escolhas, procedência nacional, traços físicos (VITORINO; VITORINO, 2018, p. 96).

Nesse sentido, quando se manifesta o preconceito por questões relacionadas à regionalidade e ao pertencimento, esse termo passa a referir um sentimento de rejeição ou hostilidade direcionada a indivíduos oriundos de uma determinada localidade, podendo também ser caracterizada pela palavra xenofobia, que se baseia no etnocentrismo.

O etnocentrismo é a análise do mundo de acordo com os parâmetros de nossa própria cultura. Essa diferenciação cultural gerou condutas preconceituosas e desqualificadoras em relação a pessoas de nosso ou de outro país ou região. Inclusive, pessoas com outra cor de pele ou características físicas próprias da nossa ou de outra região são excluídas e maltratadas por pessoas que acreditam em poder agir assim só por serem diferentes daquelas. Durante muitos anos, esse tipo de discriminação foi muito marcante na civilização, gerando desprezo, preconceito e exclusão (VITORINO; VITORINO, 2018, p. 102).

Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil do ano de 1988, no seu artigo 5.º, inciso XLII, a prática da xenofobia configura-se como crime passível aos desígnios da Lei:

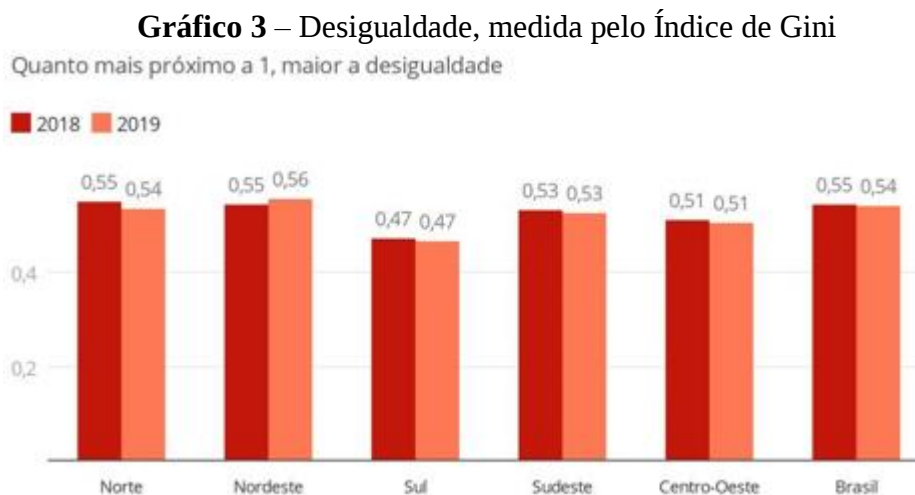
Art. 5.º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei (BRASIL, 1988)

No Brasil, ações educativas que objetivam o combate à xenofobia encontram fundamentação basilar teórica em diversos estudiosos da área, dentre eles, o filósofo Paulo Freire (2005), que defende o multiculturalismo para combate à exclusão social, à opressão e à marginalização das identidades culturalmente suprimidas. Segundo o autor:

A invasão cultural, que serve à conquista e a manutenção da opressão, implica sempre a visão focal da realidade, a percepção desta como estática, a superposição de uma visão do mundo na outra. A “superioridade” do invasor. A “inferioridade” do invadido. A imposição de critérios. A posse do invadido. O medo de perdê-lo. A invasão cultural implica ainda, por tudo isso, que o ponto de decisão da ação dos invadidos está fora deles e nos dominadores invasores. E, enquanto a decisão não está em quem deve decidir, mas fora dele, este apenas tem a ilusão de que decidiu (FREIRE, 2005, p. 18).

Em um país com alarmantes índices de desigualdade social, o pertencimento do cidadão a determinada área ou região sentencia suas potencialidades perante a classe hegemônica. Considerando o Demonstrativo de Desigualdade Social no Brasil em anos-base 2018/2019,

pode-se perceber que o Nordeste apresenta índices crescentes em detrimento das demais regiões do país (IBGE, 2020).



Fonte: IBGE (2020).

O Estado da Paraíba, segundo dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio da Síntese de Indicadores Sociais (SIS) do ano de 2020, abriga cerca de 1,6 milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza, isto é, que tenham renda mensal *per capita* inferior a R\$ 436 mensais. Essa desigualdade social representa 41,7% da população estadual (PORTAL CORREIO, 2020).

Na capital paraibana, não é difícil perceber tal realidade por meio das lentes mais atentas dos cidadãos naturalizados. Há bairros com maior concentração de renda, infraestrutura adequada, arquiteturas imponentes e automóveis luxuosos. Em contrapartida, há também localidades que sofrem às margens desse grande e imponente poder capital, demonstrando uma segregação espacial. Esse entendimento é apresentado por Campos (2008), quando diz que:

A cidade divide-se em uma área mais elitizada e outra popular e periférica – onde situa-se o Roger - em uma notada segregação espacial e exclusão social, iniciada principalmente em meados das décadas de 70 - 80 [...]. Essa segregação espacial e residencial reforça, e ao mesmo tempo é reforçada, por um temor que se apresenta constante no cotidiano dos habitantes da cidade contemporânea (CAMPOS, 2008, p. 79).

Nessas comunidades, a realidade chama à luta para garantir sua sobrevivência e manutenção familiar. Essas famílias vivem em situação de exclusão social e sob o controle do desenvolvimento capitalista. Para Costa e Ianni (2018), vale ressaltar que:

No Brasil, o conceito de exclusão social nas ciências humanas aparece quase sempre relacionado à desigualdade de renda. A exclusão social configura-se como marca inquestionável do desenvolvimento capitalista no país. [...] exclusão é a consequência do desejo da burguesia de subordinar o social ao econômico. O resultado é o controle dos dominados por meio da lógica de poder dominantes-dominados (COSTA; IANNINI, 2018, p. 81).

Seguramente, moradores de áreas periféricas urbanas necessitam transpor, diariamente, enfrentamentos e barreiras impostas pela sociedade capitalista. A falta de investimentos do poder público em infraestrutura, planejamento sanitário e ações educativas no âmbito da saúde e bem-estar social traz consequências ao cotidiano de quem vive essa realidade.

Somando-se a isso, o preconceito e a apologia ao medo do desconhecido acrescentam barreiras adicionais e desnecessárias ao que já não era fácil. Nesse sentido, prevalecem as notas e notícias negativas atribuídas a uma população em detrimento de todo o seu contexto colaborativo com a construção social do município. Conforme Campos (2008):

O Roger enquanto bairro central [...] é hoje, popular, formado por moradores em sua maioria de baixa renda, e um local visto pela cidade por meio de estigmas como perigoso, violento e insalubre. A mídia referencia esse tipo de imagem em seus telejornais, e matérias que mostram sempre o bairro por meio do presídio e suas fugas, da questão do tráfico de drogas e violências; da miserabilidade e carências sócio-econômicas; contribuindo para esse imaginário (CAMPOS, 2008, p.78)

Apesar do seu rico legado, que contribui de forma qualitativa e quantitativa para o patrimônio histórico, cultural e social da capital paraibana, os indivíduos sociais pertencentes à comunidade do Baixo Roger trazem consigo o estigma, muitas vezes velado, do seu pertencimento regional. Em seu estudo, Campos (2008) reflete sobre essa visão social:

A palavra estigma aponta um atributo e caracterização negativa e deprecia os sujeitos que são alvo. No caso do bairro estes estigmas são imputados pela cidade por meio dos marcos simbólicos visíveis, operado pelo imaginário que expressa uma postura política e ideológica que classifica o lugar como fora do comum, anormal, e não desejável (CAMPOS, 2008, p. 123).

Essa exposição midiática culmina por germinar na população um sentimento de descontentamento e descrença dos indivíduos oriundos dessa comunidade. Em outro momento da sua explanação, Campos (2008) relata que:

A população de João Pessoa, e principalmente os moradores com maior poder aquisitivo, tendem a ver o Roger como local de evitação, de perigo, relatando o medo e a cultura da violência [...]. Morar no Roger pode ser atributo negativo para um cidadão de João Pessoa, pois os indivíduos da cidade estranham o outro, tentando excluí-los de seu convívio e contato, principalmente os

indivíduos que são considerados provenientes de determinados lugares perigosos como o Roger (CAMPOS, 2008, p. 79).

Não há, porém, uma oposição para que essas notícias sejam veiculadas a título de esclarecimento à população, mas há, em contrapartida, o sentimento de ausência de interesse por expor os pontos positivos daquele grupo social. Haja vista que há uma maior propensão de se temer o que é desconhecido, é necessário desvelar o afável, para que se conquiste a empatia.

Faz-se necessário, com urgência, reverter a crença de que as pessoas que moram no Bairro do Roger são sujas, porque muitas trabalham com recicláveis, ou bandidas, por conta da sua condição social. Segundo Martins (2003):

No Brasil, onde cerca de 50% da população vivem em áreas metropolitanas ou em pólos regionais, novas experiências têm surgido, visando equacionar os desafios referentes à gestão urbano-ambiental, em termos do aumento da pobreza e precarização do trabalho nas metrópoles. Uma delas relaciona-se ao gerenciamento dos resíduos sólidos nas regiões metropolitanas. Como um dos itens que constituem o serviço de saneamento básico, a coleta e a disposição adequadas dos resíduos sólidos correspondem modernamente a um dos maiores dilemas das grandes cidades, apresentando facetas sócio-ambientais, econômicas e políticas (MARTINS, 2003, p. 19-20).

Entender que trabalhar com resíduos sólidos recicláveis, além de ser um trabalho honesto e muito digno, também é benéfico para toda a sociedade, compreensão basilar para ser dado o devido valor a essa profissão que mantém os espaços comunitários mais limpos e saudáveis para todos. Ainda segundo a autora:

Sendo a questão da destinação final do lixo entendida como um dos grandes desafios para as gestões locais, observa-se que além de ser um fator causador de poluição ambiental, o acúmulo indevido de lixo interfere esteticamente e funcionalmente na cidade, nos casos em que os resíduos não são recolhidos nas ruas e calçadas, se são dispostos em terrenos e córregos ou se chegam a obstruir os canais de circulação das águas pluviais (MARTINS, 2003, p. 21).

Da mesma forma, é necessário compreender que não se pode julgar um cidadão por um estereótipo criado e formulado para desqualificar pessoas e comunidades. Isso, além de ser um crime, é um desserviço à integração justa e ampla dos cidadãos oriundos das comunidades periféricas do Brasil.

Indivíduos que passam por situações xenofóbicas são desrespeitados em sua individualidade, diversidade e pluralismo. Desse modo, têm sua existência reduzida a rótulos, julgamentos e conceitos estereotipados por terceiros.

Com base nesse entendimento de que a informação leva ao conhecimento e, conseqüentemente, ao empoderamento do ser social, enfatiza-se a importância de uma educação

engajada na ampla disseminação da consciência de classe, por meio de uma abordagem crítica e reflexiva, intencionando oportunizar a percepção de imposições ideológicas hegemônicas.

2.3 PODE ENTRAR: AS ESCOLAS SÃO NOSSAS

Conforme as regulamentações oficiais e disponibilizadas a todos os interessados por meio da Constituição Federal Brasileira, é assegurado a todos os cidadãos o direito à educação pública, gratuita e laica. No disposto do Art. 205, temos:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Sob essa ótica, passa-se a focalizar, nesta seção, os espaços escolares públicos disponíveis para o acolhimento das crianças e adolescentes moradores do Bairro do Roger e de bairros vizinhos.

No tocante à oferta de vagas aos espaços escolares voltados para a educação das crianças, jovens e adolescentes da comunidade, foram alocadas nesta região quatro instituições escolares ligadas aos órgãos públicos estatais, além de duas Organizações Não Governamentais (ONGs), que desenvolvem um atendimento assistencial aos que se inscrevem e concorrem a uma vaga para atendimentos no contraturno dos seus horários escolares. Dentre as escolas listadas, três são municipais, e uma é estadual. Todas as unidades mencionadas situam-se no perímetro que compreende o Baixo Roger.

Inicia-se por apresentar a Escola Municipal Monsenhor João Coutinho, localizada na rua Dezenove de março, 330, no Baixo Roger. Fundada no ano de 1967, essa instituição educacional foi batizada com o nome do então vigário-geral da catedral de Nossa Senhora das Neves, que, na época, iniciou o processo de catequese com os moradores do bairro. Conforme os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), referentes ao ano de 2019, essa unidade escolar atende cerca de 411 crianças e adolescentes, que se dividem entre Pré-escola, 1º a 3º ano do ensino fundamental e da Educação de Jovens e Adultos – EJA, nos Ciclos de alfabetização, I, II, III e IV, além de dispor do atendimento para os filhos da EJA (INEP, 2019).

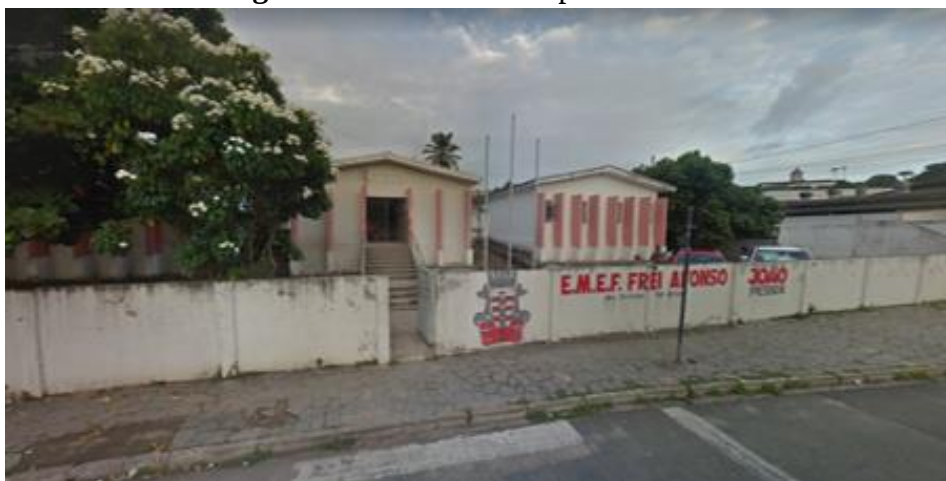
Figura 8 – Escola Municipal Monsenhor João Coutinho



Fonte: Autoria própria (2021).

A Escola Municipal Frei Afonso foi fundada em 1970 pelo então prefeito Damásio Barbosa da Franca e tinha como objetivo atender um pequeno número de crianças no referido bairro. Com a procura por vagas nesse ambiente educacional, seu espaço foi ampliado, voltando a funcionar em 1975 e atendendo cerca de 481 estudantes. Esse espaço escolar localiza-se na Avenida Airton Senna da Silva, número 250, no Baixo Roger. Segundo dados do Censo Escolar/INEP (2019), a escola atende 515 alunos, funcionando nos três turnos e oferecendo vagas para as séries do ensino fundamental I e II, além da modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Figura 9 – Escola Municipal Frei Afonso



Fonte: Autoria própria (2021).

Para o atendimento de crianças em creche e pré-escola, foi ofertada à comunidade a unidade do Centro de Referência em Educação Infantil (CREI) Assis Tavares, que recebe um

Considerando o levantamento apresentado pelo Censo Escolar do ano de 2019, ao todo, são cerca de 1.191 crianças e adolescentes matriculados em instituições públicas na comunidade do Roger, contemplados com a oferta de uma refeição diária, material escolar, fardamento e cadastro de acompanhamento de regularidade, que viabiliza a manutenção do recebimento de auxílio financeiro familiar proveniente do Governo Federal que engloba auxílios denominados Bolsa Família, Auxílio Gás e outros (INEP, 2019).

É importante lembrar que esses dados quantitativos são bastante variáveis, visto que há, na comunidade, alunos que deixam de se matricular em tempo regular, mas buscam sua inserção em outros períodos do ano, bem como mudanças e transferências de unidades escolares decorrentes de troca de endereço domiciliar ou laboral dos seus responsáveis.

Outro importante aspecto a ser considerado no cenário educacional desse bairro são as condições estruturais das unidades escolares disponibilizadas aos estudantes. Para uma melhor delimitação desse cenário, serão descritas essas instituições escolares e suas especificidades por meio de um quadro comparativo, baseado em dados oferecidos pelo censo escolar do ano de 2018.

Tabela 3 – Comparativo de espaços escolares do Bairro do Roger

ITENS OBSERVADOS	INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS			
	E.M.E.I.E.F MONSENHOR JOÃO COUTINHO	E.M.E.F. FREI AFONSO	E.E.E.F. ANA HIGINA	CREI ASSIS TAVARES
	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO INFANTIL
IDEB	4,7	4,3	3,7	-
Média de alunos por turma	21,5	25,4	20,6	25
Professores com ensino superior	100%	100%	89,47%	16,67%
Infraestrutura				
Laboratório de Ciências	não	não	não	não
Laboratório de Informática	sim	sim	sim	não
Quadra de Esporte	não	sim	sim	sim
Biblioteca	sim	não	não	não
Sala de Leitura	não	sim	não	não
Parque Infantil	não	não	não	sim
Refeitório	sim	não	sim	sim
Dependência para Deficientes	não	sim	sim	não
Internet	sim	sim	sim	não
Rede de Esgoto	sim	sim	não	sim

Fonte: Censo escolar (2018).

No que se refere à infraestrutura dos ambientes escolares que se localizam no bairro, o que se vê são prédios bastante antigos, com desgaste aparente e diversos problemas estruturais. Alguns demonstram fragilidades arquitetônicas, oferecendo riscos aos que neles se abrigam. Há deficiência na limpeza e na qualificação do entorno das escolas, com o acúmulo de lixo e vegetação, deixando os ambientes com cheiros desagradáveis.

Dispor de salas adequadas, espaço para lazer, ambiente para leitura e interação com meios digitais são algumas das solicitações mais frequentes dos atores que frequentam cotidianamente esses ambientes, visto que os disponíveis não os colocam em lugar de paridade com os estudantes de outras esferas regionais.

Na esfera educacional não governamental, duas ONGs realizam ações sociais no Bairro do Roger. Uma das mais antigas é o Centro Cultural Piollin. Criado em 1977 por um grupo de atores que precisavam de espaço para ensaiar seus espetáculos e ocuparam salas abandonadas do convento Santo Antônio, nas suas demonstrações artísticas, começaram a se integrar com a comunidade, que passou a apoiar o projeto. A partir de 1979, diante da ameaça de despejo por parte do Governo do Estado da Paraíba, ganhou visibilidade e o apoio de diversos órgãos, culminando na concessão de direito de uso de uma área, antes denominada Horto Simões Lopes, que compreende uma antiga casa grande e vasta área verde, segundo informações do site da própria organização (PIOLLIN, 2021).

Segundo a mesma fonte, o Centro Cultural Piollin oferece atividades de iniciação teatral, musical e circense para crianças e adolescentes da comunidade. Situado na Rua Professor Sizenando Costa, s/n, Baixo Roger, essa Organização se destina a envolver e direcionar a reflexão social da comunidade por meio das artes (PIOLLIN, 2021).

Figura 12 – Centro Cultural Piollin



Fonte: Google Maps (2021).

Com a proposta de oferecer às crianças do bairro atividades e oficinas artísticas, culturais e pedagógicas, a ONG Casa Pequeno Davi é muito conhecida e disputada pelos moradores da região. Criada em 1985 por religiosos de São Vicente de Paula, essa organização nasceu com o intuito de abrigar crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Só em 1995, sob a direção da Pastoral do Menor, passou a desenvolver ações no âmbito educacional, cultural e esportivo, acolhendo crianças e adolescentes em seus contraturnos escolares.

A ONG Casa Pequeno Davi abriga profissionais de diversas áreas de atuação e disponibiliza aos cidadãos do bairro oficinas de artes visuais, contação de histórias, dança, esporte e recreação, formação humana, inclusão digital, iniciação profissional (serigrafia, móveis planejados, CorelDraw, manutenção de micro), música e atividades ludopedagógicas.

Localizada na Rua João Ramalho, número 195, no Baixo Roger, essa organização não governamental conta com o apoio da iniciativa pública e privada para desenvolver ações sociais comunitárias e de apoio às famílias em situação de risco alimentar e/ou social. Segundo a organização, em seu site oficial, seu impacto social alcançou a marca de mais de 10 mil crianças e adolescentes, que já participaram de algum tipo de atividade nas dependências da Casa Pequeno Davi no decorrer da sua atuação (CASA PEQUENO DAVI, 2021).

Figura 13 – Casa Pequeno Davi



Fonte: Google Maps (2021).

Essas iniciativas públicas e privadas, que defendem propostas educacionais para possibilidades formativas na comunidade do Baixo Roger, apresentam-se de forma contundente na organização social dos moradores do bairro. Por estar próximo aos sujeitos educacionais e suas moradias, as ações propostas são, em sua maioria, acatadas e apoiadas pelas famílias que constituem aquela região.

2.3.1 Daqui vem a nossa voz

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Monsenhor João Coutinho, localizada no Baixo Roger, foi escolhida como lócus da pesquisa, por estar diretamente ligada à ação profissional da pesquisadora. Atuando na escola desde o ano de 2015, a atividade docente contribuiu para a abertura de um leque de questionamentos e interações com o cotidiano das crianças e adolescentes desse bairro.

A instituição escolar localiza-se em área com boa acessibilidade aos moradores do bairro, tendo à sua frente um ponto de parada para os ônibus coletivos que servem aos moradores da região. Tem rua calçada, água encanada, energia elétrica, serviço de Internet e sistema de esgotamento. Em sua proximidade, estão situados: a Unidade de Saúde da Família (USF), que atende os moradores do bairro, igrejas, padaria, pequenos supermercados e comércios informais que prestam serviços à vizinhança.

Por não dispor de área que comporte a prática recreativa e desportiva, os alunos dessa escola desenvolvem essa categoria de atividade no Ginásio O Guarany, localizado em frente à escola.

Em seu Projeto Político-Pedagógico (PPP), datado do ano de 2018, ao qual se teve acesso, a fundação da escola está descrita da seguinte forma:

A Escola Municipal Monsenhor João Coutinho situada à Rua 19 de março, nº 330, no Bairro Roger, CEP 58020-340, João Pessoa – PB, conhecida anteriormente como Escola 19 de Março[...]. O estabelecimento de ensino foi fundado no dia 26 de julho de 1967, pelo Prefeito Damásio Barbosa da Franca, funcionando de acordo com o Ato de Criação Decreto Lei 1708 e Resolução de Autorização Nº. 188/88 CEE (ESCOLA MONSENHOR JOÃO COUTINHO, 2018, p. 9).

Figura 14 – Escola Municipal Monsenhor João Coutinho



Fonte: Autoria própria (2021).

A equipe escolar conta com 71 profissionais, divididos em: Gestão (quatro), Especialistas (cinco), Docentes (32) e Apoio (30). No que se refere ao enquadramento funcional, 30 desses profissionais estão admitidos de forma efetiva no cargo, enquanto 41 estão vinculados por meio de contratos de prestação de serviço temporário.

Figura 15 – Equipe escolar: funções e situação funcional



Fonte: Autoria própria (2021).

A escola possui um espaço físico de pequeno porte. Nela, há sete salas de aula, biblioteca, secretaria, laboratório de informática, cozinha, refeitório, diretoria, seis banheiros, três miniarmários para guardar material e um corredor para circulação. Não há área verde nem ambientes com grama ou areia.

Por seu ambiente limitado, reuniões de pais e famílias ou palestras abertas à comunidade precisam ser realizadas em outros espaços. Para tanto, a escola mantém parcerias com algumas instituições e organizações do bairro. Assim descreve o seu PPP (2018):

Trabalhamos cotidianamente em parcerias com toda a comunidade, pois apesar da escola funcionar em um pequeno espaço físico, o bairro dispõe dos benefícios oferecidos tanto pelas ONG's como também por Associações Governamentais, por meio do Posto de Saúde, vizinho da Escola, e vem colaborar com palestras na área de prevenção, abordando diversos assuntos como: vacinação, saúde bucal, alimentação, higiene, as DST e AIDS e planejamento familiar (ESCOLA MONSENHOR JOÃO COUTINHO, 2018, p. 13)

Sobre as ações participativas envolvendo outras temáticas e instituições em colaboração com a educação escolar, promovem a percepção e a construção do entendimento das habilidades necessárias para a produção humana. Nesse sentido, Saviani (2012) explicita que:

[...] a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos [...] o homem necessita antecipar em ideias os objetivos da ação, o que significa que ele representa mentalmente os objetivos reais. Essa representação inclui o aspecto de conhecimento das propriedades do mundo real (ciência), de valorização

(ética) e de simbolização (arte) [...]. Trata-se aqui da produção de ideias, conceitos, valores, símbolos, hábitos, atitudes, habilidades. Numa palavra, trata-se da produção do saber, seja do saber sobre a natureza, seja do saber sobre a cultura, isto é, o conjunto da produção humana (SANIANI, 2012, p. 12).

Figura 16 – Ações participativas na Escola Monsenhor João Coutinho



Fonte: Autoria própria (2021).

Embora as condições estruturais não sejam as mais favoráveis, a equipe escolar busca uma relação de proximidade com os moradores do bairro em que se insere, promovendo e discutindo a importância da educação, do envolvimento familiar nesse processo e da relevância de aproximação dessas construções basilares na vida dos educandos. Em seu PPP (2018), a equipe escolar reforça esse entendimento:

[...] a escola para tornar mais facilmente apreensível seus conteúdos, deve se reportar constantemente às experiências anteriores dos educandos, e também se tomem medidas, no seio da casa ou da família, que possam, depois, facilitar na escola a apreensão dos conteúdos culturais necessários ao desenvolvimento social e cultural da pessoa. A mais importante dessas medidas é precisamente o desenvolvimento de valores favoráveis ao saber e à postura de estudar e interessar-se pelo aprendizado (ESCOLA MONSENHOR JOÃO COUTINHO, 2018, p. 12).

Essa perspectiva soma-se ao entendimento de que a ação educativa precisa estar em consonância com o contexto em que a comunidade escolar se insere. De acordo com Saviani (2012):

O trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo (SAVIANI, 2012, p. 17).

Figura 17 – Ações participativas na Escola Monsenhor João Coutinho



Fonte: Autoria própria (2021).

O entendimento da importância de uma educação comprometida com a relação social do aluno é demonstrado por meio do PPP escolar (2018), quando diz:

Acreditamos que a aprendizagem deve incentivar novos conhecimentos num processo contínuo, aprender a conhecer, na crença que por meio de práticas e vivências, promove-se a concretização do desenvolvimento das competências pessoais e sociais, entendendo a educação como uma das possibilidades de mudar o amanhã. Pretendemos garantir aos integrantes da escola o domínio sob o caminho a ser percorrido e a consciência de seus limites e possibilidades, acreditando na escola como vínculo de educação e sua integração na comunidade em que vive (ESCOLA MONSENHOR JOÃO COUTINHO, 2018, p. 17)

Para tanto, faz-se necessária a práxis voltada para o desenvolvimento de ações que colaborem com a superação das características hegemônicas da educação, abordando reflexões que privilegiem o entendimento e a consciência das relações sociais implícitas do sistema capitalista. Essa afirmação corrobora Freire (1984, p. 89) ao expor que “[...] seria, na verdade, uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceber as injustiças sociais de maneira crítica”.

Figura 18 – Atividades interdisciplinares com os estudantes da escola



Fonte: Autoria própria (2021).

Para haver uma observação da assiduidade dos alunos no ambiente escolar, existe um acompanhamento mais aproximado e sistemático. Essa mediação, feita pela equipe escolar, visa oferecer um olhar atento e preocupado com as garantias e condições favoráveis aos processos formativos das crianças e adolescentes inseridos nessa instituição de ensino.

O papel da Escola nesse processo será de fazer o levantamento semanal dos alunos com baixa frequência, onde entrará em contato imediatamente com a família via convocação num primeiro momento, num segundo momento será realizado um telefonema e por último a visita domiciliar, caso todos esses trâmites não sejam bem-sucedidos por parte da Escola o Conselho Tutelar e ou/ O ministério Público será comunicado sobre o fato (ESCOLA MONSENHOR JOÃO COUTINHO, 2018, p. 34).

Figura 19 – Atividades nos espaços escolares da Escola Monsenhor João Coutinho



Fonte: Autoria própria (2021).

No tocante à ação da gestão escolar, a equipe escolar reforça a importância de trabalhar com a democratização das ações e a participação atuante da comunidade em que se insere. Nesses termos, o PPP da Escola pontua:

A comunidade escolar está sendo chamada a participar na tomada de decisões, por várias razões. Uma delas é o próprio processo de democratização da sociedade, ampliando os canais de participação. Outra razão é que a escola não está ilhada, mas inserida numa comunidade concreta, cuja população tem expectativas e necessidades específicas que ela precisa considerar. Realizar uma gestão democrática significa acreditar que todos juntos têm mais oportunidades de encontrar caminhos para atender às expectativas da sociedade a respeito da atuação da escola. Ampliando o número de pessoas que participam da vida escolar, é possível estabelecer relações mais flexíveis e menos autoritárias entre educadores e clientela escolar (ESCOLA MONSENHOR JOÃO COUTINHO, 2018, p.39)

Essa aproximação é de extrema importância e caracteriza uma tomada de decisões democrática e comprometida com os anseios da comunidade escolar. Confirmando esse entendimento, Freire (2000) é enfático ao afirmar:

Uma das grandes, se não a maior tragédia do homem moderno, [...] está em que vem sendo expulso da órbita das decisões. As tarefas do seu tempo não são captadas pelo homem simples, mas a ele apresentadas por uma 'elite' que as interpreta e lhas entrega em forma de receita, de prescrição a ser seguida. E, quando julga que se salva seguindo as prescrições, [...] é domesticado e acomodado: já não é sujeito. Rebaixa-se a puro objeto. Coisifica-se (FREIRE, 2000, p. 51).

Garantir o direito à educação em espaço público e gratuito para todos que dela necessitem tem sido pauta importante a ser defendida e debatida com amplitude. Tal direito deve embasar o sentido de uma educação justa e igualitária para todas as camadas da sociedade. Nesse sentido, o PPP da escola ressalta que:

A Escola Monsenhor João Coutinho, justifica seu Projeto Político Pedagógico, por meio da luta pela qualidade de ensino, combatendo o abandono, a distorção idade-ano e a repetência. É preciso inovar a metodologia e fazer surgir uma nova escola voltada para o interesse do aluno, um aprendizado bem consciente e real que se aproxime ao máximo da vida do aluno. É preciso descobrir as dificuldades e eliminar as barreiras que impedem o sucesso do ensino aprendizagem (ESCOLA MONSENHOR JOÃO COUTINHO, 2018, p. 34)

Saviani (2012) enfatiza:

É aí que cabe encontrar a fonte natural para elaborar os métodos e as formas de organização do conjunto das atividades da escola, isto é, do currículo. E aqui nós podemos recuperar o conceito abrangente de currículo: organização do conjunto das atividades nucleares distribuídas no espaço e tempo escolares. Um currículo é, pois, uma escola funcionando, quer dizer, uma escola desempenhando a função que lhe é própria (SAVIANI, 2012, p. 17).

Figura 20 – Vivências fora da escola, com ênfase na arte local e pontos turísticos da região



Fonte: Autoria própria (2021).

A inovação metodológica, inclusive, ganhou espaço de destaque para o desenvolvimento das ações pedagógicas em tempos adversos. Caracterizado como um ano

atípico, 2020 foi marcado pelo surgimento da pandemia provocada pelo novo Coronavírus, que atingiu o Brasil no final de fevereiro e, já em meados de março, exigiu a adoção de medidas sanitárias no âmbito governamental para conter sua propagação em nosso Estado, redesenhando um novo cenário institucional.

Uma das medidas sanitárias adotadas foi a suspensão das atividades escolares presenciais e, posteriormente, a inserção do ensino remoto. Para tanto, foi necessária uma reorganização e adaptação ao uso da tecnologia em favor do ensino. Essas medidas foram seguidas com o propósito de manter crianças, adolescentes, jovens e adultos em contato com as ações pedagógicas escolares.

Sendo assim, inúmeros desafios foram lançados a toda a comunidade escolar. Educadores e educandos, com auxílio das famílias, foram requisitados a desenvolver as atividades escolares por meio de recursos tecnológicos (computador, smartphone, Internet), bem como familiares/responsáveis foram orientados a comparecer à escola para adquirir o material impresso, caso não tivesse condições de acesso aos referidos recursos.

Apesar de todas as dificuldades, a equipe escolar da Escola Monsenhor João Coutinho continuou a desenvolver um trabalho baseado nas perspectivas democráticas e de socialização indistinta dos saberes educativos. Assim, mesmo sob condições desfavoráveis, a escola se propôs a manter o compromisso firmado em seu PPP:

Numa perspectiva democratizadora há a necessidade de a escola repensar profundamente a respeito de sua organização e as formas de ensinar, ou seja, o seu jeito de fazer escola. Temos de jogar fora as roupas velhas e tornar a vestir a escola, a partir da essência, a sua função social que permanece: ensinar bem e preparar os indivíduos para exercer a cidadania e o trabalho no contexto de uma sociedade complexa. As políticas educacionais devem ser suficientemente diversificadas e concebidas, de modo que a educação não seja um fator suplementar da exclusão social. Os tempos e os campos da educação devem ser repensados, completar-se e interpenetrar-se, de modo que, cada indivíduo, ao longo de sua vida, possa tirar o melhor proveito de um ambiente educativo em constante transformação (ESCOLA MONSENHOR JOÃO COUTINHO, 2018, p. 46).

Essas relações têm uma fundamentação teórica e podem ser evidenciadas dialeticamente por meio das transformações do materialismo histórico. Esse entendimento é apoiado em Saviani (2012), que diz:

Quando se pensam os fundamentos teóricos, observa-se que, de um lado, está a questão da dialética, essa relação do movimento e das transformações; e, de outro, que não se trata de uma dialética idealista, uma dialética entre os conceitos, de uma dialética do movimento real. [...] trata-se de uma dialética histórica expressa no materialismo histórico, sendo justamente a concessão

que procura compreender e explicar o todo desse processo, abrangendo desde como são produzidas as relações sociais e suas condições de existência até à inserção da educação nesse processo (SAVIANI, 2012, p. 141).

Figura 21 – Atividades em aulas remotas da Escola Monsenhor João Coutinho



Fonte: Autoria própria (2021).

Sob essas perspectivas, a equipe escolar da supracitada escola vem atuando na construção e viabilidade da educação escolar das crianças, adolescentes, jovens e adultos que residem no Bairro do Baixo Roger e suas imediações.

Favorecer um pensamento crítico e de pertencimento social aprimora o reconhecimento do cidadão enquanto mantenedor de direitos e deveres comunitários e individuais. Reconhecer-se ajuda no reconhecimento do próximo, gerando respeito, empatia e o entendimento da diversidade social em que as pessoas estão inseridas.

3 CONTEXTUALIZAR É PRECISO

Inserido em um contexto de crise sanitária mundial, o Brasil vive, desde março de 2020, sob um preocupante estado de pandemia. Instalado nas principais nações globais, o risco epidemiológico de alta gravidade tornou-se um dilema universal. Trata-se de uma doença infecciosa denominada COVID-19, que teve seus primeiros casos registrados na cidade de Wuhan, epicentro da doença na China. Nesse cenário pandêmico, novos protocolos de saúde e segurança foram adotados pela população mundial.

Segundo dados fornecidos pelo Ministério da Saúde Brasileiro, os números de casos confirmados no país crescem diariamente, alcançando a marca de 21.283.56 de casos confirmados e a alarmante contagem de 592.316 cidadãos que vieram a óbito em solo brasileiro em decorrência desta doença.⁴ Conforme Brasil (2020), apoiado nas orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), as principais formas de prevenção ao contágio do Coronavírus são a utilização de máscaras respiratórias faciais, a constante higienização das mãos por meio da lavagem frequente com água e sabão e/ou álcool em gel a 70%, além de manter o distanciamento social entre os indivíduos.

Entendendo que o Estudo de Caso requer uma aproximação da pesquisadora com os fenômenos a serem observados, a metodologia do estudo precisou se enquadrar aos critérios de pesquisa e aos protocolos de saúde exigidos. Isso acrescentou novas circunstâncias e dificuldades ao processo de observação e coleta de dados.

Nesses termos, coube à pesquisadora uma preocupação e uma maior criteriosidade ao desenvolver o estudo de caso, sendo necessária uma precaução nas formas de coleta de dados no campo de estudo. Isso, de maneira alguma, tornou a pesquisa mais distante ou desvinculada da realidade comunitária. Nesse sentido, houve um esforço para manter-se próxima e presente aos anseios e vivências externalizados pelos sujeitos focalizados.

Por meio do Decreto nº 9.460/2020, de 17 de março de 2020, a Prefeitura Municipal de João Pessoa estabeleceu a suspensão das atividades presenciais em todas as escolas do município. Essa regulamentação teve como base as orientações da Organização Mundial da Saúde, sendo implementada em todo o território nacional (JOÃO PESSOA, 2020).

Os meses posteriores a março seguiram as orientações do mesmo Decreto, e o ano de 2020 foi finalizado por meio da implementação de aulas por videochamadas, aplicativos de

⁴ Dados acessados no site <https://covid.saude.gov.br/> em 23 de setembro 2021.

mensagens, salas virtuais, videoaulas postadas em sites de publicações e demais ferramentas eletrônicas que viabilizassem o acesso dos estudantes ao material proposto.

No ano de 2021, a situação pandêmica ainda era muito persistente no Brasil, e o calendário escolar foi iniciado seguindo o modelo já implementado no ano anterior, ou seja, por meio de dispositivos eletrônicos. Vale salientar que a aquisição e a manutenção desses dispositivos com acesso à Internet ficaram sob a responsabilidade dos pais dos estudantes e/ou os responsáveis por eles. Embora seja fato que alguns desses estudantes não tenham disponíveis esses aparatos tecnológicos, essa ferramenta passou a ser fator integrador dos conteúdos disponibilizados pelas escolas no período pandêmico.

Outra forma encontrada pelas equipes escolares de disponibilizar o material de aula para os estudantes acompanharem o programa foi a distribuição do material impresso. Nesse caso, pais e/ou responsáveis eram convidados a comparecer às escolas para ter acesso ao material impresso. Além disso, era preciso se comprometer a acompanhar e orientar as atividades escolares dos seus filhos em suas residências, devolvendo à escola o material preenchido e revisado, em tempo determinado.

No dia 17 de janeiro de 2021, foi aplicada a primeira dose de vacina contra a COVID-19 no Brasil (A GAZETA, 2021). Seguiu-se, a partir disso, uma agenda e o cronograma do Ministério da Saúde do Brasil para a imunização da população adulta brasileira, o que possibilitaria uma volta gradual das atividades presenciais, inclusive as escolares.

Figura 22 – Vacinação contra a COVID-19



Fonte: A Gazeta (2021); João Pessoa (2021).

Seguindo o calendário de vacinação municipal, os profissionais da educação de João Pessoa inseridos nos níveis do infantil ao fundamental iniciaram o processo de vacinação no

dia 16 de maio de 2021, devendo cumprir um prazo de 90 dias entre as duas doses do imunizante (DIAS, 2020).

Apesar de apenas a população com faixa etária acima dos 18 anos estar inserida, em um primeiro momento, na campanha nacional de imunização, a Secretaria de Educação e Cultura de João Pessoa iniciou o plano de retomada ao ensino presencial em toda a rede.

Conforme as normas disponibilizadas pelo documento intitulado: “Organização da volta às aulas presenciais por etapas: Aspectos Pedagógicos” (JOÃO PESSOA, 2021), foi estabelecido o cronograma de retorno:

Figura 23 – Cronograma de retorno às aulas presenciais por etapas

ETAPAS E PÚBLICO-ALVO 						
Etapas	1ª ETAPA	2ª ETAPA	3ª ETAPA	4ª ETAPA	5ª ETAPA	6ª ETAPA
Dias	16/08	01/09	08/09	15/09	22/09	29/09
Público	Da Educação Especial Crianças de 03 anos* (CREI's)	Crianças de 04 e 05 anos (CREI's e Escolas)	Alunos (as) do 1º ao 2º anos Ensino Fundamental Alunos(as) do Ciclo I e II da EJA	Alunos (as) do 3º ao 5º anos Ensino Fundamental	Alunos (as) dos 6º ao 7º anos Ensino Fundamental Alunos(as) do Ciclo III e IV da EJA	Alunos (as) dos 8º ao 9º anos Ensino Fundamental CREI's Crianças de 02 anos Berçário

*3 (três) anos obedecendo a idade de corte até o dia 31 de março, conforme determinação do MEC.

Fonte: João Pessoa (2021).

Dessa forma, foi possível acompanhar o retorno das crianças às salas de aula de forma presencial, possibilitando a observação do lócus da pesquisa e participar do momento de readaptação do espaço de convívio e de ajustamento aos novos protocolos impostos aos ambientes sociais.

3.1 SE PODE ENTRAR, VAMOS LÁ!

Nesta etapa da pesquisa, levou-se em consideração a observação do ambiente, da preparação para o retorno dos estudantes, as diretrizes que norteiam os novos protocolos de adequação e da ação pedagógica voltada para a educação baseada no respeito e no convívio social.

Já no dia 9 de agosto, a pesquisadora esteve na Escola Municipal Monsenhor João Coutinho para acompanhar o processo de retomada e observar como a equipe escolar estava se

organizando para receber os estudantes matriculados naquela unidade. Na visita, entrou em contato com as gestoras pedagógica e administrativa da unidade, que a colocaram a par das adequações solicitadas e disponibilizaram o documento regulatório encaminhado pela gestão escolar municipal.

Nesse dia, apenas gestoras e equipe de apoio escolar estavam no ambiente, visto que os docentes estavam trabalhando de suas casas, utilizando equipamentos e meios de transmissão de dados próprios.

Foi possível visualizar que, apesar de estar em um local muito pequeno e com espaço de locomoção reduzido, o ambiente passou por ajustes e adequações. Nesse sentido, foram espalhadas sinalizações, álcool em gel e cartazes explicativos por todos os ambientes.

Figura 24 – Adequações na escola no contexto da pandemia da COVID-19



Fonte: Autoria própria (2021).

Ainda durante essa visita, foi possível constatar uma movimentação de pais e responsáveis na portaria da escola, algo incomum para aquele período. Ao questionar um dos funcionários sobre o motivo da visita, a pesquisadora foi informada sobre a chegada de um quantitativo de cestas básicas para serem entregues à população vinculada ao estabelecimento de ensino. Esses alimentos enviados pela Secretaria de Educação tiveram o intuito de amenizar a falta da merenda fornecida diariamente às crianças que frequentam a instituição.

Ao proceder com a distribuição, a equipe aproveitava para reforçar verbalmente a importância de manter o acompanhamento e a assiduidade com as atividades propostas pelos professores, colhia informações sobre os estudantes e atualizava telefones para o contato.

Figura 25 – Distribuição de cestas básicas

Fonte: Autoria própria (2021).

Esse contato entre os profissionais e a comunidade escolar, mesmo que rápido e protocolado, é uma oportunidade de aproximação e acolhimento. Nessas ocasiões, é possível interagir, indagar e se deixar disponível para uma eventual necessidade. Como parte integrante daquela unidade escolar, a pesquisadora teve a oportunidade de participar de diversas interações naquele dia, e por diversas vezes, a pergunta foi: como será a volta das aulas?

Para responder a essa questão, foi utilizado o termo de ajustamento encaminhado às instituições de ensino. Conforme o projeto apresentado pela Secretaria Municipal de Educação do Município de João Pessoa, as aulas terão, no segundo semestre de 2021, um caráter híbrido, intercalando aulas presenciais e remotas. Em dias de aulas presenciais, os alunos serão divididos em dois grupos: A e B. Essa organização segue da seguinte forma:

Quadro – Organização de retorno das aulas na rede municipal de João Pessoa

ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS – ANOS FINAIS - EJA					
SEMANA	2ª FEIRA	3ª FEIRA	4ª FEIRA	5ª FEIRA	6ª FEIRA
1ª semana	Grupo A	Atendimento Remoto Grupo A e B	Grupo A	Atendimento Remoto Grupo A e B	Grupo A
2ª semana	Grupo B		Grupo B		Grupo B

Fonte: João Pessoa (2021).

Ainda sobre o documento regulatório disponibilizado pela gestão municipal, algumas orientações enfatizam a importância da escola para os estudantes que nela se inserem. O texto afirma:

Para além de questões pedagógicas e cognitivas, a retomada também traz consigo uma dimensão social e político-pedagógica, pois a decisão de retomada contribui diretamente para subtrair um conjunto de violações dos direitos da criança e do adolescente, como a violência doméstica, sexual, o trabalho infantil, além da desnutrição, que se acirrou com a pandemia, visto que a escola é, para as crianças e adolescentes, um lugar de segurança e

cuidados, além de espaço de aprendizagem e desenvolvimento humano. (UNICEF, 2020, apud JOÃO PESSOA, 2021, p. 4).

Entende-se que este retorno às aulas presenciais pode contribuir, de fato, para uma segurança alimentar e social das crianças deste bairro, porém a circunstância que este retorno acontecerá pede uma avaliação das condições sanitárias e de saúde para todos os envolvidos nesse processo. Nesse momento de precauções e incertezas, quanto à saúde de toda a população, ajustes e ponderações devem considerar as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS).

A pesquisadora voltou à Escola Monsenhor João Coutinho no dia 16 de agosto, pela manhã, para acompanhar o retorno às aulas dos alunos com deficiências. Nessa etapa de retorno às aulas presenciais, os grupos foram divididos em categorias, para manter o distanciamento social e as medidas sanitárias exigidas.

Para esse momento, a instituição dispôs de uma equipe formada pela professora de Atendimento Educacional Especializado (AEE), psicóloga e acompanhante, para dar o suporte necessário a essas crianças. Nesse dia, a adesão foi baixa, e apenas 4 crianças compareceram para o reinício das atividades presenciais.

Nessa oportunidade, a pesquisadora conversou com algumas mães a respeito das expectativas para esse momento de adaptação das crianças. Para este retorno, as mães expuseram a ansiedade e a felicidade dos estudantes por estarem voltando ao ambiente escolar. Houve também quem explicitasse algumas inquietações. Dentre as mais comuns, a preocupação de que as crianças mantivessem as máscaras durante o tempo que permanecessem no ambiente de ensino e a prevenção do contato mais aproximado com os outros colegas.

Sobre esse aspecto, pôde-se constatar a preocupação e o empenho da equipe em manter todos dentro das regras previstas para aquele momento. A professora manteve-se solícita e atenciosa, mesmo guardando a distância necessária. No momento reservado para a alimentação das crianças, todos permaneceram nas salas de aula e a equipe da escola trouxe a refeição até eles. Ao final, tudo foi recolhido, e os estudantes tiveram um tempo de repouso, o que se fez nas salas de aula.

Durante essa etapa, a pesquisadora esteve responsável, com a gestão pedagógica, pela impressão e organização das atividades escritas. Essas atividades ficam disponíveis semanalmente na portaria do estabelecimento para que as crianças que não têm acesso à Internet possam acompanhar as atividades da semana. Essa ação é bem acolhida pelos moradores, que passam no local para receber e para devolver as atividades após a realização delas.

O número de famílias que se disponibilizam a pegar e depois devolver o material impresso ainda fica aquém do esperado, mas, em contrapartida, os que se dispõem a fazê-lo mantêm tais ações e obedecem a uma rotina.

Nesse dia, tudo transcorreu como planejado, e os estudantes foram sendo liberados para retornar às suas residências. Ao fim, conversando com a equipe escolar, pôde-se perceber estarem todos mais tranquilos e seguros com o retorno gradativo da volta às atividades.

Uma nova visita à instituição ocorreu no dia 1º de setembro, dia marcado para o retorno dos estudantes da faixa etária de cinco anos, matriculados na pré-escola. A pesquisadora dirigiu-se ao turno da manhã, no qual existem duas turmas destinadas a essa série. Nesse dia, a movimentação lá estava maior. Havia mais funcionários e professoras para atender aos alunos que estavam iniciando a rotina de forma presencial.

Para esse grupo, a experiência foi de iniciação. Apesar de a escola estar iniciando o mês de setembro, muitas daquelas crianças ainda não haviam vivenciado tal rotina. Nesse dia, 23 alunos compareceram, distribuídos nas duas turmas em que se encontravam originalmente matriculados.

Pôde-se observar que a maioria das crianças compareceu à escola higienizadas, vestidas adequadamente e utilizando máscaras de tecido no rosto. Esse ponto foi um aspecto bastante positivo da observação, visto ser uma das preocupações da equipe, haja vista que não se tinha convicção de que todos teriam acesso às máscaras de proteção individual. Já prevendo tal situação, providenciaram-se algumas unidades descartáveis desse item de segurança, para dispor às crianças que solicitassem.

Figura 26 – Estudante em sala de aula



Fonte: Autoria própria (2021).

A hora da alimentação seguiu o mesmo ritual da visitação anterior. As crianças permanecerem em suas salas de aula e lhes foi oferecido o lanche de que se dispunha. Nessa ocasião, havia frutas, biscoito de água e sal e iogurte. Após a refeição, elas tiveram um tempo

para descansar, interagir e conhecer aos outros alunos e aos funcionários. Essa ação foi mediada pela professora, que manteve uma preocupação com o distanciamento e o respeito às normas impostas pelos órgãos de saúde.

Por não dispor de área de recreação, a escola tem seu horário de saída agendado para as 11 horas da manhã. Ao se aproximar desse horário, pais e responsáveis começaram a chegar, e um funcionário se encarregou de buscar um estudante por vez, e conduzi-lo ao portão de acesso, onde pais e/ou responsáveis os esperavam.

Nesses breves momentos de interação entre funcionários e pais dos estudantes, era perceptível a relação de conhecimento e confiança com que se tratam. Muitos desses pais foram alunos de lá e relatam a relação de proximidade com as pessoas que se encontram nesse espaço. É comum chamar e serem chamados pelos seus nomes, demonstrando uma relação prévia. Mesmo nesse ano atípico, em que a ida até a escola não foi frequente, essa relação de reconhecimento permanece. Pude entender que, mesmo não havendo aulas presenciais durante um longo período, as pessoas continuaram a frequentar e a se relacionar com a equipe do estabelecimento, atestando uma participação da comunidade escolar na vivência social dos estudantes daquela instituição.

Já no dia 8 de setembro, dia marcado para o retorno de mais um grupo de alunos, a pesquisadora presenciou o retorno das turmas de 1º e 2º anos do ensino fundamental.

Figura 27 – Painel de Boas-Vindas aos alunos da Escola Mons. João Coutinho



Fonte: Arquivo Pessoal (2021).

Para esse momento, as professoras e demais membros da equipe planejaram uma celebração de boas-vindas aos estudantes. Um grande tapete vermelho foi estendido no corredor da escola, trazendo um significado e importância a todos que ali entravam. Também foi executada uma música infantil para deixar o ambiente mais acolhedor. As professoras recebiam seus alunos e os conduziam por esse curto caminho até as suas salas de aulas.

Apesar de simples, essa ação trouxe um conforto e um clima de acolhimento aos estudantes que estavam retornando naquele dia. Houve também um grande painel na entrada do local, que deixava clara a alegria em recebê-los.

Para que houvesse um melhor entendimento das novas regras de convivência na escola, pais e responsáveis foram convidados a participar de uma reunião prévia com a equipe. Nesse momento, houve uma interação entre funcionários e familiares, para que tirassem as dúvidas e tivessem conhecimentos das regras gerais.

Pôde-se notar o empenho e a esperança de todos para que essa retomada das aulas presenciais acontecesse em segurança e que viesse a contribuir com a interação social, educativa e acolhimento dos estudantes dessa unidade de ensino.

Assim, foi possível entender um novo começo, trazendo novas provas, expectativas, desejos e anseios de um futuro melhor para todos os envolvidos nesse contexto da comunidade escolar.

3.2 É HORA DE OUVIR: O QUE DIZEM OS PAIS?

Para dar início à utilização dos instrumentos de coletas de dados, iniciou-se a seleção dos possíveis participantes desta etapa do processo. De posse de uma lista de pais/mães dos alunos regularmente matriculados na escola Municipal de Ensino Fundamental Monsenhor João Coutinho, foram feitos 40 contatos telefônicos, a fim de convidar e informar as bases e finalidades da pesquisa.

Aos que informaram ter condições e interesse de participar do estudo, foram enviados os *links* de acesso ao questionário eletrônico, criado por meio da plataforma *Google Forms*. Logo, os participantes tiveram acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), atestando ciência e concordância com a participação.

Entende-se que a família é a primeira instituição social à qual a criança tem acesso e que, a partir da sua mediação, é possível tornar-se parte de um grupo. Como afirmam Lane e Codo (1989, p. 99): “É na família, mediadora entre o indivíduo e a sociedade, que aprendem a perceber o mundo e a nos situarmos nele. É a formadora da nossa primeira identidade social. Ela é o primeiro “nós” a quem aprendemos a nos referir”.

Passamos a traçar uma perspectiva dessa primeira instituição social com o meio social no qual as crianças e os adolescentes estão inseridos e identificar a mediação escolar no decorrer deste processo. Dos 40 contatos iniciais, foram devolvidos 27 questionários respondidos. Desta forma, pôde-se contar, para levantamento e análise das questões apontadas, com esse

quantitativo de sujeitos. Os questionários estiveram disponíveis para preenchimento eletrônico no período de 09 até o dia 22 de agosto do corrente ano.

Para a análise dos dados coletados por meio desse instrumento, foi utilizada a compreensão trazida pelo Materialismo Histórico e Dialético. Nesse sentido, partiu-se dos referenciais Gramscianos apresentados pelos autores Marilena Chaui (1986) e Carlos Roberto Jamil Cury (2000). Nessa perspectiva, foram utilizadas as categorias: totalidade, hegemonia e contradição.

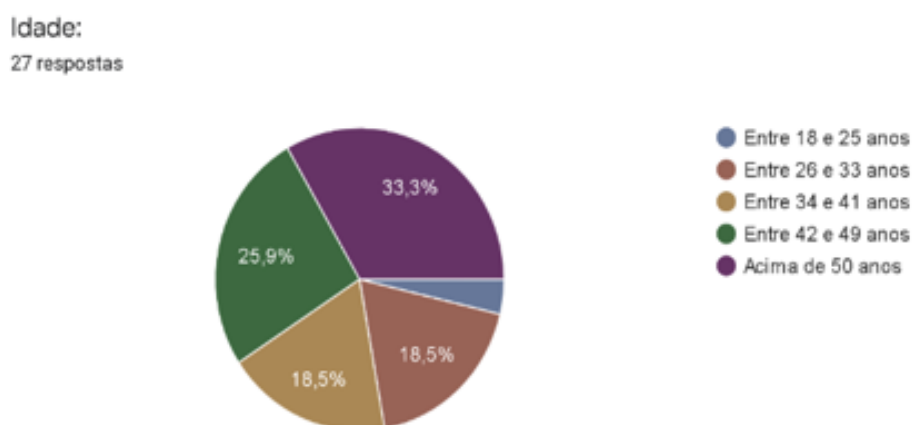
Iniciando o questionário, perguntou-se aos participantes sobre suas idades, pois a maioria dos sujeitos era um fator de obrigatoriedade para a participação nessa pesquisa. Dos questionários respondidos, os dados obtidos foram os seguintes:

Tabela 4 – Média de idade dos participantes

Média de idade dos participantes	
Entre 18 e 25 anos	1
Entre 26 e 33 anos	5
Entre 34 e 41 anos	5
Entre 42 e 49 anos	7
Acima de 50 anos	9

Fonte: Elaboração própria (2021).

Gráfico 4 – Média de idade dos participantes

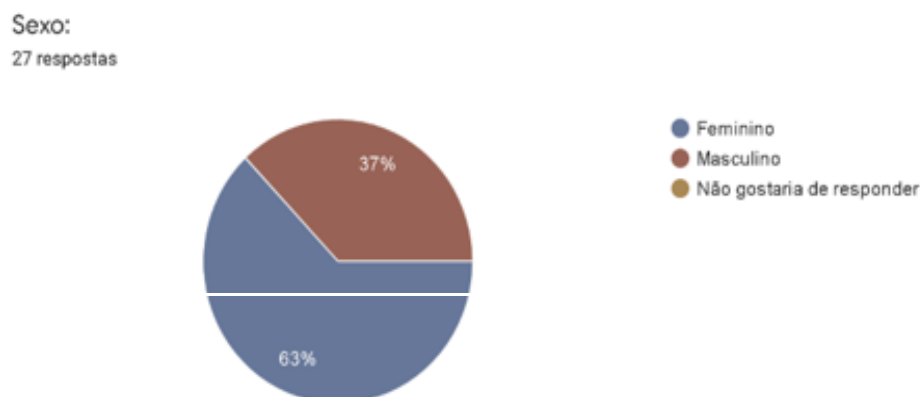


Fonte: Elaboração própria (2021).

Dessa forma, por meio da média aritmética, entende-se que a idade mediana dos respondentes deste estudo foi de 42 anos. Esse entendimento ajuda a relacionar um perfil dos nossos colaboradores.

Seguindo o intento de traçar essa percepção inicial sobre os participantes do estudo, constatou-se que a maioria dos que se dispuseram a participar é do sexo feminino, sendo 17 mulheres e 10 homens, no total de 27 participantes.

Gráfico 5 – Gênero



Fonte: Elaboração própria (2021).

Ainda traçando um perfil dos participantes que se dispuseram a contribuir com este estudo, questionou-se sobre o nível de escolaridade de cada um, obtendo-se as respostas seguintes:

Tabela 5 – Nível de escolaridade

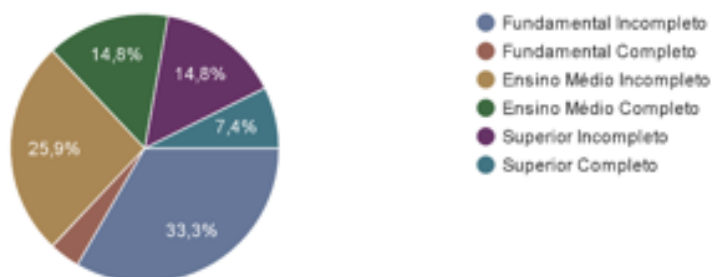
Nível de escolaridade dos participantes	
Fundamental incompleto	9
Fundamental completo	1
Ensino médio incompleto	7
Ensino médio completo	4
Ensino superior incompleto	4
Ensino superior completo	2

Fonte: Elaboração própria (2021).

Gráfico 6 – Nível de Escolaridade

Qual o seu nível de escolaridade?

27 respostas



Fonte: Elaboração própria (2021).

Logo em seguida, foi perguntado aos participantes há quanto tempo residem no Bairro do Roger. A esta pergunta as respostas foram:

Tabela 6 – Tempo de residência no Bairro do Roger

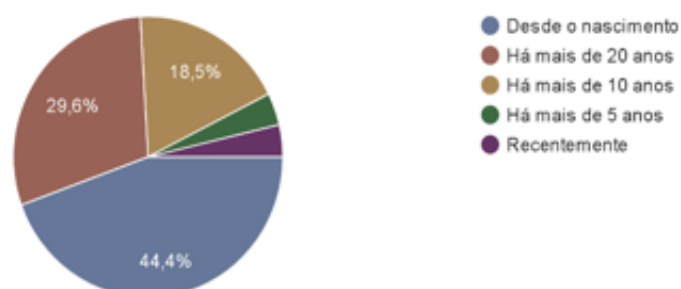
Tempo que reside no Bairro do Roger	
Desde o nascimento	12
Há mais de 20 anos	8
Há mais de 10 anos	5
Há mais de 5 anos	1
Recentemente	1

Fonte: Elaboração própria (2021).

Gráfico 7 – Tempo de residência no Bairro do Roger

Há quanto tempo você reside no Roger?

27 respostas



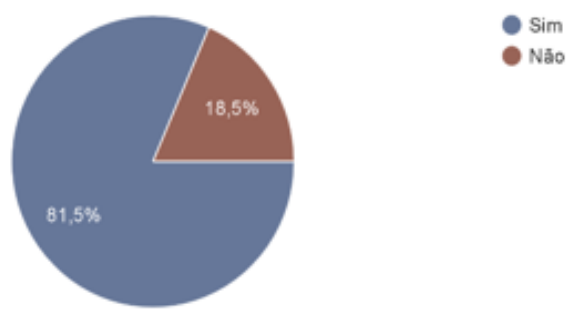
Fonte: Elaboração própria (2021).

Assim, por meio da média aritmética, foi possível entender que o perfil médio mais representativo dos respondentes é composto por mulheres com idade média de 42 anos, com

nível de escolaridade de ensino médio incompleto e que residem no Bairro do Roger há, pelo menos, 16,6 anos.

Partindo para um tema específico e ligado ao bairro do qual os participantes fazem parte, foi perguntado se presenciaram, de alguma forma, o fechamento do Lixão do Roger. Para essa pergunta, foi possível constatar que a maioria das respostas foi afirmativa, tendo 22 (81,5%) participantes confirmado que têm memórias relacionadas a esse fato, e apenas 5 (18,5%) não têm lembranças desse período.

Gráfico 8 – Presenciou o fechamento do Lixão?
 Você presenciou, de alguma forma, o fechamento do antigo lixão do bairro?
 27 respostas



Fonte: Elaboração própria (2021).

Assim, foi possível identificar que a maior parte do grupo amostral traz memórias relacionadas ao fechamento do antigo Lixão do Roger. Essas memórias permanecem em seu subconsciente, remetendo a um período marcante da história daquele bairro.

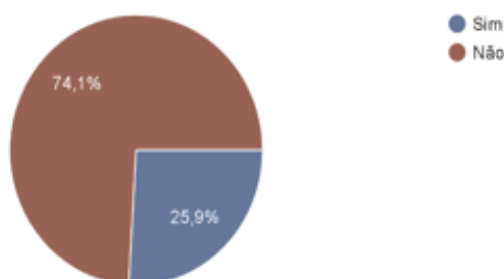
Nesse sentido, o entendimento de *totalidade* ajuda a compreender a importância da essência dos fenômenos. Essa compreensão apontada por Cury (2000) se dá da seguinte forma:

O fenômeno, por sua natureza, ao mesmo tempo, revela e oculta a essência. A análise que permanece na exterioridade recíproca das coisas capta apenas o momento de manifestação do fenômeno e, ao não referi-lo à essência, isto é, ao processo de sua produção, oculta ou global [...]. Na totalidade, cada realidade e cada esfera dela são uma totalidade de determinações, de contradições atuais ou superadas (CURY, 2000, p. 34-35).

Essa relação das partes com o todo é construída por meio das relações dinâmicas do processo social de forma oculta ou global. Percebendo-se que o fechamento do Lixão do Roger representou para a população daquele bairro um fato histórico determinante para as suas relações, é possível relacionar o impacto social como causador de relações contraditórias das partes para o todo.

Na busca pelo entendimento da relação dos habitantes com a coleta dos resíduos sólidos, mesmo após o fechamento do Lixão do Roger, perguntou-se aos participantes se, no entendimento deles, o trabalho com o lixo deixou de fazer parte do cotidiano daquele bairro. Para esse questionamento, a maioria das respostas foi negativa, tendo 20 (74,1%) respondido que “não”, e apenas 7 (25,9%), que “sim”. Dessa forma, foi possível entender que a maior parte dos participantes entende que o lixo continua a fazer parte do cotidiano de trabalho daquelas pessoas.

Gráfico 9 – O trabalho com o lixo no cotidiano do Bairro do Roger
 Você acha que o trabalho com o lixo deixou de fazer parte do cotidiano da sua comunidade?
 27 respostas



Fonte: Elaboração própria (2021).

Por meio dessas respostas, foi possível compreender que a relação de trabalho dos moradores daquela localidade com a coleta de resíduos sólidos continua presente e faz parte do cotidiano dessa população. Essa relação continua creditando a associação de imagem das pessoas que vivem no Bairro do Roger ao Lixão antes situado naquele bairro.

Essa percepção relaciona-se de forma direta aos entendimentos relacionados ao conceito de *hegemonia*. Para Cury (2000):

A hegemonia, enquanto direção intelectual da sociedade, é o modelo consensual das relações de exploração, as relações de dominação, especificamente na busca do momento consensual, tornam-se centrais e principais no contexto do avanço do sistema capitalista e impõem-se por toda a parte (CURY, 2000, p. 54-55).

Muitos moradores afirmam que essa relação implícita com aspectos negativos relacionados ao bairro, atestada pela percepção consensual dos moradores de outras áreas, traz implicações negativas para a construção de relações sociais com pessoas de outras localidades. Para entender a percepção de xenofobia relacionada ao pertencimento e à regionalidade, perguntou-se aos participantes deste estudo se eles já sentiram alguma categoria de preconceito

ao se dizerem moradores do Bairro do Roger. A esse questionamento, as respostas obtidas foram as seguintes:

Tabela 7 – Percepção do preconceito por pertencer ao Bairro do Roger

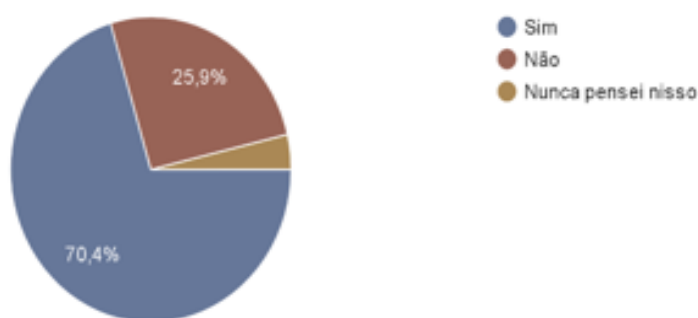
Sim	Não	Nunca pensei nisso
19	7	1
70,4%	25,9%	3,7%

Fonte: Elaboração própria (2021).

Gráfico 10 – Percepção do preconceito por pertencer ao Bairro do Roger

Você já sentiu algum tipo de preconceito ao dizer que mora no bairro do Roger?

27 respostas



Fonte: Elaboração própria (2021).

Dessa forma, foi possível afirmar que, dentro do nosso grupo de participantes, pelo menos 19 (70,4%) afirmam a percepção do preconceito quando mencionaram ser moradores(as) do Bairro do Roger. Além desses, 7 (25,9%) disseram nunca ter passado por situações preconceituosas relacionadas à sua regionalidade, e 1 (3,7%) afirmou nunca ter pensado a esse respeito.

Nesse sentido, a ideologia da *hegemonia* faz com que as pessoas acreditem que precisam se enquadrar nos padrões impostos, sob a pena de serem desacreditadas e até mesmo excluídas do pertencimento social difundido pelo capitalismo. Esse entendimento é apresentado por Chauí (1986) quando diz que:

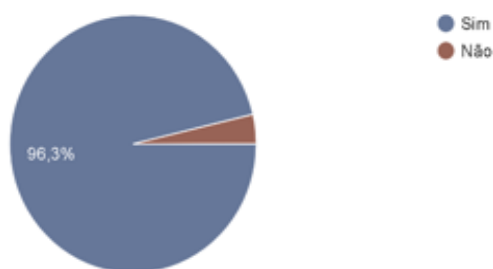
[...] A Informação, dirigida aos espoliados, não cria apenas o “sistema de ilusões” da sociedade de consumo – as ilusões são necessárias a todos nós -, mas reforça a percepção e o sentimento da necessidade de ser incluído nesse espaço, sob pena de converter perdas numa perda irreversível: a da própria humanidade, invalidada pela incompetência. Invalidação de que os trabalhadores migrantes têm plena consciência e é vivenciada como humilhação (CHAUI, 1986, p. 39).

Construindo o entendimento sobre a percepção da importância da educação na formação das crianças e dos adolescentes que vivem no Bairro do Roger, questionou-se aos participantes se eles acham importante que as pessoas da comunidade estejam inseridas em ações educativas. As respostas obtidas demonstraram o apoio da maioria dos respondentes. Nesse cenário, as respostas foram positivas de 23 (96,3%) dos participantes e negativas com 4 (3,7%) das respostas.

Gráfico 11 – Percepção do valor da inserção da comunidade em ações educativas

Ao seu ver, a educação representa um elemento importante para as pessoas da sua comunidade?

27 respostas



Fonte: Elaboração própria (2021).

Nesse sentido, ficou nítido que grande percentual dos respondentes concorda que a educação tem uma representatividade importante no desenvolvimento das crianças e adolescentes moradoras desse bairro.

Tomando por base o entendimento de *contradição* relacionado à ação educativa, compreende-se que a educação se apresenta para a população como uma forma de apropriação de informações que possam ajudá-los a transpor barreiras sociais. Nesse sentido, Cury (2000) aponta: “O senso comum produz normas de conduta adequadas à concepção de mundo do grupo dirigente e leva à passividade. Mas o senso comum é também o ponto de partida para a elevação moral intelectual” (CURY, 2000, p. 77).

Dando continuidade a esse entendimento, buscou-se saber sobre as ações educativas relacionadas ao pertencimento e à regionalidade. Sobre esse assunto, questionou-se aos participantes se eles já sentiram a realidade do seu bairro representada de alguma forma, no sentido de contextualização da ação. Para essa questão, as respostas apontaram para:

Tabela 8 – Ações educativas, pertencimento e regionalidade

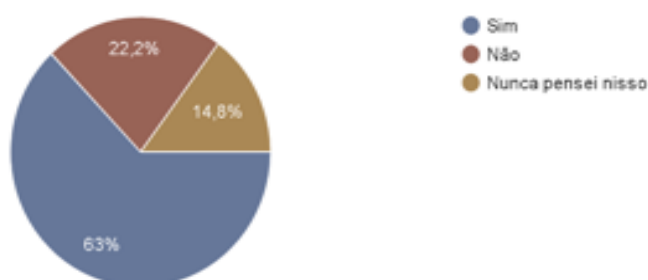
Sim	Não	Nunca pensei nisso
17	6	4
63%	22,2%	14,8%

Fonte: Elaboração própria (2021).

Gráfico 12 – Ações educativas, pertencimento e regionalidade

Você sente que a realidade da sua comunidade já foi retratada em uma ação educativa?

27 respostas



Fonte: Elaboração própria (2021).

Mais uma vez, entende-se a essência da *contradição* relacionada às ações educacionais. A população espera que a educação cumpra uma função política de despertar o entendimento de concepções ligadas ao proletariado. Já o mecanismo capitalista espera que a educação mantenha os cidadãos passivos e ordenados da forma como estão. Esse entendimento se apoia na reflexão de Cury (2000) quando diz:

A função política da educação torna-se importante quando supera o anacronismo nele implícito. A difusão de uma concepção mais avançada começa a tirar as massas da passividade e pode ser então assumida por outra hegemonia que organize, dê coerência e critique os elementos implícitos no senso comum [...] (CURY, 2000, p. 77).

Sobre as ações educativas escolares e o pertencimento social, perguntou-se aos participantes se, ao se envolverem em uma atividade escolar deles ou de parentes que eles tenham auxiliado, foram incitados a refletir sobre a realidade do bairro que estão inseridos. Para esse questionamento, as respostas foram:

Tabela 09 – Percepção e reflexão sobre práticas escolares e realidade da comunidade

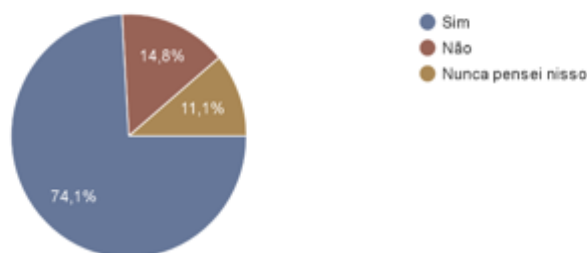
Sim	Não	Nunca pensei nisso
20	4	3
74,1%	14,8%	11,1%

Fonte: Elaboração própria (2021).

Gráfico 13 – Percepção e reflexão sobre práticas escolares e realidade da comunidade

Ao se envolver em alguma atividade escolar (sua ou de parentes), você já refletiu sobre a realidade da sua comunidade?

27 respostas



Fonte: Elaboração própria (2021).

Nessa perspectiva, foi possível compreender que a maioria dos participantes refletiu, em algum momento, motivada pelas atividades escolares, sobre a realidade vivenciada no bairro. Como apontam as respostas obtidas, pelo menos 20 (74,1%) dos participantes já se sentiram provocados a pensar na realidade social na qual eles e os seus(suas) filhos(a) se inserem. Apenas 4 (14,8%) dos participantes não vivenciaram essa experiência, e 3 (11,1%) dos respondentes afirmaram que nunca pararam para pensar a respeito dessa questão.

Refletindo sobre as concepções da ação educacional, entende-se que podem apresentar uma reflexão da ideologia *hegemônica* por meio de uma dupla consciência. Assim, como apontado por Chauí (1986):

Numa palavra, a ambiguidade fundamental da instrução está em ser portadora de dupla consciência: a do direito e a da espoliação, e como esta possui o peso inegável da realidade, enquanto aquele possui a leveza do imaginário, a consciência popular procura lidar com a segunda, oferecendo-lhe justificações plausíveis. É, então, que permanece prisioneira da hegemonia que seu imaginário poderia contestar (CHAUI, 1986, p.171).

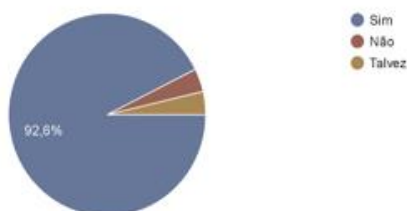
Nesse sentido, as ações pedagógicas direcionadas aos estudantes pertencentes à classe subalterna podem assumir um papel de representatividade nos direcionamentos relacionados às questões ligadas ao reconhecimento da consciência social e de pertencimento.

Pensando em uma maior amplitude das ações educativas e a possibilidade de alcançar sujeitos múltiplos que se inserem no Bairro do Roger, questionou-se se os participantes gostariam que existissem outras ações educativas no bairro – isso incluiria cursos, palestras, gincanas culturais, oficinas de arte e teatro. Para esse questionamento, a maioria dos respondentes apontou para um entendimento de que “sim”, sendo esses 25 (92,6%) dos participantes. Além destes, 1 (3,7%) respondeu que “não”, e 1 (3,7%) respondeu que “talvez”.

Gráfico 14 – Você gostaria de outras ações educativas?

Você gostaria que houvessem outras ações educativas no seu bairro? (Ex.: Cursos, palestras, gincanas culturais, oficinas de arte, teatro)

27 respostas



Fonte: Elaboração própria (2021).

A partir dessas respostas, foi possível construir um entendimento de que as ações educativas são bem aceitas e solicitadas pelos moradores do Bairro do Roger. Sobre esse aspecto, pode-se entender que as ações esperadas pela população têm características plurais e equitativas. A educação, mesmo em seu *caráter contraditório*, ainda é vista como principal meio de superação das imposições hegemônicas. Segundo o entendimento de Cury (2000):

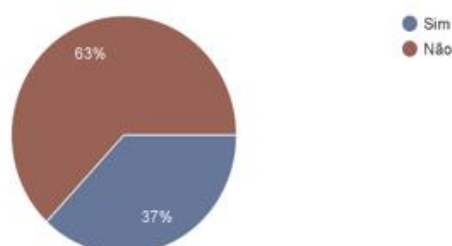
Encarregada de melhorar a força de trabalho, a educação contribui de fato para o aumento do capital e sua reprodução. Mas o modo pelo qual essa melhoria se realiza pode opor-se como fermento de transformação, como poderoso meio de transformação da sociedade atual, à perpetuação desse modo de produção. A evolução da educação, especialmente na escola, passa pelas transformações sociais que a ultrapassam e envolvem, pois a finalidade dessa evolução é a apropriação, pelo trabalhador, dos instrumentos de seu trabalho e assim, dele mesmo (CURY, 2000, p. 74-75).

Sobre as políticas públicas de amparo social, questionou-se se os participantes recebiam algum auxílio assistencial do governo, podendo ser federal, estadual ou municipal. Para esse questionamento, obteve-se um resultado com maioria apontando para “sim”, com 17 (63%) dos participantes, e “não”, com 10 (37%) das pessoas respondentes.

Gráfico 15 – Auxílio monetário do governo

Você recebe algum auxílio monetário do governo (federal, estadual ou municipal)?

27 respostas



Fonte: Elaboração própria (2021).

É importante evidenciar o sentido da *contradição* das políticas de assistência social. Ao disponibilizar um auxílio monetário à população mais pobre dos sujeitos periféricos, o Estado provê apenas o suficiente para a manutenção de uma subsistência. E, em contrapartida, cobra de volta, por meio dos seus impostos, valores aplicados à totalidade. Esse movimento financeiro revela o impacto e a radicalidade na vida dos cidadãos mais pobres da sociedade. Nesse sentido, Cury (2000) aponta que:

Na sociedade capitalista, o movimento se dá em consequência do desenvolvimento das contradições que existem em seu seio. Tais contradições se revelam no papel motor da luta de classes na transformação social [...]. No movimento das múltiplas determinações, a economia é radical. Ela atinge as raízes de uma sociedade, porque sem ela não há a produção de uma existência social (CURY, 2000, p. 33).

Por fim, foram questionados se esse auxílio monetário que recebem do poder público era suficiente para mantê-los ou aos seus filhos apenas estudando. Nessa questão, apenas 25 pessoas se disponibilizaram a responder, e as respostas que obtivemos foram as seguintes:

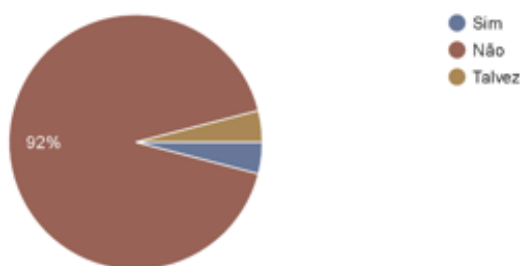
Tabela 5 – É suficiente para manter você ou seu filho apenas estudando?

Sim	Não	Talvez
1	23	1
4%	92%	4%

Fonte: Elaboração própria (2021).

Gráfico 16 – É suficiente para manter você ou seu filho apenas estudando?

Você considera este auxílio suficiente para manter você (ou seu filho) apenas estudando?
25 respostas



Fonte: Elaboração própria (2021).

Sobre esse aspecto, foi possível compreender que a maioria dos respondentes julga o auxílio monetário recebido por meio das políticas públicas estatais insuficientes para manter a si ou aos seus filhos apenas como estudantes. Dentre os que se disponibilizaram a responder,

23 (92%) acreditam que não é possível manter seus filhos apenas estudando exclusivamente com o auxílio monetário. Apenas 1 (4%) acredita que sim, que conseguiria manter a si ou seu filho na escola, dependendo apenas do subsídio do governo, e 1 (4%) pensa que provavelmente conseguiria.

Nesse sentido, entende-se que as condições impostas pela ideologia da *hegemonia* apresentada por Chauí (1986) se aplicam a esse fenômeno:

A aquisição da instrução é valorizada e para a profissão, a consciência popular acredita na ideologia liberal da ascensão social pela educação e respeita a ideologia taylorista, de sorte que o desejo de instrução de uma aspiração ideal e real – ideal porque as condições existentes vedam o acesso à Cultura Instruída; real porque esse acesso, de fato, transforma a situação individual na divisão social do trabalho sem alterar a situação coletiva, evidentemente. Ao mesmo tempo, a instrução é percebida como instrumento de injustiça e de desigualdades sociais, de sorte que o estudo é encarado simultaneamente como direito (ideal) e como impossibilidade (real) (CHAUI, 1986, p. 170).

Cabe, então, o entendimento de que, mesmo compreendendo a importância e a necessidade da inserção e manutenção do envolvimento escolar das crianças e adolescentes moradores do Bairro do Roger, muitos pais e/ou responsáveis não conseguem priorizar essa frequência escolar dos seus filhos. Dessa forma, concorda-se com Chauí (1986) quando afirma que:

Pode-se dizer que, para Gramsci, a hegemonia é a cultura numa sociedade de classes. Hegemonia não é um “sistema”: é um complexo de experiências, relações e atividades cujos limites estão fixos e interiorizados, mas que, por ser mais que ideologia, tem capacidade para controlar e produzir mudanças sociais. Numa palavra, é uma práxis e um processo, pois se altera todas as vezes que as condições históricas se transformam, alteração indispensável para que a dominação seja mantida (CHAUI, 1986, p. 22).

Esse levantamento permite compreender questões importantes sobre a relação das famílias e das crianças com o pertencimento social desse bairro. Relacionar entendimentos e percepções contribui para uma melhor visualização dos fenômenos ligados à construção social dos sujeitos e à relação participativa da escola nesse processo.

3.3 PARA ENTENDER MELHOR: FALA, PROFESSOR!

Atuando de forma participativa e constante no cotidiano das crianças e adolescentes que frequentam diariamente a rotina pedagógica da Escola Municipal de Ensino Fundamental Monsenhor João Coutinho, os professores dessa escola oportunizaram a percepção de aspectos

sociais, culturais e de pertencimento regional, relacionados aos estudantes que fazem parte do Bairro do Roger.

Nessa etapa da pesquisa, foi realizada uma entrevista semiestruturada com oito professoras, entre os dias 23 e 28 de agosto do corrente ano. Todas as participantes são do sexo feminino, duas delas são contratadas por meio de contrato de prestação de serviço, e seis estão inseridas no quadro docente da instituição escolar por meio de concurso público.

As entrevistas foram realizadas individualmente, em horários determinados pelas participantes, por meio da plataforma digital *Google Meet*. Para garantir o direito do sigilo e o respeito ao anonimato, tratamos, a partir de agora, cada participante desse estudo por nomes fictícios e aleatórios. Antes de qualquer pergunta, os termos de aceite de participação e os fins a que a pesquisa se destinava foram explicados a cada uma delas. As entrevistas seguiram um roteiro com perguntas de caráter misto, dando oportunidade de fala às entrevistadas, com liberdade de tempo e de interferências.

Por meio das questões de caráter misto, foi possível tecer entendimento sobre as perspectivas das respondentes. Nesse sentido, fez-se necessária uma leitura coerente e cuidadosa das vertentes indissociáveis da contextualização social, econômica e política. Esta perspectiva é importante para o estudo de caso, já que:

Um princípio básico desse tipo de estudo é que, para uma apreensão mais completa do objeto, é preciso levar em conta o contexto em que ele se situa. Assim, para compreender melhor a manifestação geral de um problema, as ações, as percepções, os comportamentos e interações das pessoas devem ser relacionadas à situação específica (LÜDKE, ANDRÉ, 2018, p. 18).

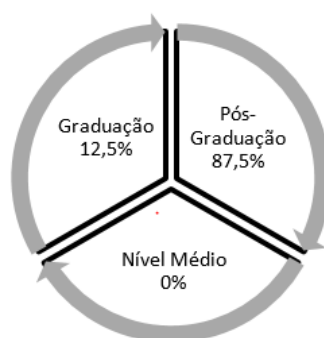
Para tanto, utilizou-se o Materialismo Histórico e Dialético para a categorização e análise dos dados coletados por meio dos instrumentos utilizados. Nesta etapa, foram utilizadas as categorias: *hegemonia, reprodução, totalidade e contradição*, para alcançar uma realidade aproximada dos fenômenos observados. Nesse sentido, foram mantidos os referenciais Gramscianos, apresentados pelos autores Marilena Chaui (1986) e Carlos Roberto Jamil Cury (2000).

Para dar início à entrevista com as professoras, perguntou-se às entrevistadas sobre o nível de formação, obtendo-se as seguintes respostas:

Tabela 6 – Nível de formação

Nível Médio	Graduação	Pós-Graduação
0	1	7
0%	12,5%	87,5%

Fonte: Elaboração própria (2021).

Gráfico 17 – Nível de formação

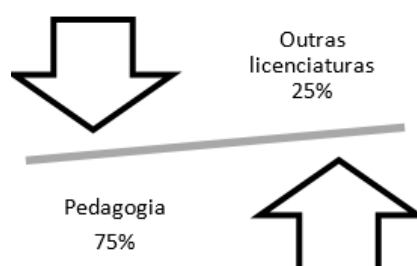
Fonte: Elaboração própria (2021).

Desta forma, constata-se que todas as participantes têm em sua formação o ensino de nível superior. Dentre elas, duas participantes são mestres, e cinco fizeram cursos de pós-graduação em nível *Lato Sensu* na área de educação. A partir desse entendimento, perguntou-se qual o curso de suas graduações. Sobre esse questionamento, foram obtidas as seguintes respostas:

Tabela 7 – Formação das professoras

Pedagogia	Outras licenciaturas
6	2
75%	25%

Fonte: Elaboração própria (2021).

Gráfico 18 – Formação das professoras

Fonte: Elaboração própria (2021).

A Licenciatura em Pedagogia apresentou um índice expressivo, já que a maioria das participantes desenvolve a função de professoras polivalentes nas salas de ensino fundamental.

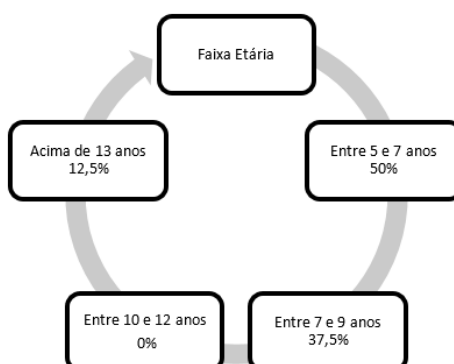
Referindo-se ao trabalho docente realizado na escola do Bairro do Roger, foi perguntado às participantes qual a faixa etária das crianças e adolescentes que compõem a sua turma de estudantes.

Tabela 8 – Faixa etária das crianças e adolescentes

Entre 5 e 7	Entre 7 e 9	Entre 10 e 12	Acima de 13
4	3	0	1
50%	37,5%	0%	12,5%

Fonte: Elaboração própria (2021).

Gráfico 19 – Faixa etária das crianças e adolescentes



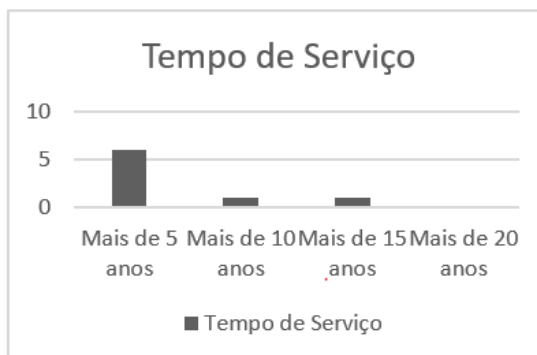
Fonte: Elaboração própria (2021).

Para a construção de um entendimento de temporalidade, foi perguntado às participantes há quanto tempo estão desenvolvendo um trabalho como docentes naquela escola. Para essa questão, as respostas obtidas foram:

Tabela 9 – Tempo de atuação na escola

Mais de 5	Mais de 10	Mais de 15	Mais de 20
6	1	1	0
75%	12,5%	12,5%	0%

Fonte: Elaboração própria (2021).

Gráfico 20 – Tempo de atuação na escola

Fonte: Elaboração própria (2021).

Dessa forma, entende-se que a maioria das participantes, seis, atua na Escola Monsenhor João Coutinho há mais de cinco anos, coincidindo com o tempo da realização da última chamada do concurso público realizada para essa função no município de João Pessoa. Além dessas, uma participante faz parte desta rotina escolar há mais de dez anos, e uma, há mais de 15 anos.

Com o apoio desses dados, por meio da média aritmética, foi possível traçar um perfil dessas participantes. Trata-se de mulher, que cursou Licenciatura em Pedagogia; em seguida, fez, pelo menos, um curso de pós-graduação; trabalha na referida escola há, pelo menos, 6,3 anos em sala de aula, para alunos com idade média de 7,6 anos.

Iniciando as perguntas voltadas para o entendimento que cada uma traz sobre a realidade dos seus alunos, foi perguntado qual a primeira ideia que pensavam ao ouvir o nome ROGER. As respostas que se seguiram foram:

Tabela 10 – Percepções do nome "Roger"

Condições Sociais	Condições Afetivas	Condições Sanitárias	Condições Culturais
Pobreza (2)	Compromisso (1), Acolhimento (1),	Lixo (3)	Cultura (1)
25%	25%	37,5%	12,5%

Fonte: Elaboração própria (2021).

Uma das professoras entrevistadas relembrou o momento da sua indicação para o trabalho docente na escola do bairro e como essa notícia foi recebida por ela:

Eu me lembro quando eu fui designada para escola do Roger eu entrei um pouco em desespero, porque o Bairro do Roger é muito estigmatizado. Depois que eu fui para lá, que eu vivenciei e etc., que eu pude entrar em contato com as pessoas de lá, que eu pude de fato participar da realidade da escola é que

esse preconceito, mesmo, foi se desfazendo. Mas, as primeiras coisas que a gente pensa no Roger é Presídio do Roger, é Lixão do Roger (PROFESSORA MÔNICA).

Outra participante do estudo, ao ouvir a pergunta, entendeu que seria melhor relacionar o entendimento do bairro com as memórias e construções adquiridas após o estabelecimento da relação com os estudantes que acompanha diariamente. Ela disse: “É um bairro acolhedor. Uma comunidade que se você instiga, que se você incentiva, você colhe os resultados, então, ao ouvir o nome Roger eu chamo ambiente acolhedor” (PROFESSORA ELIANE).

Por meio dessas respostas, entende-se que a associação do bairro à imagem do lixo ainda se faz bastante presente, enquanto se relaciona à representação de cultura. Outro ponto importante é que, mesmo lembrado pela situação de pobreza dos seus moradores, também pode representar noções de acolhimento e compromisso. Esses aspectos que parecem se contrapor podem ser entendidos por meio do conceito de *totalidade*. Como explica Cury (2000):

[...] Uma compreensão dialética da totalidade exige a relação entre as partes e o todo, e as partes entre si. O todo, colocado acima ou fora das partes e o todo, e as partes entre si. [...] A totalidade é aberta. Ligada ao movimento, está sempre em processo no seu desenvolver. Isto não significa uma realidade informe, inefável e abstrata, mas sim que o movimento está aí, presente com as suas contradições imanentes, e conduz a realidade a formas superadoras de si mesma. A contradição é real nas próprias coisas (CURY, 2000, p. 36-37).

Esse entendimento que as partes têm do todo e o todo tem das partes gera expectativas e representações que nem sempre se confirmam, pois, na construção dos indivíduos sociais que estão sempre em transição, as contradições estão sempre presentes e movimentam tanto o todo quanto as partes.

Para entender como as participantes percebem o bairro em que as crianças e os adolescentes estão inseridos, por meio dos aspectos sociais daquela população, foi solicitado o seguinte: cite 3 aspectos sociais relevantes da história desse lugar. Para essa questão, as respostas foram:

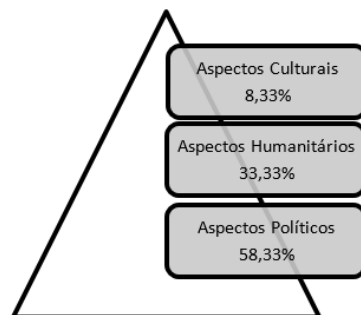
Tabela 11 – Aspectos sociais relevantes da história do Bairro Roger

Aspectos Humanitários	Aspectos Políticos	Aspectos Culturais
Degradação humana (1), Condições subumanas de existência (1), Pobreza (4), Vulnerabilidade social (1), Desigualdade social (1)	Assistencialismo (1), Precariedade de moradia (1), Baixas ofertas de emprego (3), Falta de acesso à saúde (3) Falta de educação de qualidade (1), Lixão (2),	História (1), Cultura (1),

	Infraestrutura sanitária precária (3).	
8 – 33,33%	14 – 58,33%	2 – 8,33%

Fonte: Elaboração própria (2021).

Gráfico 21 – Aspectos sociais relevantes da história do Bairro Roger



Fonte: Elaboração própria (2021).

Quando perguntadas sobre os aspectos sociais do bairro, algumas professoras ficaram pensativas e ponderaram um pouco antes de responder. Ao refletir sobre esses aspectos, uma das professoras comentou estar se sentindo provocada a pensar sobre questões que ela não costumava observar. Por fim, respondeu:

O fato de ter tido um lixão, isso interfere em vários aspectos na vida dos meninos. Tem as questões sanitárias, que mesmo tendo acabado o lixão as condições sanitárias ainda são bastante precárias. Quando eu falo do Lixão, falo também da carga histórica que acompanha, é difícil romper com tudo aquilo que o lixão trouxe para a comunidade (PROFESSORA LAURA).

Outra professora enfatizou aspectos que considerou relevantes e que sempre lhe chamaram a atenção. Embora a pergunta pedisse 3 respostas, essa foi a mais enfática e defendida pela professora. Ela respondeu:

Sobre a vida cultural do bairro, sempre tem estudantes envolvidos com algo. Envolvidos com escola de samba, com urso ou com a quadrilha. Em toda sala sempre tem alunos envolvidos com isso. Então, é uma coisa muito forte na comunidade essa movimentação pela cultura. Sempre tem aluno, pai envolvido com algo, capoeira, com urso, com escola de samba, sempre tem. É uma coisa que me chama muito atenção é esse envolvimento que não é tão comum em outros bairros (PROFESSORA MÔNICA).

Evidenciando outro aspecto relevante na concepção das entrevistadas, uma professora participante do estudo colocou a sua opinião:

A falta de educação de qualidade. Eu penso que a educação deveria ser mais trabalhada no bairro, apesar de ter muitos movimentos ali em volta, mas, a

educação de lá precisa ser trabalhada. Não é nem das crianças, é a partir dos pais. Eu acredito que deveria se trabalhar com os adultos, para explicar às crianças o quanto a educação é importante (PROFESSORA SANDRA).

Diante do exposto, pode-se entender o constante estado de *contradição* no qual os moradores do Bairro do Roger se inserem. Assim como aponta Cury (2000):

A contradição sempre expressa uma relação de conflito no devir do real [...]. Ela compreende também todo o mundo do trabalho humano e seus efeitos e se estende a toda atividade humana [...]. As causas externas são a condição das modificações e as causas internas são a base dessas modificações. As causas externas só operam por meio das causas internas (CURY, 2000, p. 30-31).

A partir desse entendimento, é possível refletir sobre o emergir das modificações internas dos moradores do Bairro do Roger fundamentadas nos agentes externos. Essas transformações dialéticas baseadas na realidade são combustíveis para uma constante luta para a superação e solução das contradições.

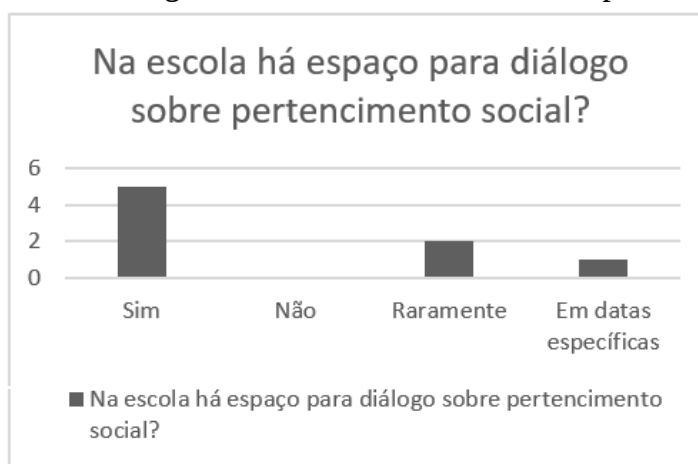
Diante dos aspectos sociais tão relevantes apresentados nos quadros acima, foi perguntado às participantes se costumavam dialogar com os seus alunos sobre como eles entendem o lugar ao qual pertencem. Para essa questão, as respostas foram:

Tabela 12 – Diálogo com os alunos sobre a ideia de pertencimento social

Sim	Não	Raramente	Em datas específicas
5	0	2	1
62,5%	0%	12,5%	12,5%

Fonte: Elaboração própria (2021).

Tabela 13 – Diálogo com os alunos sobre a ideia de pertencimento social



Fonte: Elaboração própria (2021).

Ao ser questionada sobre o diálogo com os seus alunos sobre o pertencimento social, uma das professoras foi enfática ao responder que “sim” e que se orgulha de estar realizando com empenho essa reflexão. Nesse sentido, ela afirmou:

Com certeza é a primeira coisa que eu faço. Inclusive eu estou fazendo agora a escrita do primeiro capítulo de um livro sobre o bairro que eu moro, sendo sobre o Roger. É um livro coletivo e interdisciplinar que estamos participando a convite de um professor que já lecionou no bairro. Eu e os alunos estamos aguardando a liberação do comitê de ética para iniciar a construção deste capítulo (PROFESSORA ELIANE).

Outra participante lembrou que a utilização desses entendimentos faz parte do currículo escolar utilizado em sala de aula e que aproveita esses momentos para contextualizar com os estudantes a realidade vivenciada em seu bairro:

Costumo. Inclusive é um dos componentes curriculares da gente, é justamente isso, bairro, moradia, questão social, comparação de um bairro com outro, o que ele pensa que falta, o que não falta. Então, tudo isso a gente trabalha nesse momento em sala de aula e outros momentos a gente vai trabalhando, mas, durante todo o processo surgem perguntas e a gente vai trabalhando (PROFESSORA LUIZA).

Sobre essa questão, uma das participantes pontuou que questões relacionadas a pertencimento social aparecem com mais frequência em turmas com a faixa etária maior. Relatou também como conduz essa conversa:

Quando eu trabalhava com uma turma de uma faixa etária maior, esse tipo de conversa era mais comum, não diariamente, até porque para, de repente não soar constrangedor. Quando havia essa conversa era para levantar a autoestima de cada criança ou de cada adolescente na sala de aula (PROFESSORA ALICE).

Essas ações educativas que revisitam assuntos relacionados às práticas sociais revelam o *caráter contraditório* da educação. Esse entendimento é apontado por Cury (2000), quando diz que:

A educação, enquanto momento partícipe da prática social global, é contraditória em seus vários elementos. [...] A educação, enquanto instrumento de disseminação de um saber mais abrangente, entra em contradição com a sociedade capitalista. O saber enquanto intenção pode ser apropriado (tornar próprio) pelas classes subalternas. Ao incorpora-lo à sua prática (no conjunto das relações sociais) reside a contradição da intencionalidade dominante: a oposição entre o saber dominante e o fazer do dominado (CURY, 2000, p. 70-71).

Nesse sentido, quando a ação educativa dialoga com conteúdos relacionados aos interesses das classes subalternas, traz à luz uma visão mais ampla e abrangente da intencionalidade capitalista para os desdobramentos sociais. É por meio dessas ações que novos entendimentos e percepções encontram caminhos de emergir na consciência dos estudantes envolvidos nestas atividades.

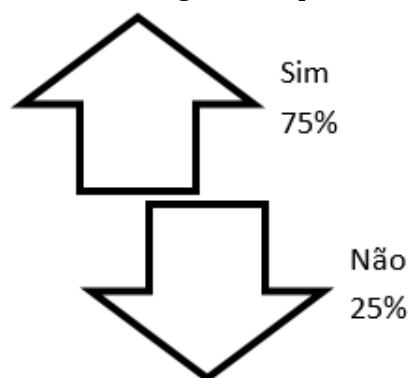
Vista a importância desse assunto, a entrevista seguiu procurando entender as questões pertinentes a essa temática. Nesse sentido, perguntou-se às professoras se elas encontravam facilidade de abordar essas questões com os seus alunos.

Tabela 19 – Nível de abordagem das questões de pertencimento

Sim	Não
6	2
75%	25%

Fonte: Elaboração própria (2021).

Gráfico 22 – Nível de abordagem das questões de pertencimento



Fonte: Elaboração própria (2021).

Quando solicitadas a falar por que alguns relatos chamaram a atenção, dentre as respostas, houve professoras que responderam que trabalham esse tema com tranquilidade, dada a importância desse assunto. Uma delas foi a professora Rosa, que respondeu:

Sim. Com certeza. Eu penso que a gente tem que trabalhar esse olhar para comunidade deles, para que eles resgatem a dignidade em geral, não sou da família deles, mas, do lugar que eles moram (PROFESSORA ROSA).

Porém, também houve relatos das dificuldades encontradas na condução dessas conversas. A professora Laura entende a relevância do tema, porém aponta o receio de entrar em determinados campos de diálogo:

Há momentos que me sinto constrangida de tocar nesse ponto. Porque pelo fato de a gente não refletir sobre isso, a gente se sente insegura de abordar e mexer em feridas ou mexer em coisas que podem provocar sentimentos ruins nos meninos (PROFESSORA LAURA).

No relato da professora Eliane, esse desconforto sobre a discussão dos assuntos relacionados ao entendimento de pertencimento também é demonstrado pelos estudantes. Ao responder se encontra facilidade em abordar essa temática em sala de aula, ela pontuou:

Não. Não encontro porque há muita resistência. Eles são muito desconfiados. A gente tem que ir com muito jeito para poder conseguir algo com eles. Um simples vídeo que eu fui fazer agora com os alunos para a questão do meio ambiente foi preciso muita insistência e dizer para eles que eles não iam aparecer de jeito nenhum. Mas eu consigo. Não é fácil, mas eu consigo (PROFESSORA ELIANE).

Esses relatos demonstram o poder ideológico hegemônico. Nesse sentido, ao se perceber em ações que vão de encontro à *hegemonia* dominante, os sujeitos sentem-se intimidados e se autodelimitam, para que não se ultrapasse a barreira do permitido pela ideologia dominante. Nesse sentido, Chauí (1986) explica:

Como cultura numa sociedade de classes, a hegemonia não é apenas conjunto de representações, nem doutrinação e manipulação. É um corpo de práticas e de expectativas sobre o todo social: constitui e é constituída pela sociedade sob a forma de subordinação interiorizada e imperceptível (CHAUI, 1986, p. 22).

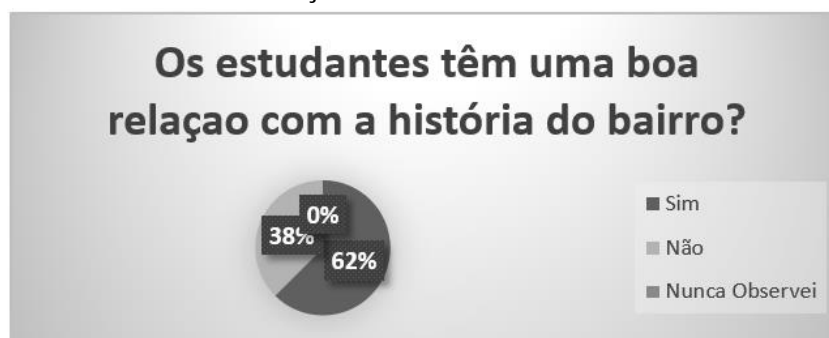
Essa subordinação interiorizada pode surgir na ação educativa, tanto por parte dos professores, ao delimitarem assuntos a serem tratados, como por parte dos estudantes, que expressam aversão ou desconforto ao serem convidados a pensar de forma contra-hegemônica.

Dando prosseguimento à entrevista, foi perguntado às professoras se elas acreditam que os estudantes inseridos em sua sala de aula mantêm uma boa relação com a história desse bairro. Para essa indagação, as respostas foram as seguintes:

Tabela 14 – Relação dos alunos com a história do bairro

Sim	Não	Nunca Observei
5	3	0
62,5%	37,5%	0%

Fonte: Elaboração própria (2021).

Gráfico 23 – Relação dos alunos com a história do bairro

Fonte: Elaboração própria (2021).

Refletindo bastante sobre essa questão, uma das professoras demorou a responder, mas, ao se colocar, foi enfática:

Olha, eu vou dizer que não. Mas, não no sentido de as crianças odiarem viver no Roger, não é isso. Esse não que eu vou responder é pelo fato de não ter sido suscitado neles esse reconhecimento de fazer parte de um bairro, de fazer parte de uma comunidade. Então eu acredito que eles não têm uma boa relação, porque eles não têm uma relação. Não foi construído uma relação, eles não sabem a história do bairro. Isso tem uma visão bem escolar, porque talvez, dentro de uma escola de samba, por exemplo, essa visão exista, entendeu? Essa visão de comunidade, de amor à comunidade existe dentro de uma escola de samba (PROFESSORA MÔNICA).

Já para a professora Rosa, a resposta foi mais rápida, e ela apontou os motivos que a levam a acreditar em uma boa relação dos seus alunos com a história do bairro:

Tem. Eles têm. Dá para perceber isso quando tem carnaval. O quanto de dedicação eles têm por aquelas escolas de samba, aquelas quadrilhas, tradicionais, muito antigas no bairro. Então daí dá para perceber que a força do Roger é muito grande (PROFESSORA ROSA).

Outra professora apontou que os desdobramentos históricos e as construções dialéticas ajudam as novas gerações a entenderem a história do bairro de uma maneira diferente dos seus antecessores. A professora Sandra pontuou o seu entendimento sobre a questão:

Eu penso que agora sim. As pessoas mais antigas do bairro, talvez não, talvez tenham sofrido muito preconceito. Eu mesmo, eu sou do bairro, então, quando eu era pequena eu lembro que o pai de uma colega minha não deixava ela vir para minha casa, porque eu era do bairro do Roger (PROFESSORA SANDRA).

Essa falsa percepção de igualdade e superação das contradições é característica dos preceitos *hegemônicos*. Nesse sentido, Cury (2000) aponta:

Esse problema é essencialmente referido às tendências que o sistema capitalista tende a exercer no seu processo de dominação, a fim de assegurar sua exploração por meio de meios não-econômicos. Esses mecanismos indiretos objetivarão a negação da exploração e divisão de classes, por meio de um discurso pretensamente universal, igualitário, portanto, falsamente idêntico e homogêneo (CURY, 2000, p. 47).

Utilizando-se desses mecanismos, a hegemonia se impõe de forma silenciosa e ardilosa. Seu conceito ideológico se faz presente, mesmo que não seja percebido com facilidade. O falso entendimento de superação faz com que os sujeitos sociais se acomodem e aceitem as imposições hegemônicas de forma pacífica e despretensiosa.

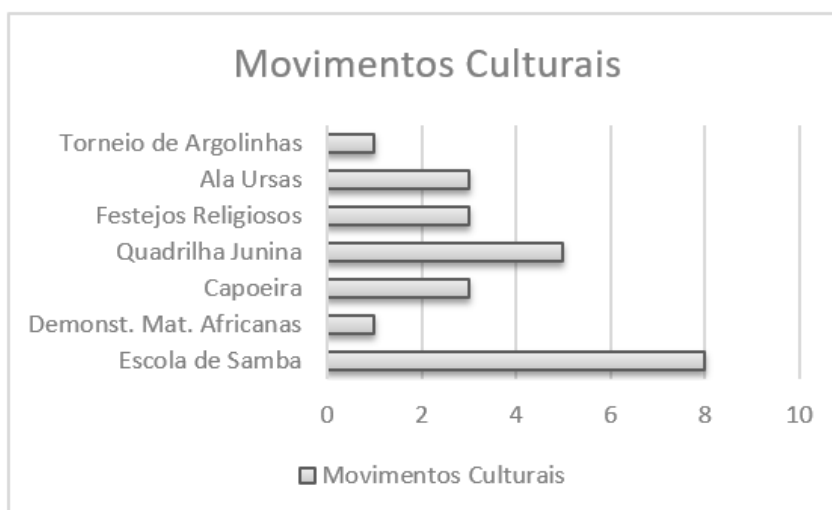
Seguindo a entrevista e partindo-se para o entendimento do reconhecimento cultural do bairro, solicitou-se às professoras que elencassem os três principais elementos culturais nos quais as crianças e os adolescentes daquele bairro estão inseridos. As respostas foram:

Tabela 15 – Principais demonstrações culturais

Principais demonstrações culturais	
Escolas de Samba	8 – 33,33%
Demonstrações de Matrizes Africanas	1 – 4,16%
Capoeira	3 – 12,5%
Quadrilha Junina	5 – 20,83%
Festejos Religiosos	3 – 12,5%
Ala Ursas	3 – 12,5%
Torneio de Argolinhas	1 – 4,16%
Total	24 – 100%

Fonte: Elaboração própria (2021).

Gráfico 24 – Principais demonstrações culturais



Fonte: Elaboração própria (2021).

A esta indagação, pelo menos 50% das professoras demonstraram insegurança ou incerteza para responder. Ao refletir um pouco, as respostas foram surgindo. Dentre elas, a professora Rosa evidenciou:

Escola de samba, que inclusive já fizeram algumas apresentações na escola. As quadrilhas, que já foram várias vezes campeãs, até ao nível estadual. E a festa da padroeira. Apesar de ter muita gente evangélica, eles têm muita participação ativa nessas festas (PROFESSORA ROSA).

No caso dessa participante do estudo, a resposta saiu espontaneamente e acompanhada de um entendimento, fruto da convivência e da observação prévia. Ela apontou:

O urso, olhe você quer que sua aula dê certo? Fale do urso. Inclusive, às vezes dá tão certo que você não consegue falar de outro assunto. Eles passam a vida todinha querendo falar do urso, querendo ver o urso, querendo cantar música do urso, fazer tudo do urso, eles amam o urso. O urso é muito presente, porque também é uma brincadeira de criança né? Porque a criança faz parte, então, é muito característico deles. A escola de samba também é muito presente na nossa escola, muitas crianças que fazem parte. A capoeira também é muito forte lá (PROFESSORA MÔNICA).

Esse aspecto social apresentou-se no decorrer de todo esse estudo, com uma grande relevância e ligação na construção social dos moradores do Bairro do Roger. Essa relação é explicada por Chaui (1986), quando, em sua teorização sobre a *hegemonia*, afirma que:

As ações e representações da Cultura Popular se inserem num contexto de reformulação e de resistência à disciplina e à vigilância. Nela, o silêncio, o implícito, o invisível são, frequentemente, mais importantes do que o manifesto (CHAUI, 1986, p. 33).

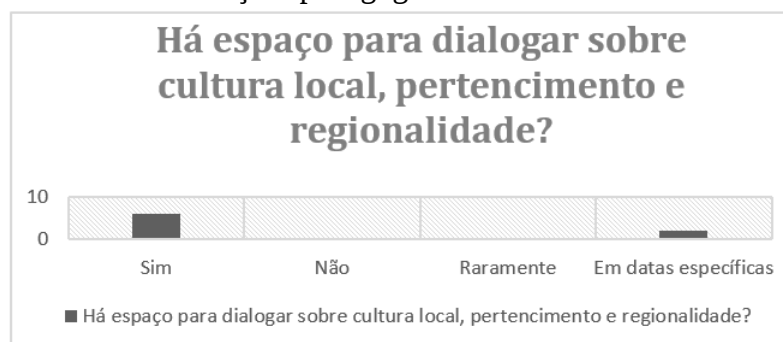
Visto isso, é possível entender que o envolvimento nos movimentos culturais firma uma representatividade que reflete não apenas aspirações artísticas, mas também uma reflexão ilustrativa das relações sociais vividas pelos moradores do bairro.

Buscando entender a relação das ações pedagógicas e os movimentos culturais nos quais os alunos estão inseridos, perguntou-se às participantes se, em seu planejamento de aula, há espaço para abordar assuntos como: cultura local, pertencimento e regionalidade. Para essa questão, as respostas foram:

Tabela 16 – Ações pedagógicas e os movimentos culturais

Sim	Não	Raramente	Em datas específicas
6	0	0	2
75%	0%	0%	25%

Fonte: Elaboração própria (2021).

Gráfico 25 – Ações pedagógicas e os movimentos culturais

Fonte: Elaboração própria (2021).

Sobre esse questionamento, a professora Sandra enfatizou que trabalha questões de pertencimento e regionalidade em conjunto com temas relacionados à localização espacial e à direção. Para ela, essas pautas podem ser contextualizadas da seguinte forma:

Sempre. Sim, porque quando a gente vai trabalhar a rua, a localização, esquerda, direita, tudo a gente faz referência ao próprio bairro. A cultura, a saúde, a higiene corporal, faz referência também o lugar onde a gente pode procurar um médico. Então, tudo a gente pode abordar, sim (PROFESSORA SANDRA).

Já a professora Alice entendeu que esses assuntos surgem na sala de aula com maior frequência próximos de datas específicas. Ou seja, quando os estudantes expressam a necessidade de externalizar as vivências dos espaços comunitários frequentados por eles. Nesse sentido, a professora colocou:

Eu penso que em datas específicas eles ficam mais eufóricos e aí a gente conversa mais sobre esse tipo de assunto. Não é muito corriqueiro, mas, nas datas específicas onde a gente vê o movimento inclusive na escola, o assunto flui melhor (PROFESSORA ALICE).

Outra participante do nosso estudo afirmou que essa temática está sempre presente na sala de aula. A professora Thaís enfatizou que sempre se compromete com essa temática e procura deixá-la sempre em pauta.

Há sim, aproveito assuntos do próprio conteúdo para conversar sobre os mais diversos assuntos. Sempre que posso dou um jeito de contextualizar o nosso diálogo, até porque facilita o entendimento deles sobre o que estamos falando (PROFESSORA THAÍS).

Estes apontamentos reafirmam o *caráter contraditório* da educação. Nesse sentido, Cury (2000) afirma:

[...] A ação pedagógica, enquanto apropriação pelas classes dominadas de um saber que tem a ver com os seus interesses, concorre para o encaminhamento da modificação das condições sociais. Enquanto explicita aquelas condições que determinam o caráter da dominação, a ação pedagógica conflita com o sistema capitalista. Conflita porque a falsa consciência cede espaço à consciência mais totalizante (CURY, 2000, p. 71).

Assim, quando a ação pedagógica reflete os interesses das classes dominadas, está entrando em conflito com o que a classe dominante determina para ela. Ao contextualizar e adequar conteúdos e materiais pedagógicos para abordar temáticas pertinentes ao cotidiano dos alunos, as professoras estão convergindo para uma consciência mais totalizante e ampla da sociedade.

Em seguida, volta-se o olhar para as questões relacionadas aos meios de produção e as relações que permeiam a vida social das pessoas. Para iniciar esse assunto, perguntou-se às participantes quais as três principais profissões dos pais dos seus alunos. As respostas foram as seguintes:

Tabela 17 – Profissões dos pais/mães dos estudantes

Principais profissões dos pais/mães dos estudantes	
Catadores de resíduos sólidos	8 – 33,33%
Doméstica/ Diarista	6 – 25%
Carroceiro	3 – 12,5%
Comércio formal	2 – 8,33%
Serviços Gerais	1 – 4,16%
Total	24 – 100%

Fonte: Elaboração própria (2021).

Sobre as relações de trabalho, a professora Alice iniciou a sua fala enfatizando que, no Bairro do Roger, não existem apenas pessoas com um baixo nível de formação escolar e que isso deveria estar claro em sua fala. Nesse sentido, a participante discorreu:

Antes de tudo eu quero dizer que apesar de ser uma comunidade que passa por bastante dificuldade, que tem a fama de pessoas analfabetas, mas tem muitas pessoas que também frequentam escolas, que estudam e que se formam.

Apesar disso, a primeira profissão, que a gente não pode negar, infelizmente é catador ou catadora de lixo. Essa daí não tem como fugir. São aqueles que trabalham com reciclagem (PROFESSORA ALICE).

Entre outras argumentações, em sua fala, a professora Laura enfatizou a situação laboral específica das mulheres que são moradoras do bairro. Em sua reflexão, ela enfatizou:

No caso das mulheres, muitas trabalham em casa de família. Algumas são diaristas e outras são domésticas, aquelas que passam a semana inteira indo apenas para uma casa. Mas, a maioria vai cada dia para uma casa diferente, sem vínculo empregatício (PROFESSORA LAURA).

Ainda sobre as relações de trabalho mais comuns na região do Bairro do Roger, a professora Thaís colocou o seu entendimento construído por meio da convivência com os alunos da escola:

Muitos pais fazem trabalhos informais, isso é, o que aparecer. Alguns têm comércios nas próprias casas ou vende algum tipo de mercadoria pelas ruas da cidade. Tem também costureiras, sapateiros, mecânicos. A maioria na informalidade (PROFESSORA THAÍS).

Essa precarização do trabalho demonstrado pelas respostas das entrevistadas é uma representação da cultura da *hegemonia*. Sobre essa análise, Chaui (1986) aponta:

[...] Boa parte da população urbana das grandes cidades é constituída por migrantes que já foram submetidos à invalidação cultural pelo processo de trabalho. A maioria dos migrantes se torna operário sem qualificação [...] ou faz tarefas diárias que requerem poucos conhecimentos. Nesse processo de migração não ocorre um ganho cultural (novos conhecimentos, novas habilidades, novos símbolos que se acrescentariam aos já possuídos), mas uma perda, pois o “equipamento cultural” anterior torna-se inútil num sistema que nivela o aprendizado em função de tarefas parcializadas e estanques (CHAUÍ, 1986, p. 37).

A autora completa a sua análise, pontuando sobre as vivências prévias em suas condições anteriores. Ela diz:

Evidentemente, não se trata de idealizar as condições anteriores: eram precárias, difíceis e determinaram a migração. O que pretendemos assinalar é que se trata de pessoas submetidas à perda cultural e à invalidação de seus conhecimentos e valores, e sobre as quais a intimidação da Informação é constante (CHAUÍ, 1986, p.38).

Dando continuidade ao tema, foi perguntado às participantes se as ações pedagógicas voltadas para o entendimento da relação estudante *versus* meio social (relações econômicas, de trabalho e classes sociais) são comuns de acontecer na escola. Para essa pergunta, as respostas foram:

Tabela 18 – Entendimento da relação estudante x meio social

Sim	Não	Raramente	Em datas específicas
2	1	3	2
25%	12,5%	37,5%	25%

Fonte: Elaboração própria (2021).

Acerca desse assunto, questionou-se qual a principal dificuldade de abordar esses temas na rotina escolar. Para esse questionamento, a professora Mônica pontuou:

Eu penso que uma grande dificuldade são as cobranças diárias que os professores têm, principalmente quem está alfabetizando. É até cruel chegar para uma professora de primeiro e segundo ano, que faz essas provas de avaliação, sendo um stress enorme para ela, que a nota que a turma tira reflete na nota da escola toda. Isso é muito injusto e até injusto dizer que não está trabalhando. Mas, poxa, nós temos uma demanda gigante para dar conta. Então essas obrigações, essas demandas que tem que ter durante o ano, de fazer avaliações, alfabetização, porque a escola se não fizer isso tira uma nota baixa e prejudica a escola. Todas essas obrigações, com certeza, influenciam nessa questão desses trabalhos pedagógicos mais voltadas a essas questões sociais (PROFESSORA MÔNICA).

Corroborando esses apontamentos da sua colega de profissão, a professora Laura colocou seu entendimento sobre a questão abordada:

Que a gente tem que ensinar os meninos a ler e escrever, o resto fica para depois. A gente fica ali na loucura do português e matemática. O desafio de fazer os meninos lerem já é bem grande. E é grande devido a todas essas questões culturais, sociais, econômicas. E aí a gente também fica tão preso a isso, a tentar conseguir isso, que esquece desse outro lado de tentar pensar nisso, de refletir sobre isso, de fazer os meninos se enxergarem parte de um grupo, e até provocar eles a refletir no que é possível quebrar, romper com aquilo que não é bom, com aquilo que não vai trazer prosperidade, em diversos aspectos (PROFESSORA LAURA).

Sobre essas questões, pode-se relacionar o poder da *reprodução* ideológica. O incentivo impositor de manter e reproduzir a ideologia dominante leva os sistemas educativos a reproduzirem em suas práxis a educação tecnicista, que tem por objetivo a educação voltada para o básico e para atender às finalidades que sustentem a perpetuação elitista. Nesse sentido, Cury (2000) diz:

A educação associa-se à reprodução enquanto ela é uma das condições que possibilitam a reprodução básica dessa relação, em termos dos lugares sociais ocupados pelas classes sociais [...]. Essa reprodução representa, na verdade, defesas contra aquilo que a educação tem de democrático. Tais defesas são limitadas e continuamente postas em

causa, porque o desenvolvimento da educação se liga ao desenvolvimento geral do sistema sócio-econômico e de suas contradições (CURY, 2000, p. 59).

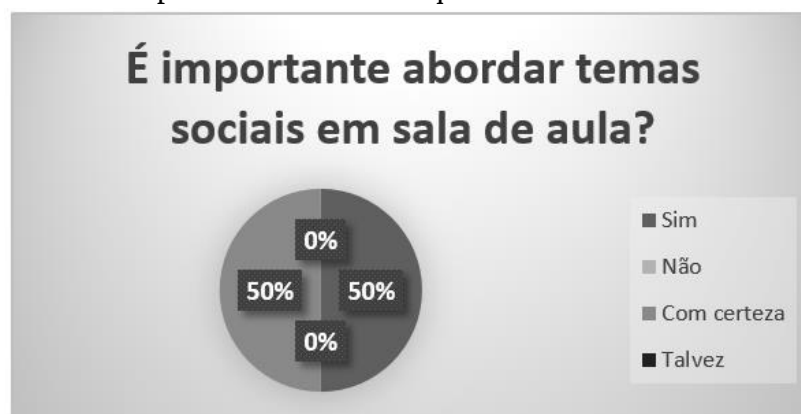
Assim, foi perguntado às professoras se elas achavam importante abordar questões relacionadas às relações sociais com os seus alunos.

Tabela 19 – Importância de abordar questões sociais em sala de aula

Sim	Não	Com certeza	Talvez
4	0	4	0
50%	0%	50%	0%

Fonte: Elaboração própria (2021).

Gráfico 26 – Importância de abordar questões sociais em sala de aula



Fonte: Elaboração própria (2021).

Quanto a essa questão, a professora Luiza refletiu enfaticamente:

Eu penso ser importante, porque a criança precisa entender o contexto que ela está. Ela precisa saber que existem diferenças sociais, mas eu não penso que esse tema tenha que ser abordado diariamente. Eu acho importante, mas eu não penso que tenha que ser dado ênfase a isso. Eu penso que tem que ser trabalhado com naturalidade com a criança, para ela entender que existe sim essa diferença de classe social, mas que ela não tem que estar necessariamente sendo excluída por estar dentro dessa classe social mais baixa. Ela tem que estar dentro de um contexto que ela compreenda. Tem que ter muito cuidado em abordar esse tema aí com eles (PROFESSORA LUIZA).

Outra participante deste estudo, a professora Sandra, colocou a importância de abordar esses assuntos com crianças das diversas faixas etárias e exemplificou o que entende por uma conversa que aborde temas sociais com os seus alunos:

Acho importante, porque eles têm que saber que se eles não têm agora não significa que eles não vão ter nunca. E é importante também passar, eu acredito até como ser humano, que se o coleguinha não tem nada também a

gente não precisa discriminar ele porque ele não tem. Porque o materialzinho dele é menos que o meu, que tenho um pouquinho mais de condições, então, eu acho que isso é humano. É ser humano, ensinar que o outro pode não ter a mesma coisa que eu, mas, ele é igual a mim e eles poderem conseguir sim (PROFESSORA SANDRA).

Nesse sentido, pode-se compreender a educação sob o caráter da *totalidade*. Dentro desse entendimento, considera-se o apontamento de Cury (2000):

A educação é uma totalidade de contradições atuais ou superadas, aberta a todas as relações, na ação recíproca que caracteriza tais relações em todas as esferas do real. A ação recíproca entre essas esferas do real se media mutuamente por meio das relações de produção, relações sociais e relações político-ideológicas. [...] A educação como conjunto totalizante dessas relações busca uma compreensão global do fenômeno educativo, como ele se define frente a si ao todo. Sem isso a educação passa a ser visualizada e difundida como uma abstração, ou melhor, como uma dissimulação de seus reais componentes (CURY, 2000, p. 67).

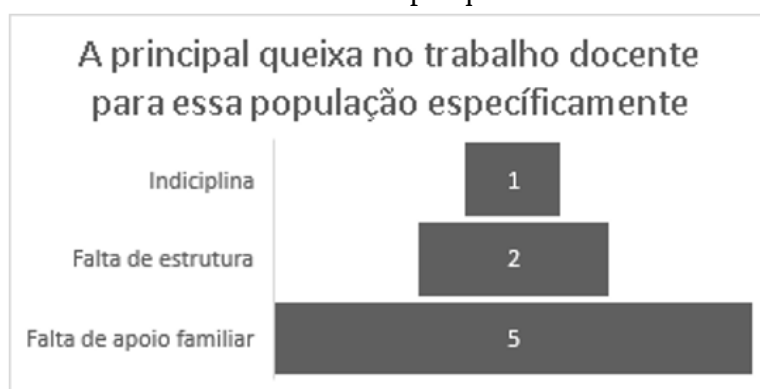
Perguntou-se às participantes, também, qual a sua principal queixa ao realizar o trabalho docente na comunidade. Para essa questão, as respostas foram as seguintes:

Tabela 20 – Principal queixa docente

Indisciplina	Falta de apoio familiar	Falta de Estrutura
1	5	2
12,5%	62,5%	25%

Fonte: Elaboração própria (2021).

Gráfico 27 – Principal queixa docente



Fonte: Elaboração própria (2021).

Ao pensar sobre a questão apresentada, a professora Laura colocou a sua inquietação e, logo em seguida, passou a refletir sobre as possíveis causas desse fenômeno:

Quando eu penso em problema, eu penso muito em indisciplina. Só que agora, provocada dessa forma, eu paro para pensar do porquê da indisciplina, que aí pode ter tudo a ver com as questões que estão sendo colocadas aqui. A sensação é de que tem muita coisa para pensar. A gente não tem tempo para isso, para parar para pensar (PROFESSORA LAURA).

Para a professora Alice, a grande dificuldade está na falta do acompanhamento dos estudantes por seus pais e/ou responsáveis. À pergunta, ela respondeu:

A maior dificuldade, realmente, é a família não acompanhar seus filhos. E aí muitas vezes se pensa que é porque não sabe ler. Muitas famílias ali têm uma leitura, têm acesso à leitura, têm acesso ao celular, sabe? A maior dificuldade é a ausência da família na questão de acompanhar o seu filho na escola, fazendo a sua parte. Mas termina deixando tudo para escola (PROFESSORA ALICE).

Outro quesito apontado pelas professoras como aspecto que dificulta o desenvolvimento do trabalho docente no espaço escolar em questão foi:

Eu penso que a falta de estrutura. A estrutura da nossa escola é muito difícil. Para gente passar um vídeo é um desgaste. A gente tem que levar o computador, tem que baixar logo vídeo porque sabe que a internet não vai estar funcionando, então tem que baixar logo vídeo, a gente tem que levar o cabo, a gente tem que levar a extensão, a gente tem que levar a entrada da extensão porque as tomadas não são adaptadas, aquele cabo da TV que tem lá não entra no cabo da TV da escola. A maior dificuldade eu penso ser isso, da infraestrutura (PROFESSORA MÔNICA).

Para Chauí (1986), esses fenômenos podem ser explicados por meio do entendimento de *hegemonia*. Sobre isso, a autora diz:

Uma hegemonia viva é sempre um processo. Não é, senão do ponto de vista analítico, um sistema ou uma estrutura. É um complexo realizado de experiências, relações, atividades com pressões e limites específicos e mutáveis. Na prática, a hegemonia nunca pode ser singular. Suas estruturas concretas são altamente complexas e sobretudo (o que é crucial) não existe apenas passivamente na forma da dominação. Deve ser continuamente renovada, recriada, limitada, alterada, desafiada por pressões que não são suas (CHAUI, 1986, p. 22).

Dessa forma, pode-se compreender que a estrutura hegemônica se utiliza de diversos mecanismos para manter-se no controle. Esses mecanismos podem ser de ordem ideológica, material, estrutural, entre outros. Para a classe dominada, ficam disponíveis os elementos básicos, aquém inclusive, da subsistência. Essas restrições impositivas podem ser observadas nas condições socioeconômicas das populações periféricas.

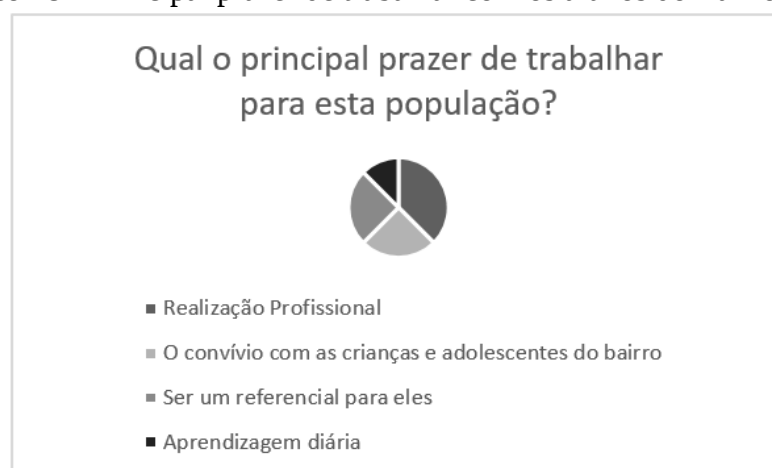
Seguindo, foi questionado às professoras qual o principal prazer de desenvolver o trabalho docente para as crianças e os adolescentes desta localidade. As respostas para essa questão foram:

Tabela 21 – Principal prazer de trabalhar com os alunos do Bairro do Roger

Realização Profissional	O convívio com crianças e adolescentes do Bairro	Ser um referencial para eles	Aprendizagem diária
3	2	2	1
37,5%	25%	25%	12,5%

Fonte: Elaboração própria (2021).

Gráfico 28 – Principal prazer de trabalhar com os alunos do Bairro do Roger



Fonte: Elaboração própria (2021).

Para responder a essa pergunta, a professora Eliane não encontrou dúvidas ao falar que:

É quando eu vejo a parte concreta daquilo que eu consegui, em teoria. Ver essa concreticidade neles, essa concretude. Eu gosto demais, eu me sinto realizada, é uma realização profissional. Mesmo que em um só um aluno, se você perceber aquele resultado positivo daquilo que você trabalhou teoricamente, você já fica feliz (PROFESSORA ELIANE).

Essa reflexão também não encontrou dificuldade em se revelar nas palavras da professora Sandra, enfática ao responder:

Isso é fácil de responder, eu estou trabalhando com o meu povo. Eu sou encantada pelo bairro do Roger. Eu moro aqui desde que eu nasci e eu conheço essas comunidades daqui. Eu frequento as comunidades daqui. Então, trabalhar para eles e tentar melhorar um pouquinho dessa disparidade que o povo pensa que tem no Roger, essa visão que o bairro só tem isso ou aquilo,

isso é muito importante. Então, fazer um pouquinho de educação aqui no bairro é muito gratificante (PROFESSORA SANDRA).

Assim, tornou-se possível basear-se no entendimento da *contradição* para constatar que, embora todas as dificuldades se apresentem corriqueiramente no trabalho pedagógico, há uma motivação maior para se superar e oferecer aos estudantes uma oportunidade de entendimento da totalidade. Dessa forma, Cury (2000) aponta:

A contradição é destruidora, mas também criadora, já que se obriga à superação, pois a contradição é intolerável. Os contrários em luta e movimento buscam a superação da contradição, superando-se a si próprios. Na superação, a solução da contradição aparece enriquecida e reconquistada em nova unidade de nível superior (CURY, 2000, p. 30).

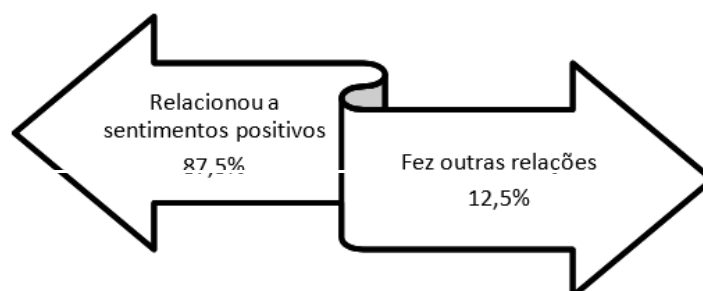
Por fim, solicitou-se às participantes que descrevessem os seus alunos com uma única palavra. Para essa solicitação, as seguintes palavras foram elencadas:

Tabela 28 – Uma palavra para representar os alunos

Relacionou a sentimentos positivos	Outras relações
7	1
Amor (2), perseverantes (1), esperança (1), empatia (1), empenho (1) e vitória (1).	Livro
87,5%	12,5%

Fonte: Elaboração própria (2021).

Gráfico 29 – Uma palavra para representar os alunos



Fonte: Elaboração própria (2021).

Para essa solicitação, várias palavras foram elencadas. Dentre elas, 87,5% das entrevistadas relacionaram os seus alunos a sentimentos positivos. Além disso, uma (12,5%) entrevistada fez relação a um objeto. Essa foi a professora Sandra, que respondeu:

Eu diria que um livro. Minha palavra seria essa. Penso que é um livro, que a gente tem que escrever um pedacinho de cada vez, a cada dia um capítulo novo, um versinho novo. Então, a palavra que eu diria é um livro (PROFESSORA SANDRA).

Segundo a professora Thaís, a palavra escolhida está relacionada não apenas aos seus alunos, mas também às vivências que docência lhe proporcionou:

Eu acredito que seja empatia. É uma troca. É recíproco. Eu tenho empatia pela história deles e esses pela minha. Nós trocamos vivências e experiências diariamente. Penso que é uma palavra que define não só os meus alunos, mas, a nossa relação (PROFESSORA THAÍS).

Essas colocações reforçaram o entendimento da *contradição* no âmbito educacional. Isso porque, mesmo servindo aos interesses do capital e tendo fortes laços com os conceitos hegemônicos, a ação educativa também consegue suscitar nos estudantes, por meio de uma reflexão dirigida, um desejo de entender e ressignificar sua cidadania. Nesses termos, Cury (2000) aponta:

O desejo de acesso à educação serve como meio de incorporar a ideologia da mobilidade social à classe subalterna. [...] A educação pode tornar-se um saber-instrumento que possibilite o caminho do visível ao invisível, do fenômeno ao estrutural e, com isso, superar o caráter ambíguo dessa contradição. Depende da função política que ela assumir (CURY, 2000, p. 81).

Por meio desse entendimento, pode-se identificar a nítida relação da ação pedagógica com o desdobramento da reflexão de sociedade por parte dos estudantes. Essa não é uma tarefa fácil. Há muitas barreiras estruturais e ideológicas a serem transpassadas. Dessa forma, há que se entender que professores e equipes pedagógicas, enquanto facilitadores desses entendimentos, nem sempre se sentem preparados para tal função.

Inserida em um contexto histórico que traz a educação como bem de consumo, a trajetória educacional brasileira sempre atravessou grandes embates e discussões em torno da legitimidade de um processo educacional inclusivo e abrangente para todas as camadas da sociedade.

Formar cidadãos crítico-reflexivos requer fortes laços e nítidos embasamentos teóricos e metodológicos norteadores da ação docente. Para tanto, o profissional atuante em sala de aula precisa de uma formação científica que apresente o aporte teórico basilar para a sua práxis.

Entender o poder transformador da sua ação pedagógica lhe concede a argumentação necessária para embasar os pontos e contrapontos apresentados ao longo de sua atuação em sala de aula.

3.4 E AGORA, ME DIZ AÍ: QUEM SOU EU?

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sancionado em 13 de julho de 1990, sob a Lei n.º 8.069, crianças e adolescentes devem ter seus direitos reconhecidos e protegidos sob os rigores da legislação. Essa lei regulamenta:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 1990).

Essas normas têm por finalidade proteger, regulamentar e preservar uma condição digna e saudável para um desenvolvimento humano e social de forma harmoniosa. Sobre esse tema, a lei dispõe:

Art. 7º A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência (BRASIL, 1990).

Apesar do disposto na lei, a realidade vivenciada por crianças e adolescentes nos grandes centros metropolitanos apontam para uma desconformidade dessas regulamentações.

Inseridos em um contexto de desigualdades sociais e econômicas, crianças e adolescentes vivem em um país com um índice alarmante de 27 milhões de pessoas ao nível de pobreza e dependência social, um equivalente de 12,8% da população, como apontam dados da Fundação Getúlio Vargas para o mês de janeiro de 2021 (FGV, 2021).

Sob essas condições, crianças, jovens e adultos buscam meios de sobrevivência por meio dos recursos que estiverem disponíveis. No Bairro do Roger, essa realidade chama atenção ao longo dos tempos.

Não é raro que um meio de comunicação enfoque esse assunto e dê visibilidade aos desdobramentos da indiferença social mantida pelo capitalismo que predomina nas relações econômicas do nosso país. Nesse sentido, Bispo (2005) expõe:

Para quem não teve vivências no bairro ou não o adentrou física, social ou culturalmente, o bairro é sinônimo de pobreza, violência, criminalidade, possuindo um teor negativo que é cotidianamente transmitido nos jornais

impressos e televisivos que se apropriam de elementos presentes no bairro, a exemplo do antigo Lixão do Roger e do presídio Desembargador Flósculo da Nóbrega, além de fatores pontuais, tais como a violência, as rebeliões esporádicas, da vida precária da comunidade do “S”, para transforma-los num cenário sensacionalista que não busca apenas denunciar, mas torna-lo espetáculo para o público que é atraído pelas notícias dos cadernos policiais manchados da mais pura crueldade diária (BISPO, 2005, p. 61-62).

Porém, em meio a essa negatização por parte da imprensa, há também iniciativas que focalizam, de uma forma mais humanitária, a realidade vivenciada pelos moradores do bairro. Apesar de não ter sido programado com esse intuito, uma ação educativa acabou refletindo uma realidade inesperada.

Em uma ação publicitária, um relato chamou a atenção dos leitores de um importante meio de comunicação da capital paraibana. Nele, um jovem retrata com as próprias palavras a percepção de uma criança frente às lutas e resistências enfrentadas no seu cotidiano. Esse relato mereceu notoriedade no veículo noticiário e agora neste estudo. Por isso, será relatado aqui.

Em concurso realizado no ano de 2003, promovido pela Prefeitura Municipal de João Pessoa, em parceria com uma rede de supermercados e publicado em jornal de circulação estadual, pediu-se que os estudantes escrevessem uma redação ou fizessem um desenho com o tema: Lixo, Cidadania e Meio Ambiente. Aos vencedores, ofereceu-se a premiação de um ano de compras na rede de supermercados e um microcomputador para os primeiros lugares das duas categorias.

Figura 28 – Redação sobre Lixo, Cidadania e Meio Ambiente

04 JORNAL DA PARAÍBA PUBLICIDADE PARÁIBA, PARANÁ, 2 DE NOVEMBRO DE 2003

A gente queria falar como está a vida das pessoas que moravam no Lixão. Mas encontramos uma autoridade maior no assunto.

LIXO E MEIO AMBIENTE
Alisson Fernandes da Silva

Desde que nascemos, ouvimos falar sobre lixo, mas não sabemos o que é lixo. Só sabemos que é aquilo que não queremos mais. Mas quando vamos ao lixo, encontramos uma autoridade maior no assunto. Lá encontramos as pessoas que vivem no lixo. Elas sabem o que é lixo e como ele afeta a vida delas. Elas sabem que o lixo é um problema que todos nós temos e que precisamos lidar com ele. Elas sabem que o lixo é um problema que não podemos ignorar e que precisamos agir para resolver. Elas sabem que o lixo é um problema que não podemos deixar para trás e que precisamos agir para resolver. Elas sabem que o lixo é um problema que não podemos deixar para trás e que precisamos agir para resolver.

Alisson Fernandes da Silva
15 anos - de idade - Paraná
Escola Municipal Monsenhor João Coutinho



JOÃO PESSOA
PARANÁ

Fonte: Jornal da Paraíba (2003).

O resultado desse concurso surpreendeu a muitos. Em matéria publicada no domingo, dia 2 de novembro de 2003, em publicação de página inteira e sob o título “A gente queria falar como está a vida das pessoas que moravam no Lixão. Mas encontramos uma autoridade maior no assunto”, tornou-se público o texto escrito por Alisson Fernandes da Silva, adolescente de 15 anos, morador do Bairro do Roger e estudante da Escola Municipal Monsenhor João Coutinho. E, por entender sua relevância, transcreve-se aqui, na íntegra, a redação vencedora do concurso:

Lixo e Meio Ambiente. Bem, para começar, minha redação seria um pouco diferente das demais, já que aconteceu em minha vida. Pois, o lixo era o meu meio ambiente. Hoje estou com 15 anos, me chamo Alisson Fernandes da Silva e sou um bom aluno da 7ª série na Escola Municipal Monsenhor João Coutinho que, por destino fica perto do antigo Lixão do Roger. Toda minha está relacionada ao antigo lixão, pois, quando estava com os meus doze anos, eu tinha uma vida que eu não desejava para nenhuma criança. Eu queria poder ter tempo para poder brincar e fazer novas amizades com outras crianças mais a minha vida sofrida que eu levava só dava tempo para eu me dedicar aos meus estudos que eram, durante a parte da manhã na Escola Piollim e, durante a tarde, na Escola Monsenhor João Coutinho, onde me sinto grato, pois, se não fossem essas, atividades, eu não teria condições nem de escrever esta redação. Durante a noite, eu e minha família nos tornávamos um exército. Eu era uma espécie de soldado, tinha que catar e, em simultâneo, a obrigação de vigiar como uma sentinela. Para que ninguém roubar meu lixo nem invadisse meu espaço dentro de uma guerra chamada lixão. Tinha noites que pareciam não ter fim, pois chovia às vezes muito e a única coisa que eu tinha para me proteger eram os sacos plásticos. Tinha noites também em que eu sonhava poder, um dia, retirar aquelas pessoas que trabalhavam ao meu lado. Durante a noite apareciam muitos idosos que não aguentavam o mesmo ritmo de trabalho, eles se abrigavam em barracos de tabuas e papelões. Não queria isso para minha família. Ao amanhecer, começava a minha rotina diária. Tinha prazer em ir ao Piollin e a tarde para a Escola João Coutinho, onde só eu, entre vários tive a oportunidade de frequentar a escola já que os outros passavam o dia todo no lixão. Tenho orgulho da minha atitude. Hoje em dia não trabalho, mas no lixão e vejo vida onde só havia miséria e sofrimento. Posso dormir com a minha cabeça tranquila, pois sei que as pessoas que trabalhavam ao meu lado também estão dormindo tranquilas. Alisson Fernandes da Silva, 15 anos – 7ª série. Escola Municipal Monsenhor João Coutinho (JORNAL DA PARAÍBA, 2003).

Essa redação, na época, traduziu a rotina diária de muitas crianças e adolescentes inseridos no contexto de trabalho e vivência no Lixão do Roger. Embora o tempo tenha passado e o cenário, se alterado, ainda é possível presenciar crianças e adolescentes acompanhando seus pais na catação de lixos e resíduos sólidos, embora essa prática vá de encontro à Lei:

Art. 60. É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz; Art. 67. Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental, é vedado trabalho: I - noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e às cinco horas do dia seguinte; II - perigoso, insalubre ou penoso; III - realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social; IV - realizado em horários e locais que não permitam a frequência à escola (BRASIL, 1990).

As crianças e os adolescentes elencados nesse estudo vivem sob os desdobramentos das leis, regulamentações e políticas públicas que possam alcançá-los e reconhecer seus direitos, enquanto cidadãos.

Figura 29 – Criança que acompanha os pais na catação de lixo e resíduos sólidos



Fonte: Elaboração própria (2021).

Afinal, amparar, cuidar e proteger crianças e adolescentes são ações que consistem num dever de todos e devem ser respeitadas, conforme a Lei:

Art. 4.º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

É nessa perspectiva, de proteção e respeito, que se defende uma educação pública, igualitária e que traga o compromisso com as pautas sociais e de conscientização. Assim, de acordo com Freire (1984), será possível situar essa relação de forma dialética e reflexiva:

Numa posição dialética, não é possível aceitar a separação ingênua entre consciência e mundo. Quando o fazemos, caímos ou nas ilusões do idealismo, ou nos erros do mecanicismo. [...] o papel da conscientização, um dos ângulos importantes, será o de provocar o reconhecimento do mundo, não como um 'mundo dado', mas como um mundo dinamicamente 'dando-se' (FREIRE, 1984, p. 94).

Contudo, é preciso compreender que:

Não se trata obviamente de dizer à população que se rebele, que se mobilize, que se organize para defender-se, para mudar o mundo. Trata-se, na verdade, de desafiar os grupos populares para perceberem, em termos críticos, a violência e a profunda injustiça que caracterizam sua situação concreta (FREIRE, 1996, p. 48).

Essa percepção e esse entendimento devem ser semeados a partir das séries iniciais, tornando-se algo gradativo e construtivo na relação aluno e pertencimento social. É por meio

desse entendimento basilar que se constrói um mecanismo de reconhecimento, apropriação e defesa das violências impostas pelo sistema hegemônico dominante.

4 O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA CONSTRUÇÃO SOCIAL

Marcada por debates e disputas políticas, a construção e a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, datada de 20 de dezembro de 1996, sob o número 9.394, a chamada LDB, veio para regular direitos, princípios e a organização do sistema educacional brasileiro. Embora grandes reivindicações defendidas por professores e estudiosos da educação tenham sido abstraídas da construção final do texto, não se pode negar o seu marco legal na história da educação do Brasil. Fruto de uma importante mobilização pautada nas necessidades da sociedade civil, esse roteiro foi veementemente confrontado pelas lógicas políticas neoliberais que visualizavam o grande custo de novas implantações educacionais aos cofres do Estado.

Os encaminhamentos centrais apresentados pelos defensores de uma educação mais democrática e abrangente vislumbravam o ensino amplo de qualidade, o ajustamento da profissão de docente e uma maior autonomia das escolas e instituições de ensino. Apesar de não ser clara em algumas regulamentações e ter sofrido diversas alterações e interferências temporalmente, existem importantes considerações a serem creditadas a este documento. No tocante à regulamentação da formação de docentes, essa lei dispõe:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á ao nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida ao nível médio, na modalidade normal (BRASIL, 1996).

A reflexão sobre o exercício da docência encontrou espaço de desenvolvimento intelectual e desencadeou a observação de uma necessidade de ajustamento acadêmico. Porém, essas flexões demandam tempo e engajamento das comunidades formativas. A cultura institucional passou a evidenciar questões em relação à lógica acadêmica tradicional, refletida em suas estruturas curriculares, didáticas de ensino, organização e gestão de professores universitários. A perspectiva da adequação passou a apresentar-se muito mais forte e necessária do que o esperado.

Para tanto, era necessário entender o fazer pedagógico no âmbito de suas aplicações e sutilezas. Nesse sentido, como diz Freire (2005):

[...] Educador e educandos se arquivam enquanto, nesta distorcida visão da educação, não há criatividade, não há transformação, não há saber. Só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente,

que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros [...] (FREIRE, 2005, p. 58).

Quando inserido em espaço escolar de comunidades essencialmente periféricas, a relação de empatia e amor ao próximo encontra contornos no desenvolver do fazer pedagógico. Essa visão, apresentada por Saviani (2012), revela especificidades desse trabalho:

O trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo (SAVIANI, 2012, p. 17).

Identificando essas sutilezas do fazer pedagógico, pode-se compreender a complexidade da ação docente consciente. Conforme o pensamento de Pimenta e Anastasiou (2002), traços atitudinais que se revelam por meio da prática denotam nuances de constantes adequações e reestruturações organizacionais, contrapondo-se à ideia de profissão tecnicista. Nesse sentido, o saber docente não se baseia, restritivamente, à transmissão de conhecimentos de forma introjetada por habilidades técnicas. Muito embora essas habilidades não possam ser descartadas, não devem ser fator determinante no processo de ensino-aprendizagem.

Também, não se pode pautar tais ações por meio do modelo prático-artesanal, pois, em sua concepção, o professor já nasce “pronto”, adequando-se apenas à cultura escolar, sem que haja a necessidade de uma formação específica prévia. Nessa perspectiva tradicionalista, o professor aprende a fazer, fazendo, reproduzindo amplamente conceitos, valores, costumes e práticas, sem serem refletidos ou questionados, o que o torna um simples reproduzidor ideológico.

Pautando uma formação coerente com as suas especificidades e abrangências, o enfoque hermenêutico ou reflexivo aponta para um caminho passível de contribuições e mediações pedagógicas críticas transformadoras. Como enfatizam Pimenta e Anastasiou:

O ensino é uma atividade complexa [...] carregada de conflitos de valor, o que requer opções éticas e políticas. O professor, no que lhe concerne, deve ser um intelectual que tem de desenvolver os seus saberes (de experiência, do campo específico e pedagógicos) e sua criatividade para fazer frente às situações únicas, ambíguas, incertas, conflituosas nas aulas, meio ecológico complexo (PIMENTA; ANASTASIOU, 2002, p. 185).

Entende-se, assim, que o fazer pedagógico compreende um processo formativo e reflexivo a partir de teorias basilares que constituem uma construção dialética. Pensar

formativamente nos professores consiste, sobretudo, em envolvê-los numa contextualização da realidade alicerçada pela teoria.

Porém, a atuação profissional do professor não pode ser vista de maneira única e isolada na construção de uma transformação social. O espaço pedagógico compreende ações que se transpõem às salas de aula. É necessário constatar que as normas, regulamentações e políticas curriculares interferem diretamente para que esse trabalho seja desenvolvido de forma consciente e alicerçado pelos dispositivos legais. Nesse sentido, Ana Cláudia da Silva Rodrigues (2019) pontua:

A partir de 1996, com a promulgação da LDB 9394/96, as normativas relacionadas a educação foram elaboradas e implementadas apresentando um caráter neoliberal, ajustadas as perspectivas políticas, culturais e sociais que o governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso representava. Porém, com a ascensão do presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2002, ao governo federal, e até a primeira gestão da presidente Dilma Rousseff, se passaram 20 anos de tentativas de efetivação de atendimento de demandas sociais vinculadas aos considerados grupos minoritários e as discussões pós-críticas se fizeram presentes nos discursos curriculares (RODRIGUES, 2019, p. 1).

A escola se encontra em constante transformação, buscando adequar-se e atender às demandas apresentadas pela comunidade na qual se insere, às políticas públicas implementadas e às normativas vigentes. E esse papel é considerado de extrema relevância na construção e, principalmente, na desconstrução de conceitos que fazem toda a diferença na vida dos sujeitos educacionais. Nesse sentido, Saviani (2012) expõe:

[...] na sociedade atual, pode-se perceber que já não é possível compreender a educação sem a escola, por a escola ser a forma dominante e principal da educação. Assim, para compreender-se as diferentes modalidades de educação, exige-se a compreensão da escola. Em contrapartida, a escola pode ser compreendida independentemente das demais modalidades de educação (SAVIANI, 2012, p. 102-103).

A possibilidade de dialogar com as diversas especificidades promove a viabilidade de perceber, acolher e atenuar as dificuldades de socialização das diferenças. A partir dessa reflexão, direcionamentos precisam ser ajustados, assim como aponta Dias (2014):

Seria preciso criar e múltiplas formas de lidar com a escolarização de meninos e meninas, a fim de pensar para além da doutrinação ou anulação dos comportamentos masculinos e femininos nas práticas escolares. Um caminho interessante para a diminuição das discriminações e desigualdades nas salas de aula seria uma prática pedagógica a partir da perspectiva da coeducação (DIAS, 2014, p. 25).

A contextualização dos conteúdos de forma lúdica e acessível tem se apresentado como forte aliada nessa busca pelo interesse formal do aprendente. Acolher e compreender suas demandas, suavizando-as e transformando-as, aproxima os personagens.

Muitos profissionais têm em mente o poder transformador de que dispõem nas mãos. Isso contribui para uma unidade de valores. Perceber, acolher e reorganizar é uma constância nos espaços pedagógicos. Em suma, os grandes esforços se concentram em estar em constante transformação, acompanhando sonhos, anseios e reciprocidade.

Para tanto, torna-se primordial que professores e profissionais escolares sintam-se encorajados e motivados para se envolverem de forma autêntica e natural em processos de capacitação e atualização de perspectivas teóricas norteadoras. Assim como aponta Dias (2018), diversos estudos se configuram como fonte de reflexão para as temáticas ligadas à educação não discriminadora:

Percebemos que os problemas ligados ao corpo, gênero e sexualidade estão no centro das investigações de pesquisadores/as que buscam contribuir para o desenvolvimento do pensamento crítico-reflexivo no que se refere à educação não discriminadora, à diversidade, às diferenças e, principalmente, às novas interfaces e perspectivas teórico-metodológicas que podem ser desenvolvidas pelos estudos (DIAS, 2018, p. 120).

Os obstáculos são diversos, podendo citar, dentre eles, a precariedade da infraestrutura e o assédio moral externo e interno, que insiste em manter o controle ideológico, além do alto índice de evasão escolar.

Estar inserida em um espaço público, múltiplo e complexo, apenas reforça as convicções de que as ações libertadoras precisam emergir com embasamentos perspicazes, alicerçados cientificamente. Transpassa-se a barreira do ideal para o indispensável. Torna-se clara a urgência das ações.

Medidas que visem a uma inserção eficaz e igualitária, promovendo a reversão da desigualdade e o combate a condutas discriminadoras, necessitam, por meios legais, da regulação do Estado. Intitulada como Políticas Públicas, essa soma de atividades interfere diretamente na vida dos cidadãos, norteadando suas escolhas e oportunidades.

Marginalizar, preterir e macular a descendência de indivíduos desprovidos de armas ideológicas conceituais, além de discriminação, é também um crime contra toda a humanidade. Praticar a inclusão para acolhimento desde os primeiros contatos com a prática pedagógica confere ao educando o empoderamento necessário para sentir-se parte integrante desse sistema e detentor de atuações transformadoras. Esse entendimento é defendido por Rodrigues, Aragão e Rodrigues (2016), quando afirmam que:

A educação é um direito humano e meio indispensável para realizar outros direitos, como os individuais e sociais. É referencial para a construção de conhecimentos, desenvolvimento de valores, crenças e atitudes em favor de uma sociedade mais humanizada. Todos os processos educativos devem estar direcionados ao pleno desenvolvimento humano e de suas potencialidades (RODRIGUES; ARAGÃO; RODRIGUES, 2016, p. 992).

Escolas e repartições públicas ligadas aos movimentos educativos convivem, de modo geral, com a precariedade e a falta de suporte humano e tecnológico. Ainda assim, são a principal ferramenta de transformação ideológica social a serviço da comunidade e seus interesses.

Corroborando esse cenário, que pede uma qualificação mais ampla e abrangente de massificação de ideais, despontam, nas próprias comunidades, ações e organizações não governamentais dispostas a contribuir como facilitadores na busca do conhecimento amplo e democrático. Atos isolados ou em parcerias firmadas com instituições educativas indicam as interferências e atitudes possíveis a cada cidadão.

4.1 DISPOSITIVOS INSTRUMENTAIS VERSUS A CRITICIDADE SOCIAL

Cotidianamente, as transformações vividas nos espaços pedagógicos margeiam grandes indagações e debates sobre a qualidade do ensino ofertado nas instituições educacionais brasileiras, gerando inquietações e observações de grandes estudiosos do desenvolvimento humano. Essas observações, muitas vezes, giram em torno do exercício funcional do docente e de suas consequências na vida do alunado das instituições escolares do país.

Porém, nesses termos, vale a reflexão sobre que qualidade de ensino que se almeja alcançar. Evidenciar objetivos educacionais aos quais o alunado está sendo submetido expõe metas e a finalidade que a unidade de ensino intenta atingir. Nesse sentido, Silva (2004) expõe:

A sociedade brasileira vem sendo marcada em linhas gerais, desde a segunda metade da década de 1970, pela existência e confronto de dois projetos principais de sociedade e de educação: o projeto liberal-corporativo e o projeto democrático de massas. O primeiro projeto, numa perspectiva ampla, nos marcos do neoliberalismo, está centrado na redefinição das funções do Estado no campo social com a redução e focalização de suas ações nos setores mais pobres da população. No campo econômico defende um modelo de Estado como gestor da livre expansão do capital, única possibilidade de reversão da crise vivenciada pela sociedade, segundo esta concepção. [...] O projeto democrático de massas defende, em sentido amplo, a efetivação de novas relações sociais, nas quais o acesso aos direitos seja garantido numa perspectiva universal e pela socialização dos bens socialmente produzidos. Propõe a difusão de movimentos sociais de base, um sindicalismo combativo

e politizado e a existência de partidos políticos estruturados e socialmente mais homogêneos [...]. Nos dois projetos de sociedade percebe-se a existência de concepções distintas de educação, assim como da escola e de sua função social (SILVA, 2004, p. 19).

Embora a ideia de uma educação que proporcione o desenvolvimento intelectual e estrutural dos educandos seja apregoado pela maioria das instituições de ensino, inúmeros espaços pedagógicos deixam-se submeter aos ideais neoliberais que regem regras e competitividade entre os centros de ensino.

Marcado pelo autoritarismo e imposições compensatórias, esse tipo de condução das ações pedagógicas intenta desarticular a ação transformadora oportunizada pela criticidade e reconhecimento do seu espaço como indivíduo social. Nesse sentido, prima-se por uma educação regrada aos moldes deliberados por conceitos financistas que priorizam o conhecimento padronizado aos setores hierárquicos. Nesse sentido, Freire (2005) analisa:

Em lugar de comunicar-se, o educador faz “comunicados” e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção “bancária” da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los (FREIRE, 2005, p. 57).

Nessa perspectiva, a educação é meramente o repasse de conceitos que levem à aquisição da leitura, escrita e conhecimentos matemáticos. Uma educação básica, suficiente para desenvolver pequenas habilidades, pois, para a lógica capitalista, não é interessante ter profissionais amplamente qualificados em grande demanda. Isso elevaria o valor dos salários e afetaria as margens de lucros dos grandes empresários.

Essa é a finalidade do trabalho intelectual desenvolvido pelos grandes reformadores da educação. Defensores de uma agenda neoliberal, grandes empresários detentores de vultosos numerários econômicos e renomados em diversos setores capitalistas têm por objetivo principal difundir o entendimento de que a qualidade educacional no Brasil gira em torno da obtenção de bons resultados em testes previamente pensados para regulamentar o conceito educacional.

Prega-se a importância tecnicista da educação, para a qual a formação se resume em decodificar e armazenar informações úteis para as funções operacionais que o mundo do trabalho possa exigir, deixando de existir, assim, a necessidade de uma reflexão prévia dos assuntos propostos em ambiente educacional. Não são necessários os envolvimento de cunho social, crítico ou questionador. As articulações de ideias não são bem aceitas e provocam uma desorganização no plano previamente projetado e ordenado para aquela ação. Não cabem

contextualizações ou articulações com os conhecimentos prévios dos educandos. A organização concebe apenas o entendimento das regras, recomendações e fórmulas a serem aplicadas.

Assim como exposto por Frigotto e Ferreira (2019), em seu texto *Cultura autoritária, ultraconservadorismo, fundamentalismo religioso e o controle ideológico da educação básica pública*, “O que se consolida é uma reiterada continuidade na negação ao conhecimento e cultura socialmente produzidos à classe trabalhadora” (FRIGOTTO; FERREIRA, 2019, p. 102).

Em seu texto *Os Empresários e a Política Educacional: Como o proclamado direito à educação de qualidade é negado na prática pelos reformadores empresariais*, Freitas (2014) expõe:

Enfim, seja para derrubar o salário médio, por superpopulação de formandos, seja para aumentar a produtividade, seja ainda para promover o controle ideológico e político de uma instituição pela qual passa toda a juventude, seja para qualificar conforme as suas necessidades de produção, seja por todos esses motivos, os reformadores empresariais resolveram – em escala mundial – controlar mais de perto o que ocorre na educação garantindo um relativo aumento de qualificação da força de trabalho ao mesmo tempo em que não perdem e ampliam o controle político e ideológico da escola e garantem as suas funções clássicas: exclusão e subordinação (FREITAS, 2014, p. 54).

Neste sentido, compreende-se que as pautas impostas pelos reformadores neoliberais apontam para um sentido contrário ao emancipador. Trazem consigo bases sólidas da perpetuação da hegemonia dominante e influenciam diretamente no poder regulador estatal. Sob essas regras e definições, mantêm-se as camadas sociais exatamente onde estão.

Esses ideais são cotidianamente impostos e fiscalizados por meio de dispositivos instrumentais que medem, regem e qualificam a educação em âmbito padronizado, de forma que pareça acessível e atingível à ampla concorrência. Essas ações são amplamente difundidas e encorajadas a serem seguidas e mantidas, para que se possa garantir um melhor conceito e possíveis recursos diferenciados para as unidades escolares que se destacarem na utilização de parâmetros ideológicos impostos pelo pensamento produtivo essencialmente capitalista.

Esses fundamentos embasam e colaboram para uma constante disputa entre instituições escolares e seus dirigentes para alcançar as melhores notas e apresentar um desempenho satisfatório aos moldes estabelecidos. Perde-se, dessa forma, a empatia e a parceria entre os integrantes dos espaços escolares em disputa. Passa-se a desenvolver um trabalho restrito e resguardado, no qual o aluno não deve compartilhar saberes, mas preservá-los para sua utilização estratégica, em prol do reconhecimento da unidade escolar. Assim, conforme Freitas (2014), os estudantes se mantêm “[...] isolados no interior das salas de aulas, restritos à

aprendizagem do básico, lhes é prometido um dia, chegar aos níveis mais avançados e complexos da educação, que de fato nunca chegarão a ver” (FREITAS, 2014, p. 51).

Sob essa perspectiva, os atores educacionais são submetidos à própria exclusão, segregação e iniquidade, já que, não refletindo sobre a sua própria existência, questões sociais e reconhecimento de classe, sua identidade fica apoiada em uma ação de subordinação e negação dos seus espaços e propósitos comunitários. Dessa forma, consegue-se desmobilizar associações, sindicatos e coligações, enfraquecendo o ajustamento do pensamento coletivo. Nesse sentido, as exposições de Frigotto e Ferreira (2019) afirmam que:

Esta continuidade, impregnada na cultura e reiterada pelos diferentes aparelhos de hegemonia, é acionada toda vez que as lutas sociais buscam alterar uma das mais perversas estruturas sociais de desigualdade mundial (FRIGOTTO; FERREIRA, 2019, p. 98).

Aos que não se enquadram nesses moldes, cabe a evasão escolar. Haja vista que esse tipo de ação educativa os coloca fora do cenário da experiência do cidadão educacional em sua globalidade, tornando-os meros espectadores, coadjuvantes da sua própria história.

Nesses moldes, o processo educacional remete ao sistema implantado no início da história do país, como lembra Paiva (2007), ao refletir que “Desde que chegaram ao Brasil, os jesuítas estabeleceram escolas e começaram a ensinar a ler, a escrever e a contar e cantar”. (PAIVA, 2007, p. 43). Esses seguem sendo os objetivos das práticas neoliberais na educação contemporânea: passar os conteúdos básicos para que o cidadão possa aprender a ler, escrever e contar, para assim servir aos ideais a ele impostos.

Para a hegemonia dominante, é de suma importância manter as grandes massas populares sob um estado conservador. Estabelecer uma ideologia que deixa à mostra a impossibilidade de reversão e induz ao contentamento social, mantém e reforça a continuidade dos princípios opressores. Assim, a educação é vista como a principal ameaça a esses direcionamentos. Corroborando esta ideia, pode-se citar Frigotto e Ferreira (2019):

O sistema capital para operar em sua natureza de buscar o lucro máximo e voltar à sua irracionalidade, tem como prerrogativa desvencilhar-se de regulações e confrontar e, se possível for anular o poder da classe trabalhadora (FRIGOTTO; FERREIRA, 2019, p. 95).

Esse processo define a atual importância de manter a escola sob um rígido e vigoroso controle estatal. Para essa regulação, não se poupam esforços ou a utilização de um discurso ilusório de elevação da qualidade educacional, principalmente na esfera pública. Assim, os encaminhamentos e direcionamentos das pautas educacionais seguem uma articulação

vinculada aos desdobramentos associados aos ideais capitalistas em vigor. Nesse sentido, Freitas (2014) pontua:

Está em jogo o controle político e ideológico da escola, em um momento em que algum grau a mais de acesso ao conhecimento é exigido pelas novas formas de organização do trabalho produtivo, novas exigências de consumo do próprio sistema capitalista e novas pressões políticas por ascensão social via educação (FREITAS, 2014, p. 52).

Para que essas regras e imposições sejam realmente acolhidas e colocadas em prática pelas equipes pedagógicas, o poder estatal utiliza um importante instrumento regulador e condicionador do trabalho a ser executado: os instrumentos de avaliações estatísticas. O poder público estatal implanta, rege e mantém uma educação baseada em quantitativos e escalas, privilegiando e enaltecendo a organização das ações pedagógicas meramente tecnicistas.

Fundamentando essa ótica, é coerente que se possa entender como funciona e se estabelece na prática esse elemento coercitivo instrumental. Para essa reflexão, referencia-se o texto “A ação pública abordada pelos seus instrumentos” de Lascoumes Le Galès (2012), que diz: “[...] um instrumento de ação pública constitui um dispositivo ao mesmo tempo técnico e social que organiza relações sociais específicas entre o poder público e seus destinatários em função das representações e das significações das quais é portador” (LASCOUMES; LE GALÉS, 2012, p. 21).

Segundo os autores, os instrumentos são instituições reguladoras de interações e comportamentos de atores e das organizações, que lhes fornecem um quadro estável de antecipações, reduzindo as incertezas e a estrutura da ação coletiva.

Aplicados de forma técnica e relativamente autônoma, esses mecanismos servem como meios de regulação de acesso dos cidadãos aos recursos e políticas públicas assistenciais. Entende-se que essa autonomia na geração e utilização dos instrumentos abre margens para serem concebidos e aplicados de forma indutória, causando favorecimento a grupos específicos. Nesse sentido, as aplicações favorecem e reafirmam a “lógica do prestígio”, evidenciando os efeitos sociais de dominação. Ou seja, a aplicação dos instrumentos é meticulosamente associada à previsão de utilização dos recursos públicos, direcionando aos atores que lhes convêm (LASCOUMES; LE GALÉS, 2012).

Esses efeitos de dominação se perpetuam e ganham suporte metodológico para se manter a ideologia estatal normativa estável e sobreposta nas diversas camadas da sociedade, sobretudo nas faixas populacionais mais humildes e socialmente instáveis.

Nesses termos, os instrumentos são tecnicamente concebidos com a função de enquadrar estatisticamente grupos populacionais para a posterior reinterpretação desses levantamentos. Esses instrumentos consideram informações entendidas como niveladoras de padrões pré-estabelecidos, que servem como parâmetros excludentes ou includentes, a depender da perspectiva de utilização.

Para a reflexão das implicações da instrumentação no contexto político, os autores são enfáticos em afirmar que a adoção de determinados instrumentos demonstra questões centrais dos estilos de governo e das transformações contemporâneas das ações públicas. Dessa forma, ao adotar instrumentos que mais servem às suas perspectivas ideológicas, o Estado legitima suas relações administrativas e o seu contexto social (LASCOUMES; LE GALÉS, 2012).

Ao escolher os instrumentos, a via de ação e o modo operante que se praticará a partir dos resultados estatísticos obtidos, o Estado demonstra o desenho político a que se destina. Nesse sentido, a instrumentação da ação pública é um dispositivo capaz de revelar de forma aproximadamente explícita a relação do governante/governado.

Adotando determinada instrumentação, o poder estatal evidencia alianças importantes, bem como conflitos políticos, já que “[...] os atores mais poderosos serão levados a defender a adoção de certos instrumentos em detrimento de outros” (LASCOUMES; LE GALÉS, 2012, p. 32). É nesse cenário de interesses e convenções que se desenvolvem estratégias políticas que se utilizam dos dispositivos técnicos ou funcionalistas para promover e reafirmar os interesses de poucos sobre os interesses da população em geral.

Os efeitos dessas manobras políticas são devastadores e podem ser observados cotidianamente nos adversos contextos enfrentados pelos grandes grupos populacionais. A desigualdade, a discriminação social e o desrespeito com os direitos dos cidadãos das classes dominadas são reflexos do planejamento inapropriado dos recursos públicos. Ações que visem ao empoderamento e ao desenvolvimento social igualitário sofrem sérios embargos em favor dos privilégios e do favorecimento das classes dominantes que interferem e sugestionam decisivamente a política estatal em vigor. Refletindo sobre esse aspecto, Frigotto e Ferreira (2009) pontuam:

O processo histórico, de forma cabal e inequívoca, mostrou que o livre mercado, sob relações sociais desiguais, teve como resultado a desigualdade contínua e crescente entre nações, classes e grupos sociais (FRIGOTTO; FERREIRA, 2019, p. 94).

Apesar das amarras impostas por modelos e projetos pré-fabricados, professores e equipe pedagógica tentam transpor barreiras para ofertar uma educação mais abrangente e

igualitária. Porém, essa é uma tarefa desafiadora e demanda ações conjuntas e de sujeitos amplamente engajados. Nesse sentido, Freire (2005) aponta:

Os homens, ao terem consciência de sua atividade e do mundo em que estão, ao atuarem em função de finalidades que propõem e se propõem, ao terem o ponto de decisão de sua busca e em suas relações em mundo, e com os outros, ao impregnarem o mundo de sua presença criadora por meio da transformação que realizam nele, enquanto dele podem separar-se e, separando-se, podem com ele ficar, os homens, ao contrário do animal, não somente vivem, mas existem, e sua existência é histórica (FREIRE, 2005, p. 83).

Assim, todos os envolvidos na escola e na comunidade escolar devem entender a sua função, importância e efetividade no desenvolvimento social e emancipatório dos sujeitos educativos envolvidos. Cada cidadão deve estar apto e disponível, para, conscientemente, contribuir positivamente na consolidação de uma aprendizagem significativa.

4.2 AÇÕES TRANSFORMADORAS: TODOS JUNTOS POR UMA CAUSA

Entendendo que a escola e como o trabalho pedagógico se desenvolvem repercute diretamente no desenvolvimento e na aprendizagem dos jovens e crianças matriculados nas redes municipais, estaduais e federais de ensino, coube uma reflexão focada no engajamento e na participação dos colaboradores que atuam nos espaços escolares.

Embora esse assunto ainda não seja amplamente abordado e discutido nas reuniões e formações continuadas oferecidas pelas administrações públicas e privadas de ensino regulamentar, todos os funcionários podem e devem contribuir decisivamente na ambientação, humanização e acomodação do alunado nos ambientes institucionais.

Nessa percepção, Freire (2005) argumenta: “Em busca do ser mais, porém, não pode realizar-se no isolamento, no individualismo, mas na comunhão, na solidariedade dos existires” (FREIRE, 2005, p. 72). Assim, essa junção de saberes, percepções e entendimentos tende a favorecer a empatia e o pertencimento dos aprendentes àquele espaço.

Para que a educação escolar possa cumprir a sua função, é de suma importância que o aluno se sinta acolhido e protegido em seu espaço escolar. Nesse sentido, Dubet (2004) faz refletir sobre o conceito de escola justa, que trata, acolhe e oportuniza aprendizagem e desenvolvimento indistintamente. Mesmo não sendo uma tarefa fácil, a escola não deve ser meio para conseguir, apenas, um diploma, mas sim um espaço de construção e apreensão de saberes indispensáveis à estruturação de um ser social amplo e complexo.

Em torno dessa discussão, Dourado (2012) ressalta a importância da gestão democrática escolar nesse processo de identificação, organização e orientação mais adequada aos interesses basilares do processo educacional contextualizado às necessidades sociais da comunidade escolar envolvida. Nesse cenário, observa-se a importância de uma equipe pedagógica integrada e comprometida com os fins sociais a que se destina a ação educativa. Segundo Dourado (2012):

A gestão democrática implica um processo de participação coletiva; sua efetivação na escola pressupõe instâncias colegiadas de caráter deliberativo, bem como a implementação do processo de escolha de dirigentes escolares, a participação de todos os segmentos da comunidade escolar na construção do Projeto Político-Pedagógico e na definição da aplicação dos recursos recebidos pela escola (DOURADO, 2012, p. 92).

Visando a uma maior inserção e envolvimento de alunos e familiares no processo educativo, a gestão que se denomina democrática acolhe e incentiva a participação, dialogicidade e transparência nas decisões substanciais dos espaços pedagógicos. Essa inserção favorece a reflexão crítica dos atores envolvidos, oportunizando uma prática emancipatória do ser social. Nessa perspectiva, Dourado (2012) afirma que:

Portanto, para que haja a participação efetiva dos membros da comunidade escolar, é necessário que o gestor, em parceria com o conselho escolar crie um ambiente propício, que estimule trabalhos conjuntos, que considere igualmente todos os setores, coordenando os esforços de funcionários, professores, pessoal técnico-pedagógico, alunos e pais envolvidos no processo educacional (DOURADO, 2012, p. 92).

Nesse sentido, constata-se que a práxis adotada e desenvolvida, por meio de uma gestão consciente e participativa, unindo os elos das perspectivas sociais da comunidade escolar e desenvolvimento ético dos cidadãos, são relevantes para nortear o amadurecimento do pensamento crítico emancipatório por meio da ação educativa.

Na contramão desses ideais, muitas instituições educacionais, por meio de gestores que insistem em manter as decisões e ações pedagógicas sob a ótica do credencialismo, seguem visando apenas a resultados percentuais, instrumentais e burocráticos. Por essa concepção, os alunos ficam sujeitos a uma educação descontextualizada, fragmentada e que em nada coopera para um desenvolvimento plural dos sujeitos escolares.

É preciso ter em mente que o que está em jogo são as vidas das pessoas, e as vidas precisam ser protegidas e priorizadas. O “Plano de reconstrução e transformação do Brasil: Outro mundo é preciso outro Brasil é necessário” (2020), apresentado pela Fundação Perseu Abramo, em parceria com o Partido dos Trabalhadores, afirma:

A vida tem de ser protegida das políticas de austeridade e de um Estado mínimo nos direitos e na política pública e máximo na violência e no arbítrio, que condena milhões a não ter acesso à educação, saúde, aposentadoria digna, proteção social, alimentação, segurança, moradia, ao saneamento básico, à água potável, ao trabalho decente. A vida tem que ser protegida contra o concentrador modelo neoliberal e as tendências destrutivas da acumulação capitalista altamente financeirizada (FPA; PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2020, p. 32).

É nessa perspectiva que se defende o direito da população ao acesso às políticas públicas direcionadas às ações educacionais, sociais e culturais de forma digna e equitativa, para contribuir para o seu desenvolvimento nas mais diversas esferas do ser social global, múltiplo e diverso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste estudo, foram apresentados aspectos relevantes dos moradores do Bairro do Roger, situado em região central da capital paraibana. Nesse sentido, abordaram-se questões sociais, culturais e econômicas desta população regional. Este levantamento foi fundamental para compreender os fenômenos pertinentes à relação de pertencimento social e as ações pedagógicas naquela região.

Referida de forma única e singular, a população do Bairro do Roger foi retratada a partir de estudos anteriores relacionados a essa comunidade, matérias de jornais, índices oficiais apresentados por órgãos de levantamento de dados, publicações no âmbito cultural e registros fotográficos.

Baseando-se neste levantamento apresentado, foram considerados pontos relevantes do surgimento do bairro e das distinções apontadas aos que moram na parte mais alta e na parte mais baixa do espaço comunitário. Assim, foi possível entender que os moradores do Baixo Roger são considerados mais pobres e carentes de uma infraestrutura adequada à vida humana dos que os residentes do Alto Roger. Essa percepção é compartilhada pelos moradores da região e por estudos anteriores que ressaltam essa distinção.

Não obstante esta realidade, pôde-se observar que dois grandes fatores são determinantes nesse contexto. O primeiro é a ligação do nome do bairro com o antigo Lixão do Roger, o qual teve o seu fechamento oficial decretado em agosto do ano de 2003, mas que continua fazendo parte do dia a dia daquela comunidade.

Por meio desta arguição, foi possível compreender entraves que revelam uma história de luta e desdobramentos sociais fortemente ligados ao estigma de ter sediado o maior lixão a céu aberto da cidade de João Pessoa.

Viver em um ambiente que já foi considerado “habitat urbano do homem-urubu” traz um peso histórico intrínseco a ser enfrentado pelos populares, independente do seu tempo de moradia na região.

O segundo fator relevante observado foi o envolvimento dos habitantes daquele bairro com a cultura e as representações artísticas como forma de engajamento e resistência aos desmandos e articulações da ideologia dominante, a fim de macular, empobrecer e desacreditar as potencialidades positivas deste povo.

Ao se organizar e mostrar a capacidade artística e cultural cultivada naquela região, seus moradores demonstram sua representatividade, suas lutas e interesses sociais, com liberdade e visibilidade que transcendem as suas fronteiras.

Este caminho foi necessário para a assimilação do percurso histórico e social partilhado por aqueles cidadãos. A partir deste entendimento, foi possível construir uma apreensão da necessidade de a ação pedagógica praticada naquela região se desenvolver em conformidade com a contextualização dos moradores do bairro do Baixo Roger. Esta contextualização traz em sua essência a criticidade social, a reflexão da realidade em que estão inseridos e o despertar da consciência política, econômica e estrutural da sociedade.

Assim, apoiada na concepção do Materialismo Histórico e Dialético, passou-se a observar se a equipe pedagógica da Escola Municipal Monsenhor João Coutinho mantinha ações que contribuíam para que os seus estudantes se reconhecessem como cidadãos e se essas ações o ajudavam a se relacionar positivamente com o pertencimento social.

O percurso metodológico para este estudo previa uma aproximação maior entre a pesquisadora, estudantes, pais e/ou responsáveis, professoras e equipe pedagógica da escola escolhida como locus da observação. Porém, ajustes e adaptações precisaram ser feitos. Considerando que este estudo de caso foi desenvolvido durante um período de pandemia, a pesquisadora encontrou diversas dificuldades ao realizar o levantamento e coleta de dados, haja vista que foram impostas restrições relativas ao distanciamento social.

Por este motivo, aliou-se o uso da tecnologia às técnicas de aproximação e levantamento de informações. Porém, os aparatos tecnológicos têm suas limitações e nem sempre estão ao alcance de todos, por isso, a pesquisadora precisou aguardar o retorno parcial das aulas para ter acesso aos pais e/ou responsáveis, à equipe escolar e aos documentos regulatórios da escola, deixando o cronograma da pesquisa parcialmente comprometido.

Estes percalços foram transpassados, e a pesquisa seguiu seu curso planejado, reajustado e readaptado para a realidade em que nos inserimos. A observação da unidade escolar foi feita em uma capacidade reduzida, porém, retratou de forma considerável a realidade de quem convive diariamente naquela unidade escolar.

A abordagem e convencimento dos pais e/ou responsáveis a participarem deste estudo se deu de forma tranquila e com boa aceitação, já que a pesquisadora participa do convívio diário daquelas crianças e adolescentes. Embora a pesquisa com os pais tenha sido realizada com questionário virtual, muitos destes respondentes acessaram o questionário na presença da pesquisadora, que ofereceu suporte quando necessário e respeitou um distanciamento necessário para que os sujeitos se sentissem confortáveis e com privacidade para apontar seus entendimentos.

Esta etapa da pesquisa revelou-se de grande importância, pois, por meio das respostas obtidas com o questionário, podemos validar constatações e afastar considerações

popularmente construídas. Para simbolizar tais descobertas, grifa-se um breve demonstrativo dos dados obtidos nesta etapa do estudo.

De acordo com a pesquisa realizada, 81,5% dos participantes presenciaram de alguma forma o fechamento do Lixão do Roger, então, mesmo os que ainda viviam naquela região até o ano de 2003 conhecem a história do Lixão e o processo de fechamento dele. Outro dado importante é que 74,1% dos entrevistados acreditam que o lixo continua a fazer parte do cotidiano daquele bairro. Este índice nos chamou a atenção, pois acreditávamos que os números seriam mais expressivos, já que a imagem construída desta relação é ainda mais relevante. Estes dados se correlacionam na resposta do questionamento seguinte, tendo 70,4% dos respondentes afirmado já terem sentido algum tipo de preconceito ao se dizerem moradores do Bairro do Roger. Entende-se a negativa de proximidade dos moradores daquele bairro com a catação dos resíduos sólidos como uma tentativa intrínseca de desvincular a imagem das pessoas com o lixo da cidade.

Sobre as ações pedagógicas, um significativo número de respondentes, 96,3% afirmaram que a educação representa um elemento importante para aquela população. Apesar de muitos deles não estarem diretamente envolvidos em ações educacionais, acreditam que esta é uma oportunidade importante para as crianças e adolescentes do lugar. Ainda sob essa perspectiva, apenas 63% dos participantes disseram já ter sentido a realidade do bairro retratada por meio de uma ação educativa. E 74,1% responderam que já refletiram sobre a realidade do seu bairro ao fazer ou auxiliar o seu filho em uma atividade escolar. Estes índices estão intimamente ligados com a relação da família na participação e no acompanhamento das atividades escolares relacionadas ao pertencimento e à regionalidade dos alunos inseridos na instituição escolar.

Além disto, ficou claro, diante das respostas dos participantes, que os moradores do Bairro do Roger gostariam de ações educativas na comunidade. Um total de 92,6% dos respondentes gostaria de ações como cursos, palestras, gincanas culturais, oficinas de arte e teatro para si e para os seus filhos. É neste sentido que se entende que a ação educativa, por meio de movimentos pedagógicos, configura-se como ferramentas importantes para os moradores daquela região.

Apesar de a proposta primária para esta etapa de pesquisa ser a entrevista semiestruturada, a pesquisadora entendeu que houve um conforto maior para que os pais pudessem responder às perguntas por meio de questionário. Nesse modelo de coleta de dados, os respondentes sentem-se mais desinibidos e assertivos nas suas respostas. Assim, a pesquisadora encerrou esta etapa confiante de que os seus respondentes se dedicaram a

responder aos questionamentos com maior proximidade da sua realidade vivenciada naquele bairro.

Dando seguimento ao processo de coleta de dados, foram entrevistadas as professoras da escola elencada como lócus da pesquisa. Esta etapa foi bastante inquietante para a pesquisadora, já que as entrevistadas são pessoas do seu convívio diário e que mantêm uma proximidade nas relações cotidianas da escola. A pesquisadora fez uso desta proximidade para deixar clara a idoneidade da pesquisa e assegurar o absoluto sigilo quanto às identidades das participantes.

Realizadas por meio de plataforma digital, as entrevistas ocorreram de forma tranquila e bastante participativa. As entrevistadas não se opuseram a responder a nenhuma pergunta, embora duas participantes, em alguns momentos, tenham se mostrado sucintas ao responderem de forma monossilábica. Tanto estas, quanto as demais, em outros momentos da conversa, se sentiram mais à vontade e destacaram suas opiniões mais pertinentes sobre o assunto.

É conveniente acrescentar que, embora algumas das entrevistadas tivessem ciência do trabalho desenvolvido pela pesquisadora, nenhuma delas teve acesso ou conversa prévia sobre o conteúdo a ser abordado durante a entrevista, não sendo possível preparar-se com brevidade para esta participação. Demonstrando uma síntese dos relevantes conteúdos abordados, a pesquisadora enfatiza pontos importantes nesta coleta de dados.

Ao serem perguntadas se costumam dialogar com os seus alunos sobre pertencimento social, 62,5% das professoras afirmaram que sim, e 75% afirmaram encontrar facilidade em abordar esse tema na escola. Desta forma, foi possível concluir que a maioria das participantes trazem este conteúdo para a sala de aula com facilidade de aceitação ao tema por parte dos estudantes. Embora entendam que os seus alunos convivem com uma realidade marcada por injustiças sociais e pelo desrespeito ao seu pertencimento, 62,5% das professoras acreditam que os seus alunos têm uma boa relação com a história do bairro. Há um teor contraditório nessas afirmações, porém, essa relação foi recorrente em parte das entrevistas.

Em relação à cultura local, 75% das professoras afirmaram abordar e relacionar questões sobre esse tema em suas salas de aula. A utilização desses temas aparece como pertinente e facilitador para outros conteúdos curriculares. Os estudantes demonstram conhecimento, interesse e participação em questões relacionadas com a cultura e artes desenvolvidas no bairro.

Já em relação ao entendimento das relações econômicas e de trabalho, apenas 37,5% das professoras, o que constituiu a maioria das respondentes, informou que abordam essas pautas em suas salas de aula, porém, raramente. Segundo alguns relatos, essa dificuldade se dá pela idade das crianças, já que a faixa etária dos alunos gira em torno dos 7 anos. Apesar, de

não ter uma frequência de abordagem, 100% das entrevistadas entendem esse diálogo como importantes e necessários na facilitação da construção da criticidade social das crianças e adolescentes.

Outro dado que chamou a atenção da pesquisadora foi que 87% das professoras relacionaram seus alunos a sentimentos positivos. Apenas uma respondente relacionou de forma diferente, com um livro, que é passível de uma nova escrita a cada dia. Este dado demonstra afeto e empatia na relação aluno e professor. Conforme o entendimento adquirido mediante o filósofo Paulo Freire, entende-se que essa empatia é ponto fundante de uma educação transformadora e verdadeiramente igualitária.

Por todo o exposto, conclui-se que as ações escolares que abordam temáticas referentes ao pertencimento social existem e são de grande relevância para a construção das relações positivas entre os estudantes e o meio social.

A inserção dessas reflexões é observada pelos pais e professores envolvidos nesse processo educacional. Embora encontrem grandes obstáculos para serem efetivadas, as ações escolares no campo das relações sociais são percebidas como importantes e necessárias. Esse entendimento foi explicitado pelos dois grupos ouvidos. Ficou clara também a necessidade de uma melhoria e adequação de uma maior reflexão sobre esse assunto, incluindo novas ações educativas voltadas aos moradores do Bairro do Roger.

Outro ponto importante a ser observado compreende as condições e oportunidades de inserção e manutenção dos estudantes nos ambientes escolares. Nesse sentido, faz-se necessária a vinculação das políticas voltadas para a viabilidade da vivência escolar por alunos de baixa renda.

Essa inadequação de oportunidades de inserção e manutenção da regularidade escolar dos indivíduos com especificidades identitárias culmina na interrupção da aprendizagem crítica e emancipadora desses atores educacionais. Ao se sentirem excluídos, preteridos ou rejeitados, os estudantes, geralmente, preferem se afastar e interromper o percurso educativo.

Sendo a educação um direito indiscutível e de obrigação delegada, cabe ao poder público estatal dar meios e condições para que os indivíduos sejam inseridos e se mantenham de forma adequada e regular nos espaços direcionados às ações pedagógicas educacionais.

Essas regulamentações se fazem possíveis por meio das Políticas Públicas Educacionais. Esse conjunto de regras e apontamentos que visam viabilizar o acesso igualitário à educação precisa ser direcionado de forma equânime e idônea, contemplando os que realmente necessitam.

Para dar sentido e significação a essas políticas, faz-se necessário um levantamento prévio das reais necessidades da comunidade e qual a melhor forma de aplicação dessas ações para se atingir um maior número possível de cidadãos de forma assertiva e equilibrada, visto que todas as comunidades possuem desenhos e características distintas, de modo que algumas políticas públicas se adéquem em conformidade a umas, e não a outras.

A partir desse estudo e visualização contextual, escolas e comunidades escolares passam a relacionar pontos importantes a serem correlacionados à ação educativa. Essa visualização e a implementação eficaz das Políticas Públicas Educacionais fazem contrapontos de extrema relevância na inserção e na manutenção dos sujeitos educacionais nos espaços escolares regulares.

Vê-se, então, a necessidade de um trabalho focalizado e com esforços conjuntos para equalizar as ações educacionais voltadas para a população periférica focalizada. Esse esforço e engajamento deve unir o poder público, a população escolar e a instituição de ensino.

Pautar ações pedagógicas com embasamentos e articulações inclusivas demanda o engajamento pessoal da equipe escolar e o direcionamento basilar alicerçado em aportes teóricos que fundamentem a intencionalidade transformadora. Pela mediação da apropriação de novos conhecimentos, o sujeito social tende a buscar sua própria emancipação.

Entender-se como ator principal na construção da sua própria identidade torna o sujeito parte do processo de reconhecimento e reflexão enquanto cidadão crítico e atuante nos espaços sociais e comunitários, convergindo decisivamente para o seu futuro. Compreender e respeitar a singularidade do cidadão transformam-no em peça fundamental na construção de uma nação sólida e realmente democrática.

REFERÊNCIAS

A GAZETA. **17/01/2021, um dia para ficar na história do Brasil**. 2021. (On-line). Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/editorial/17012021-um-dia-para-ficar-na-historia-do-brasil-0121>. Acesso em: 09 mar. 2021.

A GENTE queria falar como está a vida das pessoas que moravam no Lixão. Mas encontramos uma autoridade maior no assunto. **Jornal da Paraíba**, Paraíba, 2 nov. 2003.

ALVES, C. Escola de Samba Unidos do Roger traz hino em homenagem a Fernanda Benvenutty. **Brasil de Fato**, João Pessoa, fev. 2020.

ARAGÃO, W. H. **As contradições do cotidiano de um dirigente sindical**. João Pessoa: EUFPB, 2007.

BERGAMINI, G. **Lixão do Roger**. 2002 (On-line). Disponível em: <http://guilhermebergamini.com/lixao-do-roger/>. Acesso em: 12 mar. 2021.

BISPO, L. M. C. **Relicário urbano**: uma leitura do Bairro do Roger na cidade de João Pessoa-PB (2003-2013). 2015. 170 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

BOTÊLHO, S. Festa de Santa Teresinha: fé e tradição no Bairro Roger. **Turismo, cultura e economia do lazer**, s/d. (On-line). Disponível em: <https://paraondeir.blog/santa-teresinha/>. Acesso em: 09 mar. 2021.

BRASIL CARNAVAL. **Grêmio Criativo Cultural Escola de Samba Catedráticos do ritmo**. 2010. (On-line). Disponível em: <http://www.brasilcarnaval.com.br/escolas/joaopessoa/catedraticos.htm>. Acesso em: 09 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Recomendações de proteção aos trabalhadores dos serviços de saúde no atendimento de COVID-19 e outras síndromes gripais**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: https://www.saude.go.gov.br/files/banner_coronavirus/GuiaMS-Recomendacoesdeprotecaotrabalhadores-COVID-19.pdf. Acesso em: 09 mar. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 22 mar. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.html. Acesso em: 22 mar. 2020.

CAMPOS, R. **Sociabilidade, Medo e Estigma no contexto urbano contemporâneo: o Bairro do Roger na cidade de João Pessoa – PB**. Monografia (Departamento de Ciências Sociais). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

CANTISANI, P. **Parque Zoobotânico Arruda Câmara**. João Pessoa: Secretaria do Meio Ambiente, 2021. Disponível em: <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/servico/parque-zoobotanico-arruda-camara>.

CARVALHO, M. E. G. Império e educação: rupturas e continuidades no processo educacional brasileiro durante o Primeiro Reinado (1822-1836). **Revista Tempos e Espaços em Educação**, Aracaju, v. 5, p. 7-18, 2010.

CASA PEQUENO DAVI. Quem somos. 2021. (On-line). Disponível em: <https://www.pequenodavi.org.br/quemsomos>. Acesso em: 09 mar. 2021.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e Resistência** – Aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COELHO RODRIGUES, J. M.; ARAGÃO, W. H.; RODRIGUES, S. C. Políticas públicas de educação no Brasil: fracasso escolar, culpabilização dos alunos e inocentização da escola Janine. **Revista de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, p. 979-1015, 2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/10372>. Acesso em: 10 ago. 2021.

COSTA, M. I. S.; IANNI, A.M.Z. **A dialética do conceito de exclusão/inclusão social**. São Bernardo do Campo: EUFABC, 2018.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e Contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

DIAS, A. F. **Formação de professores para uma educação não discriminadora**. Aracaju: Infographics, 2014.

DIAS, A. F.; OLIVEIRA, D. A. DE; SANTOS, M. DE S. Uma revisão sistematizada da produção do conhecimento sobre corpo, gênero, sexualidades na educação. **Revista Temas em Educação**, v. 27, n. 2, p. 119-133, dez. 2018.

DIAS, D. **Prefeitura de João Pessoa realiza o Domingo na Escola para iniciar vacinação dos trabalhadores de educação**. João Pessoa: Secretaria da Saúde, 2020. Disponível em: <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/secretarias-e-orgaos/prefeitura-de-joao-pessoa-realiza-o-domingo-na-escola-para-iniciar-vacinacao-dos-trabalhadores-de-educacao/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

DOYAL, L.; GUOGH, I. Una teoría de las necesidades humanas. Trad. José Antonio Moyano; Alejandro Colás. Barcelona: Icaria Fuhem, 1994.

DOURADO, L. F. **Gestão da Educação Escolar**. 4. ed. atualizada e revisada. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso/ Rede e-Tec Brasil, 2012. Disponível em: <https://docplayer.com.br/2683636-Gestao-da-educacao-escolar-luiz-fernandes-dourado.html>. Acesso em: 30 maio 2021

DUBET, F. O que é uma escola justa? **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 123, p. 539-555, set./dez. 2004

ESCOLA ESTADUAL ANA HIGINA Conselho Escolar. **Relatório individual**. Disponível em: <https://www.econodata.com.br/lista-empresas/PARAIBA/JOAO-PESSOA/C/01516686000130-CONSELHO-DA-ESCOLA-ESTADUAL-DE-1-GRAU-ANA->. Acesso em: 09 mar. 2021.

ESCOLA MONSENHOR JOÃO COUTINHO. Projeto Político-Pedagógico. João Pessoa: Escola Monsenhor João Coutinho, 2018.

ESCOLA sem Preconceito. Produção de Pedro Nunes. João Pessoa: UFPB, 2012, 1h13min20s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wyguYC62oMc>. Acesso em: 21 maio 2020.

FAGUNDES, G. S. **Influência do antigo lixão do Roger, João Pessoa, nas águas subterrâneas locais (2010)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

FERREIRA, N. **Livro descreve detalhes da desativação do lixão**. Paraíba: Jornal da Paraíba, 2012. Disponível em: http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/livro-descreve-detalhes-da-desativacao-do-lixao.html. Acesso em: 09 mar. 2021.

FERREIRA, J. C. (Org.). **Lixão do Roger: o começo e o fim**. João Pessoa: Prefeitura de João Pessoa, 2003.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. 24. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREITAS, L. C. Os empresários e a política educacional: como o proclamado direito à educação de qualidade é negado na prática pelos reformadores empresariais. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 6, n. 1, p. 48-59, jun. 2014.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado? **Trabalho, Educação e Saúde**, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/JSYmSMnc7TKKrxWjm3xHLGd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 ago. 2021.

FRIGOTTO, G.; FERREIRA, S. M. Cultura autoritária, ultraconservadorismo, fundamentalismo religioso e o controle ideológico da educação básica pública. **Revista Trabalho Necessário**, v. 17, n. 32, p. 88-113, mar. 2019.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Pandemia acentua pobreza e é tema de debate na FGV**. 2021. (On-line). Disponível em: <https://portal.fgv.br/noticias/pandemia-acentua-pobreza-e-e-tema-debate-fgv>. Acesso em: 10 mar. 2021.

GAMBOA, S. S. **Pesquisa em Educação: métodos e epistemologias**. Chapecó (SC): Argos, 2007.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

GOMES, N. L. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural? In: FAVERO, O.; IRELAND, T. D. (Orgs.). **Educação como exercício de diversidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPED, 2005.

GONDRA, J. G.; SCHUELER, A. **Formas do Brasil e forma da educação**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 19-40.

GORCZEWSKI, C. MARTIN, N. B. **A necessária revisão do conceito de cidadania: movimentos sociais e novos protagonistas na esfera pública democrática**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, A. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese de Indicadores Sociais: em 2019, proporção de pobres cai para 24,7% e extrema pobreza se mantém em 6,5% da população. **Agência IBGE**, nov. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29431-sintese-de-indicadores-sociais-em-2019-proporcao-de-pobres-cai-para-24-7-e-extrema-pobreza-se-mantem-em-6-5-da-populacao>. Acesso em: 09 mar. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tabela 202**: população residente por sexo e situação de domicílio. Brasília, DF: IBGE, 2011. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/202#resultado>. Acesso em: 09 mar. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo ano base 2019** (On-line). Disponível no site: https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?dashboard&NQUser=inepdata&NQPassword=Inep2014&PortalPath=%2Fshared%2FCenso%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica%2F_portal%2FCat%C3%A1logo%20de%20Escolas. Acesso em: 21 jul. 2021

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Escola Municipal Monsenhor João Coutinho**. 2019a. (On-line). Disponível em: <http://idebescola.inep.gov.br/ideb/escola/dadosEscola/25096222>. Acesso em: 09 mar. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Escola Municipal Frei Afonso**. 2019b. (On-line). Disponível em: <https://www.qedu.org.br>. Acesso em: 09 mar. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Centro de Referência em Educação Infantil Assis Tavares**. 2019c. (On-line). Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/municipios_nutrisus_2018.pdf. Acesso em: 09 mar. 2021.

JOÃO PESSOA. Governo Municipal. **Decreto nº 9.460/2020, de 17 de março de 2020**. Altera o decreto n. 9.456, de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (covid-19), declara situação de emergência no município de João Pessoa e define outras medidas para o enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus, e dá outras providências. João Pessoa: Secretaria da Saúde, 2020. Disponível em: <http://www.corenpb.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Decreto-coronavi%CC%81rus-2-Joa%CC%83o-Pessoa-1.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.

JOÃO PESSOA. **Organização da volta às aulas presenciais por etapas: aspectos pedagógicos**. João Pessoa: SEDEC, 2021. Disponível em: <https://www.flipbookpdf.net/web/files/uploads/4fcaadd6c815e0ef5f30d7d51303efa9194587d202108.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2021.

KULESZA, W. A. Genealogia da Escola Nova no Brasil. **Educação em Foco**, Juiz de Fora, v. 7, n. 2, p. 83-92, 2003. Disponível em: www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2010/02/061.pdf. Acesso em: 02 mar. 2016.

LANE, S. T. M.; CODO, W. (Orgs). **Psicologia social: o homem em movimento**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

LASCOUMES, P.; LE GALES, P. A ação pública abordada pelos seus instrumentos. **Revista Pós Ciências Sociais**, v.9, n.18, jul./dez. 2012.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2018.

MARTINS, C. H. B. **Trabalhadores na reciclagem do lixo: dinâmicas econômicas, socio-ambientais e políticas na perspectiva do empoderamento**. 2003. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

MELLO, S.; DIAS, V. Guarany Esporte Clube Recreativo – João Pessoa (PB): Fundado em 1957. **História do Futebol**, jul. 2015. Disponível em: <https://historiadofutebol.com/blog/?p=74444>. Acesso em: 12 abr. 2021.

MELLO, S.; FEITOSA, F. Onze Esporte Clube Recreativo – João Pessoa (PB): uma edição na segundo na Estadual de 1969. **História do Futebol**, jan. 2019. Disponível em: <https://historiadofutebol.com/blog/?p=120206>. Acesso em: 12 abr. 2021.

NASCIMENTO, A. C. A. V. **A construção do informal: uma análise morfológica das favelas da cidade de João Pessoa**. 2012. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana e Ambiental) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

NEGREIROS, R. **Programa Cidade Sustentável vai transformar antigo Lixão do Róger em parque socioambiental**. João Pessoa: Secretaria do Meio Ambiente, 2021. Disponível em: <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/programa-cidade-sustentavel-vai-transformar-antigo-lixao-do-roger-em-parque-socioambiental/>. Acesso em: 09 mar. 2021.

NÓBREGA, C. C. **Viabilidade econômica, com valoração ambiental e social de sistemas de coleta seletiva de resíduos sólidos domiciliares** – Estudo de caso: João Pessoa/PB. 2003. Tese (Doutorado em Recursos Naturais) – Programa Institucional de Doutorado Temático em Recursos Naturais, UFCG, Campina Grande.

PAIVA, J. M. Educação jesuítica no Brasil colonial. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 43-60.

PARAÍBA CRIATIVA. **Banda Marcial 5 de Agosto**. João Pessoa: UFPB. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2015a. Disponível em: <https://www.paraibacriativa.com.br/artista/banda-marcial-5-de-agosto/>. Acesso em: 09 mar. 2021.

PARAÍBA CRIATIVA. **Escola de Samba Império do Samba**. João Pessoa: UFPB. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2015c. Disponível em: <https://www.paraibacriativa.com.br/artista/escola-de-samba-imperio-do-samba/>. Acesso em: 09 mar. 2021.

PARAÍBA CRIATIVA. **Festa das Neves**. João Pessoa: UFPB. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2016. Disponível em: <https://www.paraibacriativa.com.br/artista/festa-das-neves/>. Acesso em: 09 mar. 2021.

PARAÍBA CRIATIVA. **Quadrilha Junina Lageiro Seco**. João Pessoa: UFPB. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2015b. Disponível em: <https://www.paraibacriativa.com.br/artista/quadrilha-junina-lageiro-seco/>. Acesso em: 09 mar. 2021.

PARAÍBA. Conselho Estadual de Direitos Humanos. **Relatório de visita realizada na Penitenciária Modelo Desembargador Flósculo da Nóbrega - Presídio do Róger**. João Pessoa: CEDH, 2014. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pb/sala-de-imprensa/relatorios-de-inspecao/relatorio-cedh-presidio-roger-04-11.2014>. Acesso em: 09 mar. 2021.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Plano de reconstrução e transformação do Brasil: Outro mundo é preciso, outro Brasil é necessário**. São Paulo: Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo, 2020.

PESSOA, V. C. S. **Bairro do Roger em João Pessoa PB: o lugar e suas práticas culturais**. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012.

PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. G. C. O docente do ensino superior. *In*: PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. G. C. **Docência no Ensino Superior**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 177-200.

PIOLLIN Grupo de Teatro. 2021. (On-line). Disponível em: <http://www.piollingrupodeteatro.com/piollin/>. Acesso em: 09 mar. 2021.

PORTAL CORREIO. **Paraíba tem mais de 500 mil pessoas em situação de extrema pobreza**. 2020. (On-line). Disponível em: [https://portalcorreio.com.br/paraiba-tem-mais-de-500-mil-pessoas-em-situacao-de-extrema-pobreza/#:~:text=O%20levantamento%20aponta%20ainda%20que,igual%20%C3%A0%20no%20destina%20\(0%2C559\)](https://portalcorreio.com.br/paraiba-tem-mais-de-500-mil-pessoas-em-situacao-de-extrema-pobreza/#:~:text=O%20levantamento%20aponta%20ainda%20que,igual%20%C3%A0%20no%20destina%20(0%2C559)). Acesso em: 09 mar. 2021.

RODRIGUES, A. C. S. Currículo: possibilidades atuais para educação. **Revista Espaço do Currículo**, v. 12, n. 1, p. 1-4, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/44739>. Acesso em: 28 ago. 2021.

SALES, Hayala César de. **Entrelaçando artes**: frevo, ala ursa e processos de criação em dança na escola. João Pessoa, PB: Dissertação (Mestrado Profissional em artes em rede nacional) – Universidade Federal da Paraíba, Centro de Comunicação, Turismo e Artes, 2020.

SAVIANI, D. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 18. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2009.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 34. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2001.

SAVIANI, D. O legado educacional do regime militar. **Cad. Cedes**, v. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. rev. Campinas-SP: Autores Associados, 2012.

SEABRA, G. F.; NEU, C. Lixão do Roger: habitat urbano do homem urubu. **Conceitos**, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/38659300/lixao-do-roger-habitat-urbano-do-homem-urubu>. Acesso em: 05 ago. 2021

SILVA, A. F. **Formação de professores para a educação básica no Brasil**: projetos em disputa (1987-2001). Niterói, RJ: Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, 2004.

SILVA, T. T. (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 15. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

SOARES, D. F. **Análise socioeconômica do atendimento em saneamento básico em João Pessoa (2016)** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia Civil) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

VITORINO, C. A. VITORINO, W. R. M. Xenofobia: política de exclusão e de discriminações. **Revista Pensamento Jurídico**, São Paulo, v. 12, n. 2, jul./dez. 2018. Disponível em: file:///C:/Users/tathi/Downloads/140-463-1-PB.pdf. Acesso em: 02 jan. 2021.

ZEN, E. T. SGARBI, A. D. O método dialético na história do pensamento filosófico ocidental. **Kínesis**, v. 10, n. 22, p. 79-96, jul. 2018.

ANEXO 1 – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: OS HERDEIROS DO LIXÃO DO ROGER: UMA DÍVIDA SOCIAL SUBJUGADA

Pesquisador: SHEYLENE TATHIANA LAGES DA SILVA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 45332721.0.0000.5188

Instituição Proponente: CENTRO DE EDUCAÇÃO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.680.616

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um protocolo de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba (PPGE/CE/UFPB) da aluna de mestrado Sheylene Tathiana Lages da Silva, sob a orientação do Prof Dr Wilson Honorato Aragão, previsto para dezembro de 2021. O estudo será realizado através de uma pesquisa do tipo exploratória e terá uma natureza teórico-metodológica no âmbito

qualitativo, seguindo a corrente epistemológica Histórico Crítico. Utilizando a metodologia do Estudo de Caso a coleta de dados se fará através da técnica de observação direta extensiva e utilizará o instrumento questionário, que serão disponibilizadas aos sujeitos através de um formulário eletrônico do Google Forms. Para a análise dos dados será utilizado o método do Materialismo Histórico Dialético através da categoria da contradição.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar políticas e práticas sociais, educativas e escolares de âmbito inclusivo e equitativo, direcionadas e acessíveis aos descendentes dos catadores de lixo do antigo lixão do Roger, localizado na cidade de João Pessoa, estado da Paraíba.

Objetivo Secundário:

- Oportunizar visibilidade à dívida social e educativa intrínseca relacionada aos sujeitos sociais agora elencados.
- Evidenciar os entraves socioeconômicos enfrentados pelos moradores locais,

Endereço: UNIVERSITARIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB**



Continuação do Parecer: 4.680.616

pertinentes a sua historicidade, regionalidade e pertencimento. • Verificar de que forma as políticas públicas educacionais estão contribuindo, em contexto subsidiário, como aportes basilares para ações que acolham e respeitem as especificidades comunitárias desse público-alvo. • Discutir alternativas de inclusão social e educativa para com este público, na perspectiva do exercício pleno da cidadania e para uma atuação transformadoras da sua realidade e do seu entorno.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os riscos oferecidos aos sujeitos da pesquisa serão os mínimos possíveis e estão de acordo com a resolução do CNS/No. 466/2012. Por se tratar de uma pesquisa com seres humanos, o que pode acontecer é a insegurança quando exposto alguns conceitos que, talvez, seja desconhecido pelos participantes.

Benefícios:

A presente pesquisa trará contribuições para comunidade escolar e para a sociedade comunitária e em geral, uma vez que a compreensão das contribuições educativas, sociais e culturais na construção de um ser social crítico e reflexivo, encoraja na transformação do sujeito educativo e seu entorno

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O protocolo de pesquisa está fundamentado de acordo com a resolução do CNS/No. 466/2012. Sendo assim, o estudo cumpre com os requisitos éticos necessários para sua realização.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos obrigatórios foram devidamente apresentados.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Concluímos pela aprovação.

Considerações Finais a critério do CEP:

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa. Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à submissão do Relatório Final na Plataforma Brasil, via Notificação, para fins de apreciação e aprovação por este egrégio Comitê.

Endereço: UNIVERSITARIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB**



Continuação do Parecer: 4.680.616

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1716043.pdf	05/04/2021 22:44:36		Aceito
Outros	Pesquisa_Socioeducacional_no_Bairro_do_Roger.pdf	05/04/2021 22:43:16	SHEYLENE TATHIANA LAGES DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	ANEXO_G_TCLE.pdf	05/04/2021 22:41:35	SHEYLENE TATHIANA LAGES DA SILVA	Aceito
Orçamento	ANEXO_F_PREVISAOROAMENTARIA_SHEYLENE_TATHIANA_LAGES.pdf	05/04/2021 22:39:41	SHEYLENE TATHIANA LAGES DA SILVA	Aceito
Cronograma	ANEXO_E_CRONOGRAMA_SHEYLENE_TATHIANA_LAGES.pdf	05/04/2021 22:38:33	SHEYLENE TATHIANA LAGES DA SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ANEXO_D_PROJETODETALHADO_SHEYLENE_TATHIANA_LAGES_DA_SILVA.pdf	05/04/2021 22:38:09	SHEYLENE TATHIANA LAGES DA SILVA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	ANEXO_C_CARTADEANUENCIA_SHEYLENE_TATHIANA_LAGES_DA_SILVA.pdf	05/04/2021 22:37:20	SHEYLENE TATHIANA LAGES DA SILVA	Aceito
Outros	ANEXO_B_CERTIDAODEAPROVACAOSHEYLENE_TATHIANA_LAGES_DA_SILVA.pdf	05/04/2021 22:29:12	SHEYLENE TATHIANA LAGES DA SILVA	Aceito
Folha de Rosto	ANEXO_A_FOLHADEROSTO_SHEYLENE_TATHIANA_LAGES_DA_SILVA.pdf	05/04/2021 22:22:17	SHEYLENE TATHIANA LAGES DA SILVA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 29 de Abril de 2021

Assinado por:
Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador(a))

Endereço: UNIVERSITARIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

APÊNDICE 01 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(A) Sr.(a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada: OS HERDEIROS DO LIXÃO DO ROGER: contribuições escolares para a relação aluno e pertencimento social, desenvolvida por Sheylene Tathiana Lages da Silva, aluna regularmente matriculada no Mestrado em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do professor Dr. Wilson Honorato Aragão.

O objetivo geral desta pesquisa é: Analisar as contribuições escolares relacionadas ao reconhecimento do pertencimento social de crianças e adolescentes herdeiros do antigo Lixão do Roger, localizado na cidade de João Pessoa, estado da Paraíba. E objetivos específicos: compreender se há contribuições escolares para que as crianças e adolescentes do Bairro do Roger se relacionem positivamente com o seu pertencimento social; colaborar para a percepção dos entraves socioeconômicos enfrentados pelos moradores locais, pertinentes a sua historicidade, regionalidade e pertencimento; identificar expressões culturais e artísticas que contribuem paralelamente com a formação social das crianças e adolescentes deste lugar; perceber como as políticas públicas educacionais estão contribuindo, em contexto subsidiário, como aportes basilares para ações que acolham e respeitem as especificidades comunitárias desse público-alvo.

Justifica-se o presente estudo por se tratar de um olhar diferenciado para as crianças e adolescentes inseridos em uma realidade comunitária historicamente marcada pelos entraves e embarreiramentos para a efetiva equidade social por meio das políticas públicas educacionais vigentes.

Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa. Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa, que serão tratados de forma agrupada não permitindo a identificação individual. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito por meio dos meios de contato explicitados neste Termo.

A sua participação acontecerá da seguinte forma: questionário: a ser respondido de forma online contendo questões socioeducacionais. O tempo de duração é de aproximadamente 5 minutos. Ao final

da pesquisa, todo material será mantido em arquivo digital, sob responsabilidade do pesquisador, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução 466/12.

O benefício indireto relacionado com a sua colaboração nesta pesquisa é o das contribuições para comunidade escolar e para a sociedade comunitária e, em geral, visto que a compreensão das contribuições educativas, sociais e culturais na construção de um ser social crítico e reflexivo, encoraja na transformação do sujeito educativo e seu entorno. O risco da pesquisa é mínimo por envolver apenas a resposta ao questionário online e/ou a perguntas na entrevista. Entretanto, existe a possibilidade de que você possa sentir algum tipo de desconforto e mobilização psíquica ao respondê-lo.

Nesse caso, você pode se recusar a responder a qualquer questão que lhe traga constrangimento, podendo abandonar imediatamente a participação na pesquisa, em qualquer momento, sem nenhum prejuízo, e entrar em contato com o pesquisador para orientações sobre serviços de atendimento psicológico gratuito disponíveis.

Em todas as etapas da pesquisa serão fielmente obedecidos os Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme Resolução n.º 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que disciplina as pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil.

Solicita-se, ainda, a sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos científicos ou divulgá-los em revistas científicas, assegurando-se que o seu nome será mantido no mais absoluto sigilo por ocasião da publicação dos resultados.

O pesquisador responsável estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido/a e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados.

Após a leitura do presente termo, caso haja aceite, selecione a opção “Declaro que li e concordo em participar da pesquisa”, localizada abaixo da apresentação desse TCLE on-line, acusando que leu e concorda. Para ter acesso a uma cópia deste termo, você poderá salvá-lo diretamente em seu computador e/ou ter uma cópia enviada para seu e-mail. Caso não concorde em participar, apenas feche essa página no seu navegador. Contato com o pesquisador responsável: wilsonaragao@hotmail.com ou shey_lages@hotmail.com

Pesquisador Responsável: Wilson Honorato Aragão

Endereço: Universidade Federal da Paraíba – Centro de Educação - Campus I – Cidade Universitária – João Pessoa – PB – CEP 58051-900 – Telefone: (83) 3216-7444 E-mail: wilsonaragao@hotmail.com

Caso necessite de mais informações sobre o presente estudo, favor ligar, Sheylene Tathiana Lages da Silva

Telefone: (83)98817-7572 E-mail: shey_lages@hotmail.com

Ou

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba Campus I - Cidade Universitária - 1.º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB ☎ (83) 3216-7791 – E-mail: **comitedeetica@ccs.ufpb.br**

APÊNDICE 02 – QUESTIONÁRIO DO GRUPO 1: PAIS E/OU RESPONSÁVEIS**Pesquisa Socioeducacional no Bairro do Roger****1 – Nome (opcional)** _____**2 – Idade**☐ Entre 18 e 25 ☐ Entre 26 e 33 ☐ Entre 34 e 41 ☐ Entre 42 e 49 ☐ Acima de 50**3 – Sexo**☐ Feminino ☐ Masculino ☐ Não gostaria de responder**4 – Qual o seu nível de escolaridade?**☐ Fundamental Incompleto☐ Fundamental Completo☐ Ensino Médio Incompleto☐ Ensino Médio Completo☐ Superior Incompleto☐ Superior Completo**5 – Há quanto tempo você reside no Roger?**☐ Desde o nascimento☐ Há mais de 20 anos☐ Há mais de 10 anos☐ Há mais de 5 anos☐ Recentemente**6 – Você presenciou, de alguma forma, o fechamento do antigo lixão do bairro?**☐ Sim ☐ Não**7 – Você acha que o trabalho com o lixo deixou de fazer parte do cotidiano da sua comunidade?**☐ Sim ☐ Não

8 – Você já sentiu algum tipo de preconceito ao dizer que mora no bairro do Roger?

()Sim ()Não ()Nunca pensei nisso

9 – Ao seu ver, a educação representa um elemento importante para as pessoas da sua comunidade?

()Sim ()Não

10 – Você sente que a realidade da sua comunidade já foi retratada em uma ação educativa?

()Sim ()Não ()Nunca pensei nisso

11 – Ao se envolver em alguma atividade escolar (sua ou de parentes), você já refletiu sobre a realidade da sua comunidade?

()Sim ()Não ()Nunca pensei nisso

12 – Você gostaria que houvessem outras ações educativas no seu bairro? (Ex.: Cursos, palestras, gincanas culturais, oficinas de arte, teatro)

()Sim ()Não ()Talvez

13 – Você recebe algum auxílio monetário do governo (federal, estadual ou municipal)?

()Sim ()Não

14 – Você considera este auxílio suficiente para manter você (ou seu filho) apenas estudando?

()Sim ()Não ()Talvez

APÊNDICE 03 – ROTEIRO DE ENTREVISTAS DO GRUPO 2: PROFESSORES(AS)**ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS PROFESSORES:**

Qual o seu nível de formação?

() Médio () Graduado () Pós-graduado

Qual o curso? _____

Qual a faixa etária dos seus alunos?

Há quanto tempo você leciona no Bairro do Roger?

Qual a primeira ideia que você pensa ao ouvir o nome “ROGER”?

Cite 3 aspectos sociais relevantes da história deste lugar:

1. _____

2. _____

3. _____

Na escola, você costuma dialogar com os seus alunos sobre como ele entende o lugar ao qual ele pertence?

() Sim () Não () Raramente () Em datas específicas

Você encontra facilidade de abordar essas questões com os seus alunos? Porque?

Você acha que os seus alunos têm uma boa relação com a história desse bairro?

() Sim () Não () Nunca observei

Cite 3 elementos importantes na cultura do Bairro do Roger?

1. _____
2. _____
3. _____

Em seu planejamento de aula, há espaço para abordar assuntos como: cultura local, pertencimento e regionalidade?

() Sim () Não () Raramente () Em datas específicas

Cite 3 principais profissões dos pais dos seus alunos:

1. _____
2. _____
3. _____

As ações pedagógicas voltadas para o entendimento da relação estudante x meio social (relações econômicas, de trabalho, classes sociais) são comuns de acontecer na escola?

() Sim () Não () Raramente () Em datas específicas

Para você, qual a principal dificuldade de abordar esses temas na rotina escolar?

Você acha importante abordar questões sociais na rotina dos estudantes?

Qual a sua principal queixa no trabalho docente para esta comunidade escolar?

Qual o principal prazer em realizar este trabalho?

Por fim, descreva os seus alunos com uma única palavra: _____